

Parte III



Alocações de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza romana

Alocação de 8 de Janeiro de 1940

Ao se reunirem em torno de Nós no início do Ano Novo, quiseram o Patriciado e a Nobreza romana oferecer-Nos um duplo dom: o gratíssimo dom da sua presença e ao mesmo tempo o dom das filiais felicitações, adornos como que de uma flor, do testemunho da tradicional fidelidade à Santa Sé, da qual, dilectos filhos e filhas, foram uma nova prova as devotas e eloquentes palavras há pouco pronunciadas pelo vosso insigne intérprete, proporcionando-Nos assim uma muito desejada ocasião de confirmar e aumentar, da Nossa parte para com a vossa ilustre classe, a alta estima na qual esta Sé Apostólica sempre a teve, nunca deixando de dar disso aberta demonstração.

Em tal estima vibra a história dos séculos passados. Entre aqueles que neste momento Nos circundam, não poucos são portadores de nomes que há séculos se entrelaçam com a história de Roma e do papado, nos dias luminosos e obscuros, na alegria e na dor, na glória e na humilhação, sustentados por aquele sentimento íntimo que irrompe das profundezas de uma Fé herdada com o sangue dos seus maiores, a qual sobrevive a todas as provas e tempestades, estando pronta também a retomar, nos desvios passageiros, o caminho da casa do Pai. O esplendor e a grandeza da Cidade Eterna reflectem e refractam os seus raios sobre as famílias do Patriciado e da Nobreza romana. Os nomes dos vossos antepassados estão indelevelmente gravados nos anais de uma história cujos factos têm tido a muitos títulos um grande papel nas origens e no desenvolvimento de tantos povos do mundo hodierno. Pois, se sem o nome de Roma e das suas nobres linhagens, não se poderia escrever a história profana de muitas nações, de reinos e coroas impe-

riais, os nomes do Patriciado e da Nobreza romana aparecem ainda mais frequentemente na história da Igreja de Cristo, a qual se eleva a uma mais alta grandeza, superando toda a glória natural e política, na sua Cabeça visível, a qual, por benigna disposição da Providência, tem a sua sede às margens do Tibre.

Nesta selecta assembleia, na presença simultânea de três gerações, Nossos olhos vêem em torno de Nós uma viva imagem da vossa fidelidade ao Pontificado Romano e da continuidade que vos honra como apanágio glorioso das vossas famílias. Naqueles dentre vós que trazem a fronte emoldurada de neve e de prata, saudamos os muitos méritos adquiridos no longo cumprimento do dever, os quais, como troféus de vitória, viestes aqui depor para homenagear o único verdadeiro Senhor e Mestre, invisível e eterno. Porém, aqui estais diante de Nós, na maioria, animados pela flor da juventude ou pelo esplendor da maturidade, com aquele vigor de energias físicas e morais que vos torna prontos e desejosos de dedicar as vossas forças ao incremento e defesa de qualquer boa causa. A Nossa predilecção, porém, inclina-se para a inocência serena e sorridente dos pequeninos, os últimos a vir a este mundo, nos quais o espírito do Evangelho faz-Nos reconhecer aqueles afortunados primeiros no reino de Deus, nos quais apreciamos a ingénua candura, o fulgor vivo e puro dos seus olhares, reflexo angélico da limpidez das suas almas. São inocentes, aparentemente indefesos, mas no encanto da sua ingenuidade, que agrada a Deus não menos que aos homens, escondem uma arma que já sabem manejar, como o jovem Davi, a sua funda: a terna arma da oração. Enquanto também na aljava

da sua vontade, ainda frágil mas já livre, guardam uma flecha maravilhosa, futuro e seguro instrumento de vitória: o sacrifício.

A este viço das várias idades, que Nos alegramos de reconhecer em vós, fiéis guardiães de tradições cavalheirescas, não duvidamos, mas pelo contrário, estamos antecipadamente certos de que corresponderá um Ano Novo bom e cristãmente feliz. Desde que, embora sob o véu opaco no qual o futuro o envolve, vós o recebeis prontamente das mãos da Providência, como um daqueles envelopes selados, contendo uma ordem de virtuosas e santas lutas de vida, que o oficial, que ruma para uma missão de confiança, recebe do seu chefe e não deve abrir senão no curso do seu caminho. A cada dia, Deus, que vos concede começar este Ano Novo ao Seu serviço, descobrir-vos-á o seu segredo; e vós não ignorais que tudo o que vos trará esta sucessão ainda misteriosa de horas, de dias e de meses, não acontecerá a não ser pela vontade ou com a permissão daquele Pai celeste, cuja providência e cujo governo do mundo jamais se engana ou falha nos seus desígnios.

Poderemos porém dissimular-vos que o Ano Novo e os novos tempos que ele abre, trarão também ocasiões de contrastes e de esforços e, espere-mos, ainda de méritos e de vitórias? Não vedes como, uma vez que a lei do amor evangélico foi ignorada, negada e ultrajada, assolam hoje algumas partes do mundo guerras — das quais a misericórdia divina tem até agora preservado a Itália — nas quais se viram cidades inteiras transformadas em montanhas de ruínas fumegantes, e planícies nas quais amadureciam copiosas messes, em necrópoles de cadáveres despedaçados? Erra, solitária, por vias desertas, na sombra de nebulosa esperança, tímida, a paz. E nas suas pegadas e nos seus passos, no mundo antigo e no novo, amigos dela vão-na procurando, preocupados e absortos em reconduzi-la para o meio dos homens por vias justas, sólidas e duradouras e em preparar, num esforço fraterno de compreensão, a árdua tarefa da necessária reconstrução!

Nesta obra de reconstrução, vós, dilectos filhos e filhas, podeis ter uma parte importante. Uma vez que, se é verdade que a sociedade moderna insurge-se contra a ideia e contra o próprio nome de uma classe privilegiada, não é menos verdadeiro que,

como nas sociedades antigas, também ela não poderá privar-se de uma classe laboriosa e, por isso mesmo, participante dos círculos dirigentes. Corresponde-vos, pois, mostrar francamente que sois e pretendeis ser uma categoria solícita e activa. Vós, de resto, o tendes compreendido bem e os vossos filhos mais claramente o compreenderão e verão: ninguém pode subtrair-se à lei original e universal do trabalho, por variado e múltiplo que seja e se apresente, nas suas formas intelectual e manual. Donde estarmos seguros de que a vossa magnânima generosidade saberá fazer seu este sagrado dever, não menos corajosamente, não menos nobremente que as vossas grandes obrigações de cristãos e de gentis-homens, descendentes como sois de antepassados, cuja operosidade tantos braços de mármore nos palácios da Urbe e das terras da Itália exaltam e transmitem à nossa era.

Existe, de resto, um privilégio que nem o tempo nem os homens poderão tirar-vos, se vós próprios, não consentirdes em perdê-lo, tornando-vos indignos dele: o de serdes os melhores, os "*optimates*", não tanto pela quantidade das riquezas, o luxo das vestes, o fausto dos palácios, quanto pela integridade dos costumes, pela rectidão na vida religiosa e civil; o privilégio de serdes patrícios, *patricii*, pelas excelsas qualidades da mente e do coração; o privilégio, enfim, de serdes nobres, *nobiles*, quer dizer, homens cujo nome é digno de ser conhecido e cujas acções de serem citadas como exemplo e emulação.

Procedendo e prosseguindo dessa maneira, sempre mais resplandecerá e continuará pelo vosso intermédio a nobreza herdada; e das mãos cansadas dos anciãos passará às mãos vigorosas dos jovens a tocha da virtude e da acção, luz silenciosa e calma de ocasos dourados que revive em novas auroras a cada nova geração com os lampejos de uma chama de aspirações generosas e fecundas.

Tais são, dilectos filhos e filhas, os votos que elevamos a Deus por vós, cheios de esperança confiante, enquanto, como penhor das mais escolhidas graças celestes, concedemos a todos e a cada um de vós, a todos os que vos são caros, a todas as pessoas que tendes na mente e no coração, a Nossa paternal Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 8/1/1940, pp. 471-474).

Alocução de 5 de Janeiro de 1941

Fonte de íntima e paternal alegria para o Nosso coração, dilectos filhos e filhas, é a vossa grata coroa em torno de Nós ao abrir-se o Ano Novo, não menos prenhe de temerosos horizontes do que aquele há pouco terminado, reunidos como estais a apresentar-Nos filiais felicitações pela voz do vosso exímio intérprete, cujas devotas e elevadas expressões dão à vossa presença consonante e consentida uma estima e um afecto a Nós particularmente caros.

No Patriciado e na Nobreza romana revemos e amamos uma falange de filhos e filhas, cuja ufanía está no vínculo e fidelidade à Igreja e ao Romano Pontífice, herdados dos antepassados, cujo amor ao Vigário de Cristo brota da profunda raiz da Fé e não diminui com o curso dos anos e das vicissitudes que variam com os tempos e com os homens. No meio de vós, Nós Nos sentimos mais romano pelo costume da vida, pelo ar já respirado, e que ainda respiramos, pelo mesmo céu e pelo mesmo sol, pelas mesmas margens do Tibre, sobre as quais pousou o Nosso berço, por aquele solo que é sagrado até mesmo no mais recôndito das suas entranhas, onde Roma haure para os seus filhos os auspícios de uma eternidade que se eleva até ao Céu.

É facto que Cristo Nosso Senhor preferiu, para conforto dos pobres, vir ao mundo desprovido de tudo, e crescer numa família de simples operários; mas é igualmente verdadeiro que Ele quis, com o seu nascimento, honrar a mais nobre e ilustre das casas de Israel, a própria estirpe de David.

Por isso, fiéis ao espírito d'Aquele do qual são Vigários, os Sumos Pontífices sempre tiveram em alta consideração o Patriciado e a Nobreza romana, cujos sentimentos de inalterável adesão a esta Sé Apostólica constituem a parte mais preciosa da herança recebida dos seus antepassados, e que eles mesmos transmitirão aos seus filhos.

Desta grande e misteriosa coisa que é a hereditariedade — quer dizer, o passar através de uma estirpe, perpetuando-se de geração em geração, um rico acervo de bens materiais e espirituais; a continuidade de um mesmo tipo físico e moral, conservando-se de pai para filho; a tradição que une através dos séculos os membros de uma mesma família — desta hereditariedade, dizemos, pode-se sem dúvida distorcer a verdadeira natureza com teorias materialistas. Mas pode-se também, e deve-se, considerar esta realidade de tão grande importância, na plenitude da sua verdade humana e sobrenatural.

Por certo, não se negará à transmissão dos caracteres hereditários um substrato material; considerar tal facto surpreendente, seria esquecer a união íntima da nossa alma com o nosso corpo, e em quão larga medida as nossas próprias actividades mais espirituais dependem do nosso temperamento físico. Por isso a moral cristã não deixa de lembrar aos pais as grandes responsabilidades que lhes cabem a esse respeito.

Porém o que mais vale é a herança espiritual, transmitida não tanto por esses misteriosos liames da geração material, quanto pela acção permanente daquele ambiente privilegiado que constitui a família; com a lenta e profunda formação das almas, na atmosfera de um lar rico de altas tradições intelectuais, morais e sobretudo cristãs; com a mútua influência existente entre os que moram numa mesma casa, influência esta cujos benéficos efeitos se prolongam para muito além dos anos da infância e da juventude, até alcançar o termo de uma longa vida, naquelas almas eleitas que sabem fundir em si mesmas os tesouros de uma preciosa hereditariedade com o contributo das suas próprias qualidades e experiências.

Tal é o património, mais do que todos precioso, que, iluminado por firme Fé, vivificado por forte e fiel prática da vida cristã em todas as suas exigências, elevará, aprimorará, enriquecerá as almas dos vossos filhos.

Mas, como qualquer rico património, também este traz consigo estritos deveres, tanto mais estritos quanto mais é rico tal património. Dois, principalmente:

1º) o dever de não desperdiçar tais tesouros, de transmiti-los intactos aos que virão depois de vós, e mais, se possível, acrescidos; de resistir portanto à tentação de não ver neles senão um meio de vida mais fácil, mais agradável, mais requintado, mais refinado;

2º) o dever de não reservar só para vós aqueles bens, mas de fazer aproveitar largamente deles os que foram menos favorecidos pela Providência.

A nobreza da beneficência e da virtude, queridos filhos e filhas, foi, ela também, conquistada pelos vossos antepassados, e são disso testemunho os monumentos e as casas, os hospícios, os asilos, os hospitais de Roma, onde os seus nomes e a recordação destes falam da sua providencial e vigilante bondade para com os desventurados e os necessitados.

Bem sabemos que no Patriciado e na Nobreza

romana jamais faltaram, enquanto as faculdades de cada um o permitiram, esta glória e esta emulação para o bem. Mas nesta hora penosa na qual o céu está turvado por noites de vigília e inquietação, o vosso ânimo — enquanto conserva nobremente uma seriedade, ou melhor, uma austeridade de vida que exclui qualquer leviandade e qualquer frívolo prazer, incompatíveis, para qualquer coração nobre, com o espetáculo de tantos sofrimentos — sente ainda mais vívido o impulso da operosa caridade que vos incita a aumentar e multiplicar os méritos por vós já adquiridos no alívio das misérias e da pobreza humana. Quantas ocasiões vos apresentará o Ano Novo, que inicia novas provas e eventos, de fazer o bem não só dentro das paredes domésticas, mas também fora! Quantos novos campos de socorro e de ajuda! Quantas lágrimas ocultas a enxugar! Quantas dores a consolar! Quantas angústias físicas e morais a aliviar!

Qual deverá ser o curso do ano há pouco iniciado, é segredo e conselho de Deus, sábio e pródigo, que governa e guia o caminho da sua Igreja e do género humano rumo ao termo em que triunfem a sua misericórdia e a sua justiça. Mas, o Nosso anseio, a Nossa prece, o Nosso augúrio é a justa e durável paz e a tranquilidade ordenada do mundo; a paz que rejubile todos os povos e nações; a paz que, trazendo de novo o sorriso a todas as faces, suscite nos corações o hino do mais alto louvor e reconhecimento ao Deus da paz que adoramos no berço de Belém.

Neste Nosso desejo, dilectos filhos e filhas, há também um auspício de um ano não infeliz, mas

afortunado para todos vós, cuja grata presença Nos oferece a imagem de todas as idades humanas, que sob a proteção divina avança pelo caminho da vida e faz das virtudes privadas e públicas o melhor louvor dos seus passos. Aos anciãos, guardiães das nobres tradições familiares e fochos de sábia experiência para os mais novos; aos pais e às mães, mestres e exemplos de virtude para os filhos e filhas; aos jovens que crescem puros, sãos, operosos, no santo temor de Deus, esperanças da família e da pátria querida; aos pequenos que sonham com o futuro dos seus projectos nos impulsos e nos jogos da infância; a vós todos que gozais e participais da concórdia e da alegria familiares, apresentamos paternais e vivas felicitações, que correspondam ao desejo de cada um e cada uma de vós, lembrados de que todos os nossos anseios são sempre avaliados e pesados por Deus na balança do nosso maior bem, na qual em geral tem menor peso aquilo que nós pedimos do que aquilo que Ele nos concede.

Tal é, neste início do Ano Novo, por trás de cujos véus impenetráveis reina, governa e age a alta Providência que impera com amor sobre o Universo e sobre o mundo dos acontecimentos humanos, a oração que por vós elevamos ao Senhor, invocando sobre vós a abundância dos favores celestes, enquanto, confiando na imensa bondade divina, a todos e a cada um de vós, aos que vos são caros e a quantos tendes na mente e no coração, concedemos a Nossa paternal Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 5/1/1941, pp. 363-366).

Alocução de 5 de Janeiro de 1942

Os cumprimentos, dilectos filhos e filhas, que com nobres palavras o vosso ilustre intérprete nos apresentou, querem sobretudo, segundo a vossa intenção, manifestar a filial adesão à Sé Apostólica, que anima a vossa Fé e é a glória mais bela do Patriciado e da Nobreza romana. Nós vos agradecemos muito, e de todo o coração. E o Nosso amor corresponde a isso, derramando merecidamente sobre vós e sobre as vossas famílias os Nossos votos, a fim de mais uma vez dar-vos prova da Nossa grata e particular afeição pelos tão vivos sentimentos da vossa tradicional fidelidade ao Vigário de Cristo.

Este encontro filial e paternal na casa do Pai comum, embora não constitua raridade, não pode ter diminuída a sua doçura e o seu comprazimento

pela força deste costume, do mesmo modo como a repetição das festas natalinas não diminui a alegria religiosa, nem a aurora do Ano Novo ofusca o horizonte das esperanças. O renovar-se da sagrada alegria do espírito não se assemelha, porventura, ao renascimento do dia, do ano, da natureza? Também o espírito tem a sua renovação e o seu renascimento. Renascemos e revivemos comemorando os mistérios da nossa Fé. E na gruta de Belém adoramos outra vez o Menino Jesus, nosso Salvador, luz e novo sol do mundo, assim como sobre os nossos altares se renova o perene Calvário de um Deus crucificado e morto por amor a nós.

Recordando os vossos antepassados, vós como que os reviveis. E vossos antepassados revivem nos vossos nomes e nos títulos que vos deixaram pelos

seus méritos e grandezas. Com efeito, Patriciado e Nobreza desta Roma — cujo nome atravessa os séculos e brilha sobre o mundo qual selo de Fé e de verdade descido do céu para sublimar o homem — não são duas palavras carregadas de glória e ricas de sentido?

Do lado humano, a expressão Patriciado romano traz-Nos novamente à recordação aquelas antigas gentes cujas origens se perdem nas névoas da lenda, mas que à clara luz da História aparecem como as mentes e as vontades fautoras essenciais do poderio e da grandeza romana nos tempos mais gloriosos da República e do Império, época em que os Césares, nas suas ordens, não colocavam o arbítrio no lugar da razão. Homens rudes, os mais antigos, todos compenetrados do sentimento dos destinos da Urbe, identificando os seus próprios interesses com os da coisa pública, perseguindo os seus vastos e ousados projectos com uma constância, uma perseverança, uma sabedoria e uma energia que jamais se desmentiam.

Ainda hoje eles causam admiração a quem evoca a história daqueles séculos longínquos. Eram os *patres* e os seus descendentes, "*patres certe ab honore, patriciique progenies eorum appellati*" [eram chamados de pais certamente pela honra e a sua descendência de patrícios] (Liv. 1. I, c. 8, nº 7) — aqueles que, ao patriciado do sangue, sabiam unir a nobreza da sabedoria, do valor e da virtude civil, por um propósito e um processo de conquista do mundo que Deus, no seu eterno conselho e contra a intenção deles, haveria um dia de transformar num preparado e aberto campo de batalhas e de santas vitórias para os heróis do seu Evangelho, enquanto da Urbe faria a Roma dos povos que crêem em Cristo, elevando acima das recordações mudas dos pontífices máximos do paganismo o perene Pontificado e Magistério de Pedro.

É por isso que, de um modo cristão, sobrenatural, a expressão Patriciado romano suscita no Nosso espírito um pensamento e um panorama histórico ainda maiores. Se a palavra *patricio*, *patricius*, significava na Roma pagã o facto de ter antepassados, de pertencer a uma classe privilegiada e dominante, e não a uma família comum, à luz do Cristianismo toma ela um aspecto mais luminoso e ressoa mais profundamente, ao associar a ideia de superioridade social à de ilustre progénie. Este é o Patriciado da Roma cristã, que teve os seus mais altos e antigos fulgores já não no sangue, porém na dignidade de protectores de Roma e da Igreja: *Patricius romanorum*, título que foi usado desde o tempo dos exarcas de Ravena até Carlos Magno e

Henrique III. Os Papas tiveram deste modo ao longo dos séculos defensores armados da Igreja, egressos das famílias do Patriciado romano, e Lepanto assinalou e immortalizou um dos seus grandes nomes nos fastos da História. Hoje, dilectos filhos e filhas, o Patriciado e a Nobreza romana estão chamados a defender e a proteger a honra da Igreja com a arma do decoro de uma virtude moral, social e religiosa que brilhe no meio do povo romano e perante o mundo.

As desigualdades sociais, inclusive as ligadas ao nascimento, são inevitáveis. A natureza benigna e a bênção de Deus à Humanidade iluminam e protegem os berços, osculam-nos, porém não os nivelam. Olhai para as sociedades mais inexoravelmente niveladas. Nenhum artifício jamais logrou ser tão eficaz a ponto de fazer com que o filho de um grande chefe, de um grande condutor de multidões, permanecesse em tudo no mesmo estado de um obscuro cidadão perdido no povo. Mas se essas inelutáveis desigualdades podem parecer, do ponto de vista pagão, uma inflexível consequência do conflito entre forças sociais e da supremacia adquirida por alguns sobre outros segundo leis cegas que se supõem regerem a actividade humana, de maneira a consumir o triunfo de alguns e o sacrifício de outros; pelo contrário, uma mente instruída e educada de modo cristão não pode considerar tais desigualdades senão como disposição desejada por Deus pela mesma razão pela qual Ele quis as desigualdades no interior da família, e portanto destinadas a unir mais os homens entre si na viagem da vida presente para a Pátria celeste, uns ajudando aos outros do mesmo modo que um pai ajuda a mãe e os filhos.

Se esta concepção paternal da superioridade social por vezes, em virtude do ímpeto das paixões humanas, arrastou os ânimos a desvios nas relações entre pessoas de categoria mais elevada e as de condição mais humilde, a História da humanidade decaída não se surpreende com isto. Tais desvios não bastam para diminuir ou ofuscar a verdade fundamental de que, para o cristão, as desigualdades sociais fundem-se numa grande família humana; e que, portanto, as relações entre classes e categorias desiguais devem permanecer governadas por uma justiça honesta e equânime; e, ao mesmo tempo, estar animadas pelo respeito e pela afeição mútua, de modo que, embora sem suprimir as desigualdades, lhes diminuam as distâncias e temperem os contrastes.

Nas famílias verdadeiramente cristãs, não vemos por acaso os maiores dentre os patrícios e as

patricias, atentos e solícitos em conservar para com os seus domésticos, e para com todos os que os circundam, um comportamento sem dúvida consentâneo com a sua categoria, mas destituído de qualquer presunção, predisposto à benevolência e cortesia nas palavras e nas maneiras, que demonstram a nobreza dos seus corações vendo esses homens como irmãos e cristãos, unidos a eles em Cristo pelos vínculos da caridade? Daquela caridade que, também nos palácios ancestrais entre os grandes e os humildes, conforta, sustém, alegre e dulcifica a vida, máxime nas horas de dor e de tristeza, que nunca faltam?

Vós, dilectos filhos e filhas, como Patriciado e Nobreza romana, vós, nesta Roma, no centro da comunidade cristã, na Igreja Mãe e Cabeça de todas as Igrejas do mundo católico, em torno d'Aquele que Cristo estabeleceu como o seu Vigário, Pai comum de todos os fiéis, vós fostes postos no alto pela Divina Providência para que a vossa dignidade refulja em face do mundo, na devoção à Sé de Pedro, como exemplo de virtude cívica e de grandeza cristã. Se toda a preeminência social traz consigo deveres e trabalhos, aquela que pela mão de Deus vos foi destinada, pede de vós, especialmente na grave e tempestuosa hora que transcorre — hora obscurecida pelas discórdias e pelas ferozes e cruentas contendas humanas, hora que chama à oração e à penitência, para que estas transformem e modifiquem, em todos, os costumes de vida, tornando-os mais conformes à Lei divina, como nos advertem sem dúvida alguma as presentes an-

gústias e a incerteza dos futuros perigos —, pede de vós, dizíamos, uma integridade de vida cristã, uma irrepreensível e austera conduta, uma fidelidade a todos os vossos deveres de família, a todas as vossas obrigações privadas e públicas, de maneira que nunca se desmintam, mas resplandeçam clara e vivamente às vistas de quantos vos olham e observam, aos quais deveis mostrar, nos vossos actos e nos vossos passos, na verdadeira via para avançar no bem, que o melhor ornamento do Patriciado e da Nobreza romana é a excelência da virtude.

Para isso pedimos, ao humilde e pobre Menino Jesus, de progénie real, Rei humanado dos anjos e dos homens, que seja o vosso guia no cumprimento da missão a vós conferida, e vos ilumine e fortifique com a sua graça. E concedemo-vos com o coração transbordante, dilectos filhos e filhas, a Nossa paternal Bênção Apostólica; a qual desejamos que também se estenda e permaneça sobre todos os que vos são caros, especialmente aqueles que estão longe de vós, os quais, para o cumprimento dos seus deveres, se encontram expostos a perigos ao encontro dos quais avançam com valor igual à nobreza do seu sangue; que estão talvez dispersos, feridos, prisioneiros. Que esta bênção desça e seja para vós bálsamo, conforto, protecção, auspício dos mais eleitos e abundantes favores e auxílios celestes; e seja para o mundo inquieto e convulsionado esperança de tranquilidade e de paz! (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 5/1/1942, pp. 345-349).

Alocução de 11 de Janeiro de 1943

Aos calorosos cumprimentos, dilectos filhos e filhas, que a elevada expressão do vosso ilustre intérprete Nos apresentou em vosso nome, como não poderiam corresponder os votos que elevamos a Deus por vós? Nós experimentamos neste momento, não vencidas pela tristeza da hora presente, uma suave consolação, uma alegria profunda, porque nas vossas pessoas vemos representada de algum modo diante de Nós toda a Nossa dilecta Roma. A tão eminente estado vos alçou a disposição da Divina Providência no curso da História. Vós tendes consciência disso e ao mesmo tempo isso leva-vos a ter uma legítima altivez e um sentimento de grave responsabilidade.

Por privilégio de nascimento, a disposição divina colocou-vos como uma cidade sobre o monte. Não podeis, portanto, permanecer escondidos (cfr.

Mt., 5, 14): destinou-vos, pois, a viver em pleno século XX, presentemente em dias de aflicção e angústia. Se estais ainda situados no alto e do alto dominais, não é mais à maneira dos vossos antepassados. Aqueles, habitando nas suas fortalezas e nos seus castelos isolados, de difícil acesso, de defesas formidáveis — torres e casas solarengas esparsas por toda a Itália, inclusive na região romana — encontravam ali um refúgio contra as incursões de rivais ou de malfeitores, ali organizavam a defesa armada, dali desciam para combater na planície. Também vós, seus descendentes, atraís a vós os olhares daqueles que estão embaixo, no vale. Considerai, na História, os grandes nomes, aqueles que portais, tornados famosos pelo valor militar, pelos serviços sociais dignos de todo o louvor e prémio, pelo zelo religioso, pela santidade. Quais

e quantas auréolas de glória os cingem! O povo os tem cantado e exaltado pela voz dos seus escritores e dos seus poetas, pela mão dos seus artistas. Mas também julgou, e tem julgado até agora, com implacável severidade, que chega por vezes até à injustiça, os seus erros e as suas culpas. Se procurais a causa disso, encontrá-la-eis na alta função, no seu posto de responsabilidade ao qual não convêm quedas ou faltas, e nem mesmo uma honestidade comum ou uma simples e ordinária mediania.

A responsabilidade que vós, dilectos filhos e filhas, e em geral a nobreza carrega diante do povo, não é hoje de muito menor ónus do que aquela que pesava já sobre os vossos antepassados, como ensina a História com toda a clareza.

Com efeito, se observamos os povos que outrora professavam unidos e concordes a Fé no seio da Civilização Cristã, vemos no presente vastos campos de ruínas religiosas e morais, pelo que muito raras são as regiões do antigo Ocidente cristão nas quais a avalanche da convulsão espiritual não tenha deixado traços da sua devastação.

Não que tudo e todos tenham sido arrastados e oprimidos; antes, não duvidamos em afirmar que, raramente no curso dos tempos, a vivacidade e a firmeza da Fé, a dedicação a Cristo e a prontidão em defender a sua causa foram no mundo católico tão abertas, manifestas, fortes como são hoje em dia, tanto que sob vários aspectos poder-se-ia quase fazer uma comparação com os primeiros séculos da Igreja. Mas, na própria comparação aparece igualmente o reverso da medalha. A frente cristã choca-se agora contra uma civilização não cristã, ou melhor, no nosso caso, contra uma civilização que se distanciou de Cristo — e isso agrava a situação no confronto com os primeiros séculos do Cristianismo. Essa descristianização é hoje tão poderosa e audaz que torna difícil, com demasiada frequência, à atmosfera espiritual e religiosa, expandir-se e manter-se inteiramente livre e imune do seu hálito venenoso.

Convém todavia recordar que tal caminho para a incredulidade e a irreligião teve o seu ponto de partida, não na base, porém no alto, quer dizer, nas classes dirigentes, nos grupos de elite, na nobreza, nos pensadores e filósofos. Não temos em vista falar aqui — notai-o bem — de toda a nobreza, e muito menos da Nobreza romana, a qual largamente se distinguiu pela sua fidelidade à Igreja e a esta Sé Apostólica — e as eloquentes e filiais expressões que ouvimos há pouco, disto são uma nova e luminosa prova — mas da nobreza europeia em geral. Não se nota porventura nos últimos séculos,

no Ocidente cristão, uma evolução espiritual que, por assim dizer, horizontal e verticalmente, em amplitude e em profundidade, estava demolindo e solapando cada vez mais a Fé, levando à ruína manifestada hoje por multidões de homens sem Religião ou hostis à Religião, ou ao menos animados e transviados por íntimo e equivocado cepticismo em relação ao sobrenatural e ao Cristianismo?

Na vanguarda desta evolução esteve a assim chamada Reforma Protestante, em cujas convulsões e guerras grande parte da Nobreza europeia se separou da Igreja Católica e espoliou-Lhe os bens. Mas a incredulidade propriamente difundiu-se nos tempos que precederam a Revolução Francesa. Os historiadores notam que o ateísmo, mesmo sob o verniz de deísmo, propagara-se então rapidamente na alta sociedade de França e de outros lugares: acreditar em Deus Criador e Redentor tornara-se, naquele mundo entregue a todos os prazeres sensuais, quase coisa ridícula e não condizente com espíritos cultos e ávidos de novidades e de progresso.

Na maioria dos salões, das maiores e mais requintadas damas — onde se agitavam os mais árduos problemas de religião, filosofia e política —, literatos e filósofos, fautores de teorias subversivas, eram considerados como o mais belo e rebuscado ornamento daqueles encontros mundanos. A impiedade era moda na alta sociedade, e os escritores mais em voga teriam sido menos audaciosos nos seus ataques à Religião se não tivessem tido o apoio e a instigação da sociedade mais elegante.

Não que a nobreza e os filósofos se propusessem, todos e directamente, como finalidade, a descristianização das massas. Pelo contrário, a Religião deveria permanecer para o povo simples como um meio de governo em mãos do Estado. Eles porém sentiam-se e achavam-se superiores à Fé e aos seus preceitos morais. Política que logo se mostrou funesta e de vistas curtas, mesmo para quem a considerasse sob o aspecto puramente psicológico.

Com rigor de lógica, o povo, potente no bem e terrível no mal, sabe tirar as consequências práticas das suas observações e julgamentos, sejam estes certos ou falsos. Considerai a História da Civilização nos últimos dois séculos: ela patenteia-vos e demonstra que danos para a Fé e para os costumes do povo foram produzidos pelo mau exemplo que procede do alto, pela frivolidade religiosa das classes elevadas, e pela aberta luta intelectual contra a verdade revelada.

Ora, o que convém deduzir desses ensinamentos

da História? Que hoje a salvação deve iniciar-se por onde a perversão teve origem. Em si não é difícil manter no povo a Religião e os bons costumes, quando as classes altas o precedem com o seu bom exemplo e criam condições públicas que não tornem desmedidamente pesada a formação da vida cristã, mas a façam imitável e doce.

Porventura não é essa a vossa função, dilectos filhos e filhas, que pela nobreza das vossas famílias e pelos cargos que não raras vezes ocupais, pertenceis às classes dirigentes? A grande missão que vos toca, e convosco a não poucos outros — ou seja, de começar pela reforma ou aperfeiçoamento da vida particular, em vós mesmos e na vossa casa, e de vos esforçardes, cada um no seu lugar e do seu lado, por fazer surgir uma ordem cristã na vida pública — não permite dilação ou demora. Missão esta nobilíssima e rica de promessas num momento em que, como reacção contra o materialismo devastador e aviltante, vem-se revelando nas massas uma nova sede de valores espirituais e, contra a incredulidade, uma pronunciadíssima receptividade nas almas para as coisas religiosas. Manifestações que permitem esperar ter sido afinal superado definitivamente o ponto mais profundo da decadência espiritual. Cabe-vos, pois, com a luz e a atracção do bom exemplo, não menos do que com as obras, elevando-vos acima de qualquer mediocridade, a glória de colaborar para que aquelas iniciativas e aspirações de bem religioso e social sejam conduzidas a feliz cumprimento.

O que dizer da eficácia e do poder dos generosos da vossa classe que, penetrados pela grandeza da sua vocação, dedicaram plenamente a sua vida a espargir a luz da verdade e do bem? Daqueles *grands seigneurs de la plume*, como foram chamados, grandes senhores da acção intelectual, moral e religiosa? A Nossa voz não saberia elogiá-los em demasia: merecem o alto louvor de bons e fiéis servidores do Mestre divino, que produzem excelente fruto com os talentos que lhes foram confiados.

Apraz-nos acrescentar que o múnus da nobreza não há-de ficar satisfeito de resplandecer como um farol, que emite luz para os navegantes, mas não se move. A vossa dignidade consiste também em estar

à vista no alto da montanha em que estais colocados, sempre prontos a ver na planície todas as penas, sofrimentos, angústias, para descer solícitos a fim de aliviá-las como consoladores compassivos e como auxiliares. Nestes tempos calamitosos, que campo se oferece à dedicação, ao zelo e à caridade do Patriciado e da Nobreza! Quais e quantos exemplos de virtude de ilustres nomes vêm confortar o Nosso coração! Por certo, se a responsabilidade diante das necessidades é grande, a acção de quem a ela se sujeita é tanto mais gloriosa quanto mais grave: assim também vós estareis cada vez mais à altura da vossa posição, pois o Pai celeste, que de modo particular vos destinou e elevou para ser refúgio, lume, socorro no mundo que sofre, não deixará de dar-vos em abundância e superabundância as graças para corresponder dignamente à vossa vocação.

Sim, verdadeiramente alta é também a vossa vocação, na qual se unem espírito cristão e condição social e vos convidam a fazer refulgir aquela bondade efusiva por si mesma, que conquista e acumula méritos e gratidão para vós junto aos homens, porém méritos ainda maiores e mais nobres junto a Deus, justo remunerador do bem que, feito ao próximo, é por Ele considerado como feito a Si mesmo. Não cesseis, pois, de esforçar-vos para que pela vossa generosa acção não apenas seja honrado o vosso benéfico nome, mas o povo exalte o cristianismo que anima a vossa vida, inspira a vossa actividade e vos eleva a Deus. E de Deus, dilectos filhos e filhas, invocando todo o favor celeste para as vossas famílias, para as vossas crianças de inefável sorriso, para os juvenzinhos de serena adolescência, para os galhardos moços de confiante audácia, para os homens maduros de viril propósito, para os anciãos de sábios conselhos, que alegam e sustentam as vossas insignes linhagens, e especialmente para os caros e valerosos ausentes, objecto dos vossos ansiosos pensamentos e do vosso especial affecto. Nós vos concedemos de toda a alma a Nossa paternal Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 11/1/1943, pp. 357-362).

Alocução de 19 de Janeiro de 1944

Não quisestes, dilectos filhos e filhas, que as presentes provações, as quais interrompem e perturbam o calmo andamento da vida familiar e social, vos impedissem de vir, como noutros anos,

oferecer-Nos com filial devoção a homenagem dos vossos cumprimentos. Este período trágico e doloroso, cheio de angústias e de cuidados, impõe graves deveres, providências e propósitos tendo em

vista a reconstituição da sociedade humana ao tranquilizar-se e cessar num pacífico amanhã, o enorme cataclismo mundial. Nunca as orações foram tão necessárias. Nunca os votos foram mais oportunos. Agradecemos-vos, com todo o afecto da Nossa alma, os que Nos apresentastes pela voz do vosso ilustre intérprete, e mais ainda pelo concurso de propósitos e de acções que estamos sempre certos de encontrar em vós. Quando a casa está em chamas, uma primeira solicitude é pedir socorro para apagar o fogo. Mas depois do desastre convém reparar os danos e reerguer o edifício.

Assistimos hoje a um dos maiores incêndios da História, uma das mais profundas convulsões políticas e sociais assinaladas nos anais do mundo, mas ao qual está por suceder uma nova ordenação, cujo segredo se encontra ainda selado no desígnio e no coração de Deus, providente regedor do curso dos acontecimentos humanos e do seu termo.

As coisas terrenas fluem como um rio no sulco do tempo. O passado cede necessariamente o lugar e o caminho ao porvir, e o presente não é senão um instante fugaz que vincula um ao outro. É um facto, um movimento, uma lei; não é um mal em si. O mal seria se este presente, que deveria ser uma onda tranquila na continuidade da corrente, se tornasse um vagalhão marinho, que convulsionasse todas as coisas como um tufão ou um ciclone no seu avançar, cavando com fúria destruidora e voraz um abismo entre aquilo que passou e o que está por vir. Tais saltos desordenados, que a História faz no seu curso, constituem então e determinam o que se chama uma crise, ou seja, uma passagem perigosa que pode conduzir à salvação ou à ruína irreparável, mas cuja solução ainda está envolta em mistério, dentro das nuvens negras das forças em choque.

Quem considera, estuda e pondera com seriedade o passado mais próximo, não pode negar que teria sido possível evitar o mal feito e esconjurar a crise graças a um procedimento normal, em que cada um tivesse cumprido decorosa e corajosamente a missão que lhe foi conferida pela Providência Divina.

Porventura, não é a sociedade humana, ou pelo menos não deveria ser, semelhante a uma máquina bem ordenada, cujas partes concorrem todas para um funcionamento harmónico conjunto? Cada qual tem a sua função, cada qual deve empenhar-se num maior progresso do organismo social, cujo aperfeiçoamento deve procurar de acordo com as suas próprias forças e virtudes, se tem verdadeiro amor ao próximo e deseja razoavelmente o bem e o proveito de todos.

Ora, que parte vos foi consignada de maneira especial, queridos filhos e filhas? Que missão vos foi particularmente atribuída? Precisamente a de facilitar este desenvolvimento normal; o serviço que na máquina prestam e executam o regulador, o volante, o reostato, os quais participam da actividade comum e recebem a sua parte da força motriz para assegurar o movimento próprio ao aparelho. Noutros termos, Patriciado e Nobreza, vós representais e continuais a tradição.

Esta palavra, bem se sabe, soa desagradavelmente a muitos ouvidos. Ela desagrada, com razão, quando pronunciada por certos lábios. Alguns a compreendem mal; outros usam-na como falacioso pretexto para o seu egoísmo inactivo. À vista de um desentendimento e desacordo tão dramáticos, não poucas vozes invejosas, muitas vezes hostis e de má fé, e mais frequentemente ainda ignorantes ou enganadas, questionam-vos e perguntam-vos sem rebuços: para que servis? Para responder-lhes, convém antes entender-se o verdadeiro sentido e valor desta tradição, da qual desejais ser, antes de tudo, os representantes.

Muitos espíritos, mesmo sinceros, imaginam e creem que a tradição não é mais do que a lembrança, o pálido vestígio de um passado que já não existe, que não pode voltar, e que quando muito é relegado com veneração, se se quiser com reconhecimento, à conservação de um museu, que poucos admiradores ou amigos visitam. Se nisto consistisse e a isto se reduzisse a tradição, e se esta importasse em recusa ou menosprezo do caminho do porvir, seria razoável negar-lhe respeito e honra, e deveriam ser olhados com compaixão os sonhadores do passado, retardatários frente ao presente e ao futuro, e com maior severidade ainda aqueles que, movidos por intenções menos respeitáveis e puras, não são mais do que desertores dos deveres da hora tão lutuosa que vai decorrendo.

Mas a tradição é coisa muito diversa dum simples apego a um passado já desaparecido; é justamente o contrário duma reacção que desconfia de qualquer progresso sadio. Etimologicamente o próprio vocábulo é sinónimo de caminho e de marcha para a frente — sinonímia e não identidade. Com efeito, enquanto o progresso indica somente o facto de caminhar para a frente, passo após passo, procurando com o olhar um incerto porvir, a tradição indica também um caminho para a frente, mas um caminho contínuo, que se desenvolve ao mesmo tempo tranquilo e vivaz, de acordo com as leis da vida, escapando à angustiosa alternativa *si jeunesse savait, si vieillesse pouvait!* [se a juventude

soubesse, se a velhice pudesse]; semelhante àquele Senhor de Turenne, do qual foi dito: *“Il a eu dans sa jeunesse toute la prudence d’un âge avancé, et dans un âge avancé toute la vigueur de la jeunesse”* [Teve na sua mocidade toda a prudência dum idade avançada, e numa idade avançada todo o vigor da juventude] (Fléchier, Oração fúnebre, 1676).

Pela força da tradição, a juventude, iluminada e guiada pela experiência dos anciãos, avança com passo mais seguro, e a velhice transmite e entrega confiante o arado a mãos mais vigorosas, que continuam o sulco já iniciado. Como indica o seu nome, a tradição é um dom que passa de geração em geração; é a tocha que, a cada revezamento, um corredor põe na mão do outro, e confia-lha sem que a corrida pare ou diminua de velocidade. Tradição e progresso reciprocamente se completam com tanta harmonia que, assim como a tradição sem o progresso se contradiria a si mesma, assim também o progresso sem a tradição seria um empreendimento temerário, um salto no escuro.

Não, não se trata de remar contra a corrente, de retroceder para as formas de vida e de acção de idades já passadas, mas sim de, tomando e seguindo o que o passado tem de melhor, caminhar ao encontro do porvir com o vigor imutável da juventude.

Mas, procedendo desta forma, a vossa vocação resplandece já delineada, grande e laboriosa, pelo que deveria merecer-vos a gratidão de todos, e tornar-vos superiores às acusações que vos fossem feitas dum ou doutro lado.

Enquanto tendes providamente em vista ajudar o verdadeiro progresso para um mais são e feliz porvir, seria uma injustiça e uma ingratidão recriminar-vos e imputar-vos como uma desonra o culto do passado, o estudo da sua história, o amor aos santos costumes, a fidelidade irremovível aos princípios eternos. Os exemplos gloriosos ou infaustos daqueles que precederam os tempos presentes são uma lição e uma luz diante dos vossos passos. E com razão já foi dito que os ensinamentos da História fazem da Humanidade um homem que caminha sempre e nunca envelhece. Viveis na sociedade moderna, não como emigrados em País estrangeiro, mas como beneméritos e insignes cidadãos, que pretendem e querem trabalhar com os seus contemporâneos, a fim de preparar o saneamento, a restauração e o progresso do mundo.

Há males da sociedade, como há males dos indivíduos. Foi um grande acontecimento na história da medicina, quando um dia o célebre Laennec, homem de génio e de Fé, curvado solícitamente

sobre o peito dos doentes, armado do estetoscópio por ele inventado, os auscultava, distinguindo e interpretando os mais leves sopros, os fenómenos acústicos quase imperceptíveis, dos pulmões e do coração. Não é então uma função social de primeira ordem e de alto interesse, a de penetrar no meio do povo, e auscultar as aspirações e o mal-estar dos contemporâneos, ouvir e discernir o pulsar dos seus corações, procurar remédio para os males comuns, tocar delicadamente as suas chagas a fim de curá-las e salvar da infecção, que pode sobrevir por falta de cuidado, evitando irritá-las por um contacto por demais rude?

Compreender, amar na caridade de Cristo o povo do vosso tempo, provar com factos essa compreensão e esse amor, eis a arte de fazer aquele maior bem que vos compete realizar, não só directamente aos que estão ao redor de vós, mas numa esfera quase ilimitada, no momento em que a vossa experiência se torna um benefício para todos. E, nesta matéria, que esplêndidas lições dão tantos espíritos nobres, ardente e entusiasticamente dispostos a difundir e a suscitar uma ordem social cristã!

Não menos ofensivo é para vós, não menos nocivo seria para a sociedade, o infundado e injusto preconceito que não titubeasse em fazer crer e insinuar que o Patriciado e a Nobreza empanariam a sua própria honra e a dignidade da sua classe ocupando e exercendo funções e cargos que os inserissem na actividade geral. É bem verdade que, noutros tempos, o exercício das profissões não era ordinariamente reputado como digno dos nobres, excepção feita da carreira das armas; mas, mesmo então, não poucos deles, tão logo a defesa armada os deixava livres, não hesitavam em consagrar-se a actividades intelectuais, ou ao trabalho das suas mãos. Assim, actualmente, nas novas condições políticas e sociais, não é raro encontrar nomes de grandes famílias associados a progressos da ciência, da agricultura, da indústria, da administração pública, do governo; observadores tanto mais perspicazes do presente, seguros e ousados pioneiros do porvir, quanto mais se agarram com mão firme ao passado, prontos a tirar proveito da experiência dos seus maiores, atentos a resguardarem-se das ilusões ou dos erros que já foram causa de muitos passos errados e nocivos.

Guardiães, como quereis ser, da verdadeira tradição que ilustra as vossas famílias, cabe-vos a missão e a glória de contribuir para a salvação da convivência humana, preservando-a tanto da esterilidade a que a condenariam os melancólicos admiradores por demais zelosos do passado, como da

catástrofe a que a levariam temerários aventureiros ou profetas alucinados de um falaz e enganoso porvir. Na vossa obra aparecerá por cima de vós e em vós, a imagem da Providência Divina que, com força e doçura, dispõe e dirige todas as coisas no sentido do seu aperfeiçoamento (Sab. 8, 1); a não ser que a loucura do orgulho humano venha a pôr-se de través nos seus desígnios, os quais, porém, são sempre superiores ao mal, ao acaso e à fortuna. Com tal acção também sereis preciosos colaboradores da Igreja, que, mesmo no meio das agitações e dos conflitos, não cessa de promover o progresso espiritual dos povos, cidade de Deus sobre a terra, que prepara a Cidade Eterna.

Para esta vossa santa e fecunda missão — à qual, estamos certos, continuareis a corresponder com firme propósito, trabalhando com zelo e dedicação, mais do que nunca necessários nestes dias cheios de gravidade — imploramos as mais abundantes graças celestes, enquanto de todo o coração damos, a vós e a vossas queridas famílias, aos próximos e aos distantes, aos sãos e aos doentes, aos prisioneiros, aos dispersos, àqueles que se encontram expostos às mais acerbadas dores ou perigos, a Nossa paternal Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 19/1/1944, pp. 177-182).

Alocução de 14 de Janeiro de 1945

Uma vez mais, dilectos filhos e filhas, em meio às perturbações, aos lutos, às inquietações de todo o tipo, que põem à prova a família humana, viestes oferecer-Nos devotas felicitações, que o vosso ilustre porta-voz Nos apresentou com nobreza de sentimentos e delicadeza de expressão. Nós vo-lo agradecemos de coração, bem como pelas orações com as quais, numa época tão agitada, vós Nos assistis no cumprimento dos formidáveis deveres que pesam sobre os Nossos débeis ombros.

Assim como depois de todas as guerras e grandes calamidades há sempre chagas a serem curadas e devastações a reparar, assim também depois das grandes crises nacionais há toda uma adaptação a ser realizada a fim de reconduzir um País conturbado e danificado à ordem geral, e levá-lo a reconquistar o lugar que lhe compete, retomar o caminho rumo ao progresso e ao bem-estar que a sua situação e a sua história, os seus bens materiais e as suas capacidades espirituais lhe determinam.

Desta vez a obra de restauração é incomparavelmente mais vasta, delicada e complexa. Não se trata de reintegrar na normalidade apenas uma Nação. Pode-se dizer que o mundo inteiro precisa ser reedificado e a ordem universal restabelecida. Ordem material, ordem intelectual, ordem moral, ordem social, ordem internacional, tudo está para ser refeito e recolocado em movimento regular e constante. Essa tranquilidade da ordem, que é a paz, a única paz verdadeira, só pode renascer e perdurar sob a condição de fazer repousar a sociedade humana em Cristo, para recolher, recapitular e reunir tudo n'Ele: "*Instaurare omnia in Christo*" (Ef. 1, 10); pela união harmoniosa dos membros entre si e a sua incorporação na única Cabeça que é Cristo (Ef. 4, 15).

Ora, admite-se geralmente que esta reorganização não pode ser concebida como um puro e simples retorno ao passado. Um regresso assim não é possível. Embora num movimento frequentemente desordenado, desconexo, sem unidade nem coerência, o mundo continuou a caminhar. A História não pára, não pode parar; ela avança sempre, prosseguindo na sua marcha, ordenada e rectilínea, ou então confusa e sinuosa, rumo ao progresso ou a uma ilusão de progresso. Todavia ela caminha, ela corre, e querer simplesmente "dar marcha atrás" — não queremos dizer que para reduzir o mundo à imobilidade em posições antigas, mas para reconduzi-lo a um ponto de partida infelizmente abandonado por causa de desvios ou de falsos rumos — seria empresa vã e estéril. Não consiste nisto — como observamos no ano passado, nesta mesma ocasião — a verdadeira tradição. Tal como a reconstrução de um edifício, destinado a servir para usos hodiernos, não poderia ser concebida à maneira de uma reconstrução arqueológica, assim também ela não seria possível segundo esquemas arbitrários, mesmo que fossem teoricamente os melhores e os mais desejáveis. É preciso ter presente a imprescindível realidade, a realidade em toda a sua extensão.

Não queremos dizer com isso que é necessário contentar-se em ver passar a corrente, menos ainda em segui-la, vogar de acordo com o capricho dela, com o risco de deixar o barco bater nos recifes ou precipitar-se no abismo. A energia das torrentes, das cataratas tornou-se não apenas inofensiva, mas útil, fecunda, benéfica, para aqueles que, em vez de reagir contra ela ou de ceder, souberem dirigi-la por meio de eclusas, barragens, canalizações, desvios.

Tal é a tarefa dos dirigentes, os quais, com o olhar fixo nos imutáveis princípios do operar humano, devem saber e querer aplicar estas normas indefectíveis às contingências do momento.

Numa sociedade desenvolvida como a nossa, que deverá ser restaurada, reordenada após o grande cataclismo, a função de dirigir é assaz variada: dirigente é o homem de Estado, de governo, o homem político; dirigente é o operário, que, sem recorrer à violência, às ameaças, à propaganda insidiosa, mas com o seu próprio valor, soube granjear autoridade e crédito em torno de si; dirigentes, cada um no seu campo, são o engenheiro e o jurisconsulto, o diplomata e o economista, sem os quais o mundo material, social, internacional andaria à deriva; dirigentes são o professor universitário, o orador, o escritor, que têm em mira formar e guiar os espíritos; dirigente é o oficial, que inculca no ânimo dos seus soldados o sentimento do dever, do serviço, do sacrifício; dirigente é o médico no exercício da sua salutar missão; dirigente é o sacerdote, que mostra às almas a trilha da luz e da salvação, prestando-lhes auxílio para nela caminharem e avançarem seguramente.

Qual é, nesta multiplicidade de direcções, o vosso lugar, a vossa função, o vosso dever? Ele apresenta-se sob um duplo aspecto: função e dever pessoal de cada um de vós, função e dever da classe a que pertenceis.

O dever pessoal pede que vós, com a vossa virtude, com a vossa aplicação, vos esforceis por tornar-vos dirigentes na vossa profissão. Bem sabemos que a juventude hodierna da vossa nobre classe, cônica do obscuro presente e do ainda mais incerto futuro, está plenamente persuadida de que o trabalho é não somente um dever social, mas também uma garantia individual de vida. E entendemos a palavra profissão no seu sentido mais lato e abrangente, como já dissemos no ano passado. Profissões técnicas ou liberais, mas também actividades políticas, sociais, ocupações intelectuais, obras de toda a espécie, administração acurada, vigilante, laboriosa dos vossos patrimónios, das vossas terras, de acordo com os métodos mais modernos e experimentados de cultura, para o bem material, moral, social e espiritual dos colonos ou populações que nelas vivem. Em cada uma dessas condições deveis pôr todo o cuidado para alcançar êxito como dirigentes, seja por causa da confiança que em vós depositam aqueles que permaneceram fiéis às sadias e vivas tradições, seja por causa da desconfiança de muitos outros, desconfiança que deveis vencer, granjeando a sua amizade e o seu

respeito, à força de vos esmerardes em tudo na posição em que vos encontrais, na actividade que exerceis, qualquer que seja a natureza do posto ou a forma de actividade.

Em que deve, então, consistir esta vossa excelência de vida e de acção, e quais são as suas principais características?

Ela manifesta-se antes de tudo no esmero da vossa obra, seja técnica, científica, artística ou outra semelhante. A obra das vossas mãos e do vosso espírito deve ter aquele cunho de requinte e de perfeição que não se adquire de um dia para o outro, mas que reflecte a finura do pensamento, do sentimento, da alma, da consciência, herdada dos vossos antepassados e incessantemente fomentada pelo ideal cristão.

Ela mostra-se, além disso, no que pode chamar-se humanismo, quer dizer, a presença, a intervenção do homem completo em todas as manifestações da sua actividade, inclusive da especializada, de tal forma que a especialização da sua competência nunca seja uma hipertrofia e jamais atrofie nem vele a cultura geral, da mesma forma como numa frase musical a dominante não deve quebrar a harmonia nem oprimir a melodia.

Ela mostra-se, outrossim, na dignidade de todo o porte e de toda a conduta, dignidade, porém, não imperiosa, e que longe de ressaltar as distâncias, só as deixa transparecer, quando necessário, para inspirar aos outros uma mais alta nobreza de alma, de espírito e de coração.

Ela aparece, por fim, sobretudo no sentido de elevada moralidade, de rectidão, de honestidade, de probidade, que deve modelar cada palavra e cada acto. Uma sociedade imoral ou amoral, que já não sente na consciência e já não demonstra nos actos a distinção entre o bem e o mal, que já não se horroriza com o espectáculo da corrupção, que a desculpa e que a ela se adapta com indiferença, que a acolhe com favor, que a pratica sem perturbação nem remorsos, que a ostenta sem rubor, que nela se degrada, que se ri da virtude, está no caminho da ruína.

A alta sociedade francesa do século XVIII foi, entre muitos outros, um trágico exemplo disso. Nunca uma sociedade foi mais refinada, mais elegante, mais brilhante, mais fascinante. Os mais variados prazeres do espírito, uma intensa cultura intelectual, uma arte finíssima de agradar, uma requintada delicadeza de maneiras e de linguagem, dominavam aquela sociedade externamente tão cortês e amável, mas na qual tudo — livros, contos, figuras, alfaias, vestidos, penteados — convidava

a uma sensualidade que penetrava nas veias e nos corações, e na qual a própria infidelidade conjugal quase já não surpreendia nem escandalizava. Essa sociedade trabalhava assim pela sua própria decadência e corria para o abismo cavado pelas suas próprias mãos.

Muito diferente é a verdadeira fidalguia: esta faz resplandecer nas relações sociais uma humildade cheia de grandeza, uma caridade livre de qualquer egoísmo, de qualquer procura do próprio interesse. Não ignoramos com quanta bondade, doçura, dedicação e abnegação, muitos, e especialmente muitas de vós, nestes tempos de infinitas misérias e angústias, se curvaram sobre os infelizes, souberam irradiar em torno de si, em todas as formas mais avançadas e eficazes, a luz do seu caridoso amor. E este é outro aspecto da vossa missão.

Pois — não obstante preconceitos cegos e caluniosos — nada é tão contrário ao sentimento cristão e ao verdadeiro sentido e fim da vossa classe, em todos os países, mas particularmente nesta Roma,

mãe de Fé e de civilização, quanto o estreito espírito de casta. A casta divide a sociedade humana em secções ou compartimentos separados por paredes impenetráveis. O cavalheirismo, a cortesia, é de inspiração sobretudo cristã; é o vínculo que une entre si, sem confusão nem desordem, todas as classes. Longe de obrigar-vos a um isolamento soberbo, a vossa origem inclina-vos antes a penetrar em todas as ordens sociais, para comunicar-lhes aquele amor à perfeição, à cultura espiritual, à dignidade, àquele sentimento de compassiva solidariedade, que é a flor da Civilização Cristã.

Na presente hora de divisões e de ódios, que nobre missão vos foi consignada pelos desígnios da Providência Divina! Cumpra-a com toda a vossa Fé e com todo o vosso amor! Com tal augúrio e em atestado dos Nossos paternais votos para o ano já iniciado, concedemos de coração, a vós e a todas as vossas famílias, a Nossa Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 14/1/1945, pp. 273-277).

Alocução de 16 de Janeiro de 1946

Nos anos passados, dilectos filhos e filhas — depois de ter paternalmente acolhido os votos que o vosso ilustre intérprete tem por hábito oferecer — Nos na presente solenidade em vosso nome, com tão profundo sentimento e com tão nobres expressões de Fé e de devoção filial —, costumávamos acompanhar os Nossos agradecimentos com algumas recomendações sugeridas pelas circunstâncias do momento. Nós vos falávamos dos vossos deveres e da vossa função na sociedade moderna, atormentada e vacilante. Mas necessariamente de uma maneira um tanto geral, em vista de um futuro o qual era bem difícil prever exactamente quando ocorreria e que aspecto teria.

Sem dúvida, ele é obscuro ainda hoje. A incerteza permanece e o horizonte continua carregado de nuvens tempestuosas. Apenas cessado o conflito armado, os povos encontram-se frente a uma empresa cheia de responsabilidade pelas consequências que pesarão no curso dos tempos e desenharão os seus contornos. Trata-se, de facto, não só para a Itália, mas para muitas outras nações, de elaborar as suas Constituições políticas e sociais, quer para criar uma totalmente nova, quer para remanejar, retocar mais ou menos profundamente as que estão em vigor. O que torna o problema ainda mais difícil é que todas essas constituições terão existências diferentes e autónomas, como autónomas e diver-

sas são as nações que pretendem a si mesmas outorgá-las livremente. Elas não serão por isso (de facto, senão de direito) menos interdependentes. Trata-se portanto de um acontecimento da mais alta importância, semelhante ao qual raramente se apresentou algum na história do mundo.

Há algo aqui para fazer estremecer as veias e os pulsos dos mais corajosos, por pouco que tenham consciência da sua responsabilidade. Para perturbar os mais clarividentes, precisamente porque vêm melhor e mais longe do que os outros e, convencidos como estão da gravidade do assunto, compreender mais claramente a necessidade de dedicar-se na calma e no recolhimento à madura reflexão exigida por trabalhos de tão grande alcance. E eis que, entretanto, sob o impulso colectivo e recíproco, o acontecimento aparece iminente. Deverá ser enfrentado dentro em breve. Será preciso talvez, em poucos meses, encontrar as soluções e fixar as determinações definitivas que farão sentir os seus efeitos nos destinos, não de um só País, mas do mundo inteiro, e que, uma vez tomadas, estabelecerão talvez por um longo tempo a situação universal dos povos.

Com esse empreendimento, na nossa era de democracia, devem colaborar todos os membros da sociedade humana. De um lado os legisladores, com qualquer nome que sejam designados, aos

quais cabe deliberar e tirar as conclusões. De outro, o povo, ao qual compete fazer valer a sua vontade pela manifestação das suas opiniões ou pelo direito de voto. Tendes, também, portanto — pertencendo ou não à futura Assembleia Constituinte — uma função a cumprir, a qual é exercida ao mesmo tempo sobre os legisladores e sobre o povo. Que função é esta?

É possível que muitas vezes vos tenha acontecido encontrar, na igreja de Santo Inácio, grupos de peregrinos e de turistas. Viste-os deter-se, surpresos, na vasta nave central, com o olhar dirigido para a abóbada em que Andrea Pozzo pintou o seu monumental triunfo do Santo, na missão a ele confiada por Cristo de transmitir a luz divina até aos confins mais recônditos da Terra. Ao verem o apocalíptico desmoronamento de personagens e de figuras arquitetónicas que se chocam sobre as suas cabeças, pensam a princípio no delírio de um louco. Vós, então, os conduzis cortesmente até ao centro. À medida em que se aproximam dele, as pilastras erguem-se verticalmente, sustentando os arcos que ganham o espaço, e cada um dos visitantes, dispondo-se sobre o pequeno disco circular que indica no pavimento o ponto mais apropriado para os olhos, vê a abóbada material escapar ao seu olhar a fim de deixá-lo contemplar com pasmo, naquela admirável perspectiva, toda uma visão de anjos e de santos, de homens e de demónios que vivem e se agitam em torno de Cristo e de Inácio, nos quais se centra a grandiosa cena.

Assim o mundo, para quem só o vê na sua materialidade complexa e confusa, no seu movimento desordenado, oferece frequentemente o aspecto de um caos. Uns depois dos outros, os belos projectos dos mais hábeis construtores desmoronam e fazem crer irreparáveis as ruínas, impossível a constituição de um mundo novo em equilíbrio sobre bases firmes e estáveis. Porquê?

Há neste mundo uma pedra de granito posta por Cristo. Sobre essa pedra é preciso colocar-se e volver os olhos para o alto. Aí tem suas origens a restauração de todas as coisas em Cristo. Ora, Cristo revelou o segredo disso: "*Quaerite primum regnum Dei et iustitiam eius, et haec omnia adicientur vobis*" [Buscai, pois, em primeiro lugar, o reino de Deus e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão dadas de acréscimo] (Mt. 6, 33).

Não se pode pois elaborar a Constituição sã e vital de alguma sociedade ou Nação, se os dois grandes poderes, o legislador, nas suas deliberações e resoluções, e o povo, na expressão da sua opinião livre e no exercício das suas atribuições

eleitorais, não se apoiarem firmemente um e outro sobre esta base a fim de olhar para o alto e atrair sobre os seus países e sobre o mundo o reino de Deus. Dispõem-se porventura as coisas assim? Infelizmente estão elas bem longe disso.

Nas Assembleias deliberativas, como na multidão, quantos, não dotados de constante equilíbrio moral, correm e conduzem os outros ao acaso, nas trevas, pelas vias que levam à ruína! Outros, sentindo-se desorientados e extraviados, procuram ansiosamente, ou ao menos desejam vagamente a luz, um pouco de luz, sem saber onde está, sem aderir à única "*verdadeira luz, que ilumina todo o homem que vem a este mundo*" (Jo. 1, 9). Nela roçam a cada passo sem jamais reconhecê-la.

Embora supondo competentes, os membros dessas Assembleias, nas questões de ordem temporal, política, económica, administrativa, muitos deles são incomparavelmente menos versados nas matérias que dizem respeito à ordem religiosa, à doutrina e à moral cristã, à natureza, aos direitos e à missão da Igreja. No momento de terminarem o edifício, dão-se conta de que nada se mantém a prumo, porque ou falta a pedra angular ou ela não está no seu lugar.

Do seu lado, a multidão incontável, anónima, é fácil de ser agitada desordenadamente. Ela abandona-se cegamente, passivamente à torrente que a arrasta, ou ao capricho das correntes que a dividem e a extraviam. Uma vez tornada joguete das paixões ou dos interesses dos seus agitadores, não menos que das suas próprias ilusões, já não sabe firmar pé na rocha, e nela estabelecer-se para constituir um verdadeiro povo, quer dizer, um corpo vivo, com os membros e órgãos diferenciados de acordo com as suas respectivas formas e funções, mas todos concorrendo juntos para a sua actividade autónoma na ordem e na unidade.

Falámos já, noutra ocasião, das condições necessárias para que um povo se torne maduro para uma sã democracia. Mas quem pode conduzi-lo e elevá-lo a esta maturidade? Sem dúvida, a Igreja poderia a esse respeito tirar muitos ensinamentos dos tesouros da sua experiência e da sua própria acção civilizadora. Mas a vossa presença sugere-nos uma particular observação. Segundo o testemunho da História, onde reina uma verdadeira democracia a vida do povo está como que impregnada de sãs tradições, que é ilícito destruir. Representantes destas tradições são, antes de tudo, as classes dirigentes, ou seja, os grupos de homens e de mulheres ou as associações que dão, como se costuma dizer, o tom na aldeia e na cidade, na região e no País inteiro.

Daí a existência e o influxo, em todos os povos civilizados, de instituições eminentemente aristocráticas, no sentido mais alto da palavra, como são algumas academias de larga e bem merecida fama. Pertence a este número também a nobreza: sem pretender qualquer privilégio ou monopólio, ela é ou deveria ser uma daquelas instituições; instituição tradicional, fundada na continuidade de uma antiga educação. Certamente, numa sociedade democrática, como quer ser a sociedade moderna, um título de nascimento já não é suficiente para proporcionar autoridade e crédito. Portanto, para conservar dignamente a vossa elevada condição e a vossa categoria social, ou mais, para acrescê-la e elevá-la, deveis ser verdadeiramente uma elite, deveis preencher as condições e satisfazer as exigências indispensáveis na época em que vivemos.

Uma elite? Vós bem o podeis ser. Tendes atrás de vós todo um passado de tradições seculares, que representam valores fundamentais para a sadia vida de um povo. Entre essas tradições, das quais a justo título vos ufanaís, contaís em primeiro lugar a religiosidade, a Fé católica viva e operante. A História já não provou porventura, e cruelmente, que qualquer sociedade humana sem base religiosa corre fatalmente para a sua dissolução, ou termina no terror? Émulos dos vossos antepassados, deveis, portanto, brilhar diante do povo com a luz da vossa vida espiritual, com o esplendor da vossa fidelidade inconcussa a Cristo e à Igreja.

Entre aquelas tradições, contaís também a honra imaculada de uma vida conjugal e familiar profundamente cristã. De todos os países, pelo menos daqueles de civilização ocidental, eleva-se o brado de angústia do matrimónio e da família, tão lancinante que é impossível não ouvi-lo. Nisto também, em toda a vossa conduta, colocai-vos à frente do movimento de reforma e de restauração do lar.

Entre as mesmas tradições, contaís além disso a de ser para o povo, em todas as funções da vida pública às quais possais ser chamados, exemplos vivos de inflexível observância do dever, homens imparciais e desinteressados que, isentos de qualquer anseio desordenado de ambição ou de lucro, não aceitam um lugar senão para servir a boa causa, homens corajosos, que não se deixam intimidar

nem pela perda do favor do alto, nem por ameaças vindas de baixo.

Entre as mesmas tradições pondeis enfim a de uma calma e constante fidelidade a tudo quanto a experiência e a História convalidaram e consagraram, a de um espírito inacessível à agitação irrequieta e à ânsia cega de novidades que caracterizam o nosso tempo, mas também largamente aberto a todas as necessidades sociais. Firmemente persuadidos de que somente a doutrina da Igreja pode trazer remédio eficaz para os males presentes, tomaí a peito abrir-lhe o caminho, sem restrições nem desconfiças egoístas, pela palavra e pela acção, e particularmente constituindo, na administração dos vossos bens, empresas verdadeiramente modelares tanto no seu aspecto económico como no seu aspecto social. Um verdadeiro gentil-homem jamais presta o seu concurso a empreendimentos que não possam sustentar-se e prosperar senão com o dano do bem comum, com o prejuízo ou com a ruína das pessoas de condição modesta. Pelo contrário, terá como ponto de honra estar do lado dos pequenos, dos fracos, do povo, daqueles que, exercendo um ofício honesto, ganham o pão com o suor do seu rosto. Desta forma sereis verdadeiramente uma elite; assim cumprireis o vosso dever religioso e cristão; assim servireis nobremente a Deus e ao vosso país.

Possais, queridos filhos e filhas, com as vossas grandes tradições, com o desvelo pelo vosso progresso e pela vossa perfeição pessoal, humana e cristã, com os vossos serviços impregnados de amor, com a caridade e simplicidade das vossas relações com todas as classes sociais, ajudar o povo a firmar-se nesta pedra fundamental, a procurar o reinado de Deus e a sua justiça. É o voto que vos formulamos, é a oração que fazemos subir, pela intercessão do Imaculado Coração de Maria, ao Coração Divino de Cristo Rei, até ao trono do soberano Senhor dos povos e das nações. Desça copiosamente sobre vós a sua graça, em penhor da qual concedemos de coração a todos vós, às vossas famílias, a todas as pessoas que vos são caras, a Nossa paternal Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 16/1/1946, pp. 337-342).

Alocução de 8 de Janeiro de 1947

A homenagem da vossa devoção e da vossa fidelidade e os votos que, todos os anos, dilectos

filhos e filhas, por antigo costume vindes oferecer-Nos, expressos de um modo tão feliz pelo vosso

excelentíssimo intérprete, chegam sempre com agrado ao Nosso coração. Eles costumam naturalmente reflectir os pensamentos e os anseios que em graus diversos agitam os espíritos ante as mutáveis condições dos tempos. Depois dos horrores da guerra, depois das indizíveis misérias que a seguiram e das angústias originadas por uma suspensão das hostilidades que não podia chamar-se paz e não o era, mais uma vez retemos vossa atenção em tal oportunidade sobre a função e os deveres da nobreza na preparação do novo estado de coisas no mundo e de modo particular na vossa tão amada pátria. A nota característica era então a completa incerteza. Caminhava-se em plena obscuridade: as deliberações, as manifestações da vontade popular formavam-se e transformavam-se incessantemente. O que haveria de suceder? Ninguém poderia prever com precisão.

Entretanto, na cena do mundo, o ano há pouco transcorrido apresentou ao nosso olhar um espectáculo no qual não poderia por certo dizer-se que tenham faltado actividade, comoções, surpresas. O que pelo contrário faltou, como nos anos anteriores, foi a obtenção de soluções que deixassem os ânimos respirar com tranquilidade, que esclarecessem definitivamente as condições da vida pública, que apontassem o caminho certo para o futuro, embora fosse ele árduo e áspero. Dessa maneira — apesar de alguns notáveis progressos que esperamos duradouros — a incerteza continua a ser ainda o carácter dominante do momento presente, não só nas relações internacionais, das quais ansiosamente se esperam conclusões de paz pelo menos toleráveis, mas também na ordenação interna de cada um dos Estados. Ainda aqui, até agora não é dado prever com certeza qual será o resultado final do encontro, ou do choque, das várias tendências e forças, e sobretudo das diversas e discordantes doutrinas no campo religioso, social e político.

Menos difícil, pelo contrário, é determinar hoje, entre as diversas maneiras que se vos deparam, qual deva ser a vossa conduta.

A primeira dessas maneiras é inadmissível: é a do desertor, daquele que foi injustamente chamado "*émigré à l'intérieur*" [emigrado para o interior]; é a abstenção do homem amuado ou irado, que, por despeito ou falta de coragem, não faz uso das suas qualidades e das suas energias, não participa de qualquer das actividades do seu País e do seu tempo, mas retrai-se — como o Pelida Aquiles na sua tenda, junto aos navios de rápido curso, longe das batalhas — enquanto estão em jogo os destinos da Pátria.

Ainda menos digna é a abstenção quando efeito de uma indiferença indolente e passiva. Pior, de facto, do que o mau humor, o despeito e a falta de coragem seria o descaso perante a ruína em que estivessem prestes a cair os próprios irmãos e o povo. Tentar-se-ia em vão esconder tal indiferença sob a máscara da neutralidade; ela absolutamente não é neutra; querendo ou não, é cúmplice. Cada um dos leves flocos de neve que repousam docemente sobre as encostas da montanha, e a adornam com a sua alvura, contribui, ao deixar-se arrastar passivamente, para fazer da pequena massa de neve que se destaca do cume, a avalanche que leva o desastre ao vale, e que arrasa e sepulta as tranquilas moradias. Somente o compacto bloco de neve, que faz um só corpo com a rocha subjacente, opõe à avalanche uma resistência vitoriosa, que pode detê-la ou pelo menos diminuir a sua marcha devastadora.

Tal é o homem justo e firme nos seus propósitos de bem, de que fala Horácio em célebre ode (Carm. III, 3), que não se deixa abalar, no seu inquebrantável modo de pensar, nem pelo furor dos cidadãos que dão ordens delituosas, nem pelo senho ameaçador do tirano, mas que, pelo contrário, permanece impávido ainda que o Universo caia em pedaços sobre ele: "*Si fractus illabatur orbis, impavidum ferient ruinae*" [ainda que o mundo se desfizesse em pedaços, as suas ruínas feririam ao varão, sem contudo abalá-lo]. Mas se este homem justo e forte for um cristão, não se contentará em permanecer hirto e impassível no meio das ruínas: sentir-se-á na obrigação de resistir e de impedir o cataclismo, ou pelo menos de limitar os estragos deste; e mesmo quando não for possível conter a avalanche destruidora, ainda lá estará ele para reconstruir o edifício abatido, para semear o campo devastado. Tal deve ser a conduta que vos convém. Consiste ela, sem que tenhais que renunciar à liberdade das vossas convicções e das vossas opiniões sobre as vicissitudes humanas, em tomar a ordem contingente das coisas como está, e em dirigir os efeitos dela para o bem, não tanto de determinada classe, como para o de toda a comunidade.

Ora, este bem comum — quer dizer, a efectivação de condições públicas normais e estáveis de modo que, tanto para os indivíduos, como para as famílias, não se torne difícil levar uma vida com o recto uso das suas forças, segundo a Lei de Deus, digna, ordenada, feliz — é o fim e a norma do Estado e dos seus órgãos.

Os homens, quer os indivíduos, quer a sociedade humana e o seu bem comum, estão sempre

ligados à ordem absoluta dos valores estabelecida por Deus. Ora, precisamente para realizar e tornar eficaz esta ligação de maneira digna à natureza humana, foi dada ao homem a liberdade pessoal, e a tutela dessa liberdade é o objectivo de toda a ordenação jurídica merecedora de tal nome. Mas daí segue-se, por outro lado, que não pode existir a liberdade e o direito de violar essa ordem absoluta de valores. A defesa da moralidade pública, que é sem dúvida um elemento precípua para a manutenção do bem comum da parte do Estado, ficaria lesada e desconjuntada, se, para citar um exemplo, se concedesse, sem tomar em consideração aquela ordem suprema, uma liberdade incondicional à imprensa e ao cinema. Neste caso não se reconheceria o direito à verdadeira e genuína liberdade. Mas acabar-se-ia por legalizar a licenciosidade, se se permitisse à imprensa e ao cinema solapar os fundamentos religiosos e morais da vida do povo. Para compreender e admitir um princípio como este nem sequer é necessário ser cristão. Basta o uso, não perturbado pelas paixões, da razão e do sadio senso moral e jurídico.

É bem possível que alguns graves acontecimentos, amadurecidos no curso do ano há pouco terminado, tenham tido no coração de não poucos dentre vós um eco doloroso. Mas quem vive da riqueza do pensamento cristão, não se deixa abater nem desconcertar pelos acontecimentos humanos, quaisquer que sejam, e volta corajosamente o olhar para tudo o que permaneceu, e que entretanto é tão grande e tão digno dos seus cuidados. O que permaneceu é a pátria e o povo; é o Estado, cujo fim supremo é o verdadeiro bem de todos e cuja missão requer a cooperação comum, na qual cada cidadão tem o seu lugar. São os milhões de espíritos íntegros que se alegram em ver este bem comum à luz de Deus e promovê-lo segundo os ordenamentos jamais envelhecidos da sua Lei.

A Itália está a ponto de outorgar-se uma nova Constituição. Quem poderia desconhecer a importância capital de um tal empreendimento? O que é o princípio vital no corpo vivo, é a Constituição no organismo social, cujo desenvolvimento, não só económico, mas também moral, é estritamente condicionado por ela. Se portanto existe alguém que tem necessidade de ter o olhar fixado nos ordenamentos estabelecidos por Deus, se alguém é obrigado a ter constantemente diante dos olhos o verdadeiro bem de todos, tais certamente são aqueles a quem é confiada a grande obra de redigir uma Constituição.

Por outro lado, do que adiantam as melhores

leis, se têm de permanecer letra morta? Sua eficácia depende em grande parte daqueles que devem aplicá-las. Nas mãos de homens que não têm o seu espírito, que talvez internamente dissintam de quanto elas dispõem ou que não são espiritual e moralmente capazes de colocá-las em prática, mesmo a mais perfeita obra legislativa perde muito do seu valor. Uma boa Constituição é, sem dúvida, de alto valor. Isto não obstante, aquilo de que o Estado tem absoluta necessidade, é de homens competentes e especializados em matéria política e administrativa, inteiramente dedicados ao bem maior da Nação, guiados por princípios claros e sadios.

Por isso, a voz da vossa pátria, a qual foi sacudida pelas graves convulsões dos últimos anos, chama para colaborar todos os honestos, homens e mulheres, em cujas famílias e em cujas pessoas vive o melhor do vigor espiritual, das categorias morais e das tradições vívidas e sempre vivas do País. Aquela voz exorta-os a colocar-se à disposição do Estado, com toda a força das suas convicções íntimas, e a trabalhar pelo bem do povo!

E eis que se abre, assim, também para vós, o caminho rumo ao futuro.

Mostrámos no ano passado, nesta mesma ocasião, como também nas democracias de recente data, e que não têm atrás de si qualquer vestígio de um passado feudal, foi-se formando, pela própria força das coisas, uma espécie de nova nobreza ou aristocracia. Tal é a comunidade das famílias que, por tradição, põem todas as suas energias ao serviço do Estado, do seu governo, da administração, e com cuja fidelidade ele pode contar a qualquer momento.

A vossa função está portanto bem longe de ser negativa; ela supõe em vós muito estudo, muito trabalho, muita abnegação e sobretudo muito amor. Não obstante a rápida evolução dos tempos, ela não perdeu o seu valor, não chegou ao seu termo. O que se requer ainda de vós, e que deve ser a característica da vossa educação tradicional e familiar, é o fino sentimento e a vontade de não vos prevalecerdes da vossa condição — privilégio hoje frequentemente grave e austero — senão para servir.

Ide portanto, dilectos filhos e filhas, com coragem e com humilde ufania de encontro ao futuro. A vossa função social, nova na forma, é em substância a mesma, como nos vossos tempos passados de maior esplendor. Se por vezes ela vos parecer difícil, árdua, talvez até não isenta de desilusões, não esqueçais que a Providência Divina, a qual vo-la confiou, prodigalizar-vos-á a seu tempo as forças e os socorros necessários para cumpri-la

dignamente. Tais auxílios, Nós os pedimos para vós ao Deus feito homem a fim de reerguer a sociedade humana da sua decadência, para estabelecer a nova sociedade sobre uma base indestrutível, para ser Ele próprio a pedra angular do edifício, a fim de restaurá-lo sempre novamente de geração em geração. E como penhor dos mais eleitos favo-

res celestes, concedemos com paternal afecto a vós, às vossas famílias, a todas as pessoas que tendes no coração, presentes e distantes, de modo particular à vossa querida juventude, a Nossa Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 8/1/1947, pp. 367-371).

Alocução de 14 de Janeiro de 1948

Dilectos filhos e filhas!

Se bem que as difíceis circunstâncias presentes Nos tenham levado a dar este ano uma forma exterior diversa da costumeira à vossa tradicional audiência, apesar disso, nem o acolhimento das vossas homenagens e votos, nem a expressão das Nossas felicitações a vós e às vossas famílias, perderam qualquer coisa do seu valor intrínseco e do seu profundo significado.

Assim como o coração do Pai comum não precisa de muitas palavras para derramar-se no de filhos que lhe são próximos, do mesmo modo só a vossa presença já é por si mesma o mais eloquente testemunho e a mais clara confirmação dos vossos imutáveis sentimentos de fidelidade e de devoção para com esta Sé Apostólica e o Vigário de Cristo.

A gravidade da hora não pode perturbar e abalar senão os tíbios e hesitantes. Para os espíritos ardorosos, generosos, habituados a viver em Cristo e com Cristo, ela é, pelo contrário, um poderoso estímulo para dominá-la e vencê-la. E vós quereis sem dúvida ser do número destes últimos.

Por isso, o que esperamos de vós é antes de tudo uma fortaleza de alma que as mais duras provas não poderão abater; uma fortaleza de alma que faça de vós não somente perfeitos soldados de Cristo para vós mesmos, mas também, por assim dizer, adestradores e sustentáculos daqueles que forem tentados a duvidar ou a ceder.

O que esperamos de vós é, em segundo lugar, uma presteza na acção que não se atemoriza nem

se deixa desencorajar com a previsão de qualquer sacrifício que o bem comum hoje exija. Uma presteza e um fervor que, tornando-vos animosos no cumprimento de todos os vossos deveres de católicos e de cidadãos, vos preserve de cair num “abstencionismo” apático e inerte, que seria gravemente culposos numa época em que estão em jogo os mais vitais interesses da Religião e da pátria.

O que esperamos de vós é, finalmente, uma generosa adesão — não à flor dos lábios e de mera forma, mas dada do fundo do coração e convertida em acto sem reservas — ao preceito fundamental da doutrina e da vida cristã, preceito de fraternidade e de justiça social, cuja observância não poderá deixar de assegurar a vós mesmos verdadeira felicidade espiritual e temporal.

Possam esta fortaleza de alma, este fervor, este espírito fraterno guiar cada um dos vossos passos, e alentar os vossos caminhos no curso do Ano Novo, que tão incerto se anuncia, e que parece quase conduzir-vos ao longo de um obscuro túnel.

Então, este será sem dúvida para vós um ano não só de árduas provas, mas também de luz interior, de alegria espiritual e de benéficas vitórias.

Em tal expectativa e com inabalável confiança no Senhor e na Virgem protectora desta Cidade Eterna, concedemo-vos de todo o coração a Nossa paternal Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 14/1/1948, pp. 423-424).

Alocução de 15 de Janeiro de 1949

As festas natalinas e a passagem do ano constituem para as famílias cristãs uma ocasião, acolhida sempre com alegria, de estreitar ainda mais os vínculos de afecto e de manifestar o amor recíproco com felicitações e com a mútua promessa de orações. Essa alegria, Nós a experimentamos hoje com a vossa vinda, dilectos filhos e filhas, para,

segundo uma antiga tradição, oferecer-Nos a vossa devota homenagem, expressa de modo feliz pelo vosso ilustre e jovem intérprete.

Mas, os membros de uma família digna desse nome não se contentam em trocar fórmulas de felicitações obsoletas e surradas. A cada ano o pai renova as suas costumeiras recomendações, ilus-

trando-as e completando-as com as advertências sugeridas pelas exigências especiais do momento. Da sua parte, os filhos examinam a própria conduta para poder — se for o caso — lealmente afirmar a sua docilidade aos conselhos paternos.

Assim fazemos também Nós. Todos os anos recordamo-vos, na variedade dos seus múltiplos aspectos, os deveres fundamentais e imutáveis que a vossa posição na sociedade vos impõe. No ano passado, Nós os delineamos com a brevidade requerida pelas circunstâncias. Não duvidamos que, interrogando a vossa consciência, vos tendes perguntado com que fidelidade e de que maneira prática, concreta, efectiva, no decurso do ano passado, destes prova de fortaleza de alma, de presteza de acção, de generosa adesão aos preceitos da doutrina e da vida cristã conforme o vosso próprio estado.

Sem dúvida, esse tríptico dever vincula a todos e em qualquer ocasião; apesar disso, ele gradua-se e diferencia-se segundo os acontecimentos sempre mutáveis e as condições especiais daqueles a quem obriga.

A Providência Divina conferiu a cada um uma função particular na sociedade humana; por isso dividiu e distribuiu os seus dons. Ora, esses dons ou talentos devem produzir o seu fruto e vós sabeis que o Senhor pedirá contas a cada um sobre o modo como foram administrados, e, de acordo com o rendimento obtido, julgará e discernirá os bons e os maus servos (cfr. Mt. 25, 14 ss.; Lc. 16, 2). O rigor dos tempos poderia colocar-vos também na necessidade de trabalhar, como tantos outros, para ganhar a vida; mas então, mesmo neste caso, teríeis, em razão do vosso nascimento, dons e deveres especiais no meio dos vossos compatriotas.

É bem verdade que, na nova Constituição italiana, “*os títulos nobiliárquicos não são reconhecidos*”, excepção feita, naturalmente, conforme o artº 42 da Concordata, no que diz respeito à Santa Sé, daqueles que foram conferidos ou que serão de futuro conferidos pelos Sumos Pontífices; mas a própria Constituição não pôde anular o passado nem a história das vossas famílias. Portanto, também agora o povo — seja ele favorável ou contrário a vós, tenha em relação a vós uma confiança respeitosa ou sentimentos hostis — olha e observa que exemplo dais na vossa vida. Cabe-vos, pois, corresponder a esta expectativa e mostrar de que maneira a vossa conduta e os vossos actos estão de acordo com a verdade e a virtude, particularmente nos pontos que acima recordamos nas Nossas recomendações.

De fortaleza de ânimo todos têm necessidade,

mas especialmente nos nossos dias, para suportar corajosamente os sofrimentos, para superar vitoriosamente as dificuldades da vida, e para cumprir constantemente o próprio dever. Quem não tem que sofrer? Quem não tem que penar? Quem não tem que lutar? Somente aquele que se rende e foge. Porém, mais do que outros, vós não tendes o direito de vos entregar e de fugir. Hoje os sofrimentos, as dificuldades e as necessidades são, habitualmente, comuns a todas as classes, a todas as condições, a todas as famílias, a todas as pessoas. E se alguns estão isentos de tal, se nadam na abundância e nos prazeres, isso deveria movê-los a tomar sobre si as misérias e as dificuldades alheias. Quem poderia achar contentamento e repouso, quem, pelo contrário, não sentiria mal-estar e rubor por viver no ócio e na frivolidade, no luxo e nos prazeres, em meio a uma quase geral tribulação?

Presteza de acção: Na grande solidariedade pessoal e social, deve cada qual estar pronto a trabalhar, a sacrificar-se e a consagrar-se ao bem de todos. A diferença está, não no facto da obrigação, mas na maneira de a satisfazer. Não é então verdade que os que dispõem de mais tempo e de meios mais abundantes devem ser os mais assíduos e mais solícitos em servir? Quando falamos de meios, não entendemos referir-Nos somente nem primariamente às riquezas, mas a todos os dotes de inteligência, cultura, educação, conhecimento, autoridade, dotes estes que não são concedidos a alguns privilegiados da sorte para a sua exclusiva vantagem, ou para criar uma irremediável desigualdade entre irmãos, mas para o bem de toda a comunidade social. Em tudo o que for serviço do próximo, da sociedade, da Igreja, de Deus, deveis ser sempre os primeiros. Nisto consiste o vosso verdadeiro ponto de honra, nisto está a vossa mais nobre precedência.

Generosa adesão aos preceitos da doutrina e da vida cristã. Estes são iguais para todos, pois não há duas verdades nem duas leis: ricos e pobres, grandes e pequenos, elevados e humildes, todos são igualmente obrigados a submeter o seu intelecto, pela Fé, ao mesmo Dogma, e a sua vontade, pela obediência, à mesma Moral. Porém, o justo juízo de Deus será muito mais severo para com aqueles que mais receberam, que estão em melhores condições de conhecer a única doutrina, e de pô-la em prática na vida quotidiana, os que com o seu exemplo e com a sua autoridade podem mais facilmente dirigir os outros no caminho da justiça e da salvação, ou perdê-los nas funestas sendas da incredulidade e do pecado.

Dilectos filhos e filhas! O ano passado mostrou quanto essas três forças interiores são necessárias e também tornou patente os notáveis resultados que com o recto uso delas se pode conseguir. O que importa acima de tudo é que a acção não sofra qualquer interrupção ou diminuição de ritmo, mas se desenvolva e se avive com constância e firmeza. Por isso, com particular satisfação, notamos, pelas palavras do vosso intérprete, quão profunda é a vossa compreensão dos males sociais hodiernos e quão firme é o propósito de contribuir para lhes dar remédio conforme a justiça e a caridade.

Fortificai, pois, nas vossas almas, a resolução de

corresponder plenamente ao que Cristo, a Igreja, a sociedade esperam confiantes de vós, a fim de que, no dia da grande retribuição, possais ouvir a palavra de bem-aventurança do Juiz supremo: "*Servo bom e fiel, entra no gáudio do teu Senhor*" (Mt. 25, 21).

Tal é o voto que, na aurora deste Ano Novo, apresentamos por vós ao Menino Jesus, enquanto com o coração transbordante concedemos a vós, às vossas famílias, a todas as pessoas que vos são caras, a Nossa paternal Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 15/1/1949, pp. 345-348).

Alocução de 12 de Janeiro de 1950

Se Nós, dilectos filhos e filhas, conformando-Nos com o exemplo dos Nossos predecessores, costumamos acolher-vos no início do Ano Novo, para receber e retribuir os votos de felicidades, o Nosso espírito, longe de obedecer a considerações ou preferências mundanas, é movido por razões de honra e de fidelidade. Saudamos em vós os descendentes e representantes de famílias que se assinalaram outrora no serviço da Santa Sé e do Vigário de Cristo, e permaneceram fiéis ao Pontificado Romano, mesmo quando este se encontrava exposto a ultrajes e perseguições. Sem dúvida, no decurso do tempo, a ordem social pôde evoluir e o seu centro deslocar-se; as funções públicas, que antes estavam reservadas à vossa classe, podem agora ser conferidas e exercidas sobre uma base de igualdade; todavia, a um tal atestado de reconhecida memória — que deve igualmente servir de impulso para o futuro — também o homem moderno, se quiser ter sentimentos de rectidão e equanimidade, não pode negar compreensão e respeito.

Vós vos encontrais hoje reunidos à Nossa volta, na aurora do ano que marca a divisão entre as duas metades do século XX, ano jubilar, inaugurado com a abertura da Porta Santa. Considerada em si mesma, a cerimónia religiosa dos três golpes de martelo, batidos no centro da Porta, tem um valor simbólico; é o símbolo da abertura do grande perdão. Como explicar, então, a viva impressão que ela suscitou não só nos filhos devotos da Igreja, os quais estão à altura de penetrar-lhe o sentido íntimo, mas também em muitos outros que lhe são estranhos e que pareceriam sensíveis apenas àquilo que se toca, se mede e se traduz em cifras? Deve-

mos, talvez, tomar isto como o pressentimento e a espera de um novo meio século menos carregado de amarguras e desilusões? O sintoma de uma necessidade de purificação e de reparação, o anseio de reconciliação e de paz entre os homens, que a guerra e as lutas sociais desuniram tanto? Como, então, podemos não ver, com humilde e cristã confiança, nesse início tão salutar do grande Jubileu o dedo de Deus?

O poder da bênção, que o Ano Santo é chamado a irradiar sobre a Humanidade, dependerá em boa parte da maior cooperação que os católicos prestarem, sobretudo com a oração e a expiação. Mas, a esse respeito, os fiéis de Roma têm certamente deveres e responsabilidades especiais: o seu modo de comportar-se, de viver, estarão este ano mais particularmente sob o olhar da Igreja universal, representada pela multidão de peregrinos que, de todas as partes do mundo, afluirão à Urbe. A vós mesmos, dilectos filhos e filhas, não faltarão as ocasiões de preceder os outros e de arrastá-los atrás de vós pelo bom exemplo: exemplo de fervor na oração, de simplicidade cristã na maneira de viver, de renúncia às comodidades e aos prazeres, de verdadeiro espírito de penitência, de hospitalidade cordial, de zelo nas obras de caridade a favor dos humildes, dos sofredores e dos pobres, de fortaleza intrépida na defesa da causa de Deus.

Além disso, a classe a que pertenceis coloca-vos mais facilmente e com maior frequência em contacto com personagens categorizadas de outros países. Procurai com empenho, em tais circunstâncias, promover a aproximação e a paz entre os homens e entre as nações. Possa a face da terra, no

fim do Ano Santo, resplandecer mais serena na tranquilidade e na fraterna concórdia!

Com tais desejos, concedemos de todo o coração a vós e às vossas famílias, de modo particular

aos que estão distantes, aos doentes, a Nossa paternal Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 12/1/1950, pp. 357-358).

Alocução de 11 de Janeiro de 1951

Com o coração transbordante dirigimos a Nossa saudação paternal aos membros da Nobreza e do Patriciado romano que, fiéis a uma antiga tradição, estão reunidos à volta de Nós para oferecer-Nos as suas felicitações na aurora do Ano Novo; felicitações estas expressas com filial devoção pelo vosso ilustre e eloquente intérprete.

Um após outro, cada ano entra na História transmitindo ao subsequente um património pelo qual é responsável. O que há pouco terminou, o Ano Santo de 1950, permanecerá como um dos maiores na ordem moral, e especialmente sobrenatural. Dele os vossos anais de família registrarão as datas mais brilhantes como outros tantos faróis luminosos, para iluminar o caminho que se abre diante dos vossos filhos e netos.

Mas serão esses anais quiçá como um livro selado? Ou conterão apenas as recordações de um passado morto? Não. Deverão, ao contrário, ser a mensagem das gerações desaparecidas às gerações futuras.

A celebração do Ano Santo terminou para Roma, não à maneira de um espectáculo que chegou ao fim, mas como o programa de uma vida crescente, purificada, santificada, fecundada pela graça e que deve continuar a enriquecer-se com o incessante contributo dos pensamentos e dos sentimentos, das resoluções e dos actos cuja memória os vossos antepassados vos transmitiram, a fim de que vós mesmos comuniquéis o exemplo disso àqueles que virão depois de vós.

O sopro impetuoso dos novos tempos arrasta na sua voragem as tradições do passado. Mas com isso vem mostrar mais claramente o que está destinado a cair como folhas mortas, e o que, pelo contrário, pela força da sua vida interna, tende a manter-se e a consolidar-se.

Uma Nobreza e um Patriciado que, por assim dizer, se anquilosassem na saudade dos tempos idos, voltar-se-iam para um inevitável declínio.

Hoje, mais do que nunca sois chamados a ser uma elite, não somente de sangue e de estirpe, porém ainda mais de obras e de sacrifícios, de

realizações criadoras no serviço de toda a comunidade social.

A este dever ninguém pode subtrair-se impunemente. Ele não é somente um dever do homem e do cidadão; é também um mandamento sagrado da Fé que herdastes dos vossos pais, e que deveis, como eles, legar íntegra e inalterada aos vossos descendentes.

Bani, pois, do meio de vós qualquer abatimento e qualquer pusilanimidade: qualquer abatimento perante uma evolução que faz desaparecer consigo muitas coisas que outras épocas edificaram; qualquer pusilanimidade à vista dos graves acontecimentos que acompanham as novidades dos nossos dias.

Ser romano significa ser forte no agir, mas também no suportar.

Ser cristão significa ir de encontro aos padecimentos e às provas, aos deveres e às necessidades do tempo, com a coragem, a força e a serenidade de espírito que alcançam, na fonte das esperanças eternas, o antídoto contra qualquer angústia humana.

Humanamente grande é o altivo dito de Horácio: "*Si fractus illabatur orbis, impavidum ferient ruinae*" [Ainda que o mundo se desfizesse em pedaços, as suas ruínas feririam ao varão, sem contudo abalá-lo] (Odes III, 3).

Porém, quão mais belo, mais confiante e mais arrebatador é o brado de vitória que brota dos lábios cristãos e dos corações transbordantes de Fé: "*Non confundar in aeternum!*" [Não serei confundido eternamente] (Te Deum).

Implorando para vós, do Autor de todo o bem, a fortaleza intrépida e o dom divino de uma esperança inabalável fundada na Fé, concedemos de coração a vós, dilectos filhos e filhas, às vossas famílias e a todos os que vos são caros, próximos e distantes, são e doentes, às vossas santas aspirações, aos vossos empreendimentos, a Nossa Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 11/1/1951, pp. 423-424).

Alocução de 14 de Janeiro de 1952

Fiéis à vossa antiga tradição, viestes, dilectos filhos e filhas, também este ano apresentar ao Chefe visível da Igreja o testemunho da vossa devoção e as vossas felicitações de Ano Novo. Nós os acolhemos com vivo e afectuoso reconhecimento, e em contrapartida oferecemo-vos os Nossos mais calorosos votos; os quais incluímos nas Nossas preces, para que o ano que há pouco se iniciou seja marcado pela selo da bondade divina e enriquecido pelos mais preciosos favores da Providência. A esses votos desejamos acrescentar, como de costume, algumas dádivas espirituais de ordem prática, que compendiaremos brevemente numa tríplice exortação.

I) Em primeiro lugar, considerai com intrepidez e valor a realidade presente. Parece-Nos supérfluo insistir em pedir a vossa atenção para aquilo que foi objecto das Nossas considerações há cerca de três anos. Parecer-Nos-ia vão e pouco digno de vós dissimulá-las com eufemismos prudentes, especialmente depois das palavras do vosso eloquente intérprete, que Nos deu tão claro testemunho da vossa adesão à Doutrina Social da Igreja e aos deveres que dela decorrem. A nova Constituição italiana já não vos reconhece como classe social, no Estado e no povo, nenhuma missão particular, nenhum atributo, nenhum privilégio. Virou-se uma página da História, terminou um capítulo. Pôs-se o ponto final que indica o termo de um passado social e económico, um novo capítulo abriu-se inaugurando formas de vida bem diversas. Pode-se pensar o que quiser, mas o facto é esse. É o “caminhar fatal” da História. Alguém sentirá talvez penosamente uma tão profunda transformação. Mas de que adianta deter-se nessa longa e amarga degustação? Todos devem afinal inclinar-se diante da realidade. A diferença está somente na “maneira”. Enquanto os medíocres, na adversidade, limitam-se a mostrar uma fisionomia contrafeita, os espíritos superiores sabem, segundo a expressão clássica, porém num sentido mais elevado, mostrar-se *beaux joueurs*, conservando imperturbável o seu porte nobre e sereno.

II) Elevai o olhar e mantende-o fixo no ideal cristão. Todas essas agitações, evoluções ou revoluções deixam-no intacto, e nada podem contra o que é a própria essência da autêntica nobreza, isto é, a nobreza que aspira à perfeição cristã, como o Redentor a enunciou no Sermão da Montanha. Fidelidade incondicional à doutrina católica, a Cristo e à sua Igreja; capacidade e vontade de ser

também modelo e guia para os demais. Será necessário enumerar as aplicações práticas? Dai ao mundo, inclusive ao mundo dos que crêem e dos católicos praticantes, o exemplo duma vida conjugal irrepreensível, a edificação dum lar verdadeiramente exemplar. Oponde um dique, nas vossas casas e nos vossos ambientes, a qualquer infiltração dos princípios de perdição, das condescendências e tolerâncias perniciosas, que poderiam contaminar ou ofuscar a pureza do matrimónio e da família. Eis certamente um empreendimento insigne e santo, bem capaz de inflamar o zelo da Nobreza romana e cristã dos nossos tempos.

Enquanto propomos estas reflexões à vossa consideração, pensamos de modo especial nos países em que a catástrofe destruidora golpeou com particular rigor as famílias da vossa classe, reduzindo-as do poder e da riqueza ao abandono e até à extrema miséria; mas, ao mesmo tempo, mostrou e focalizou a nobreza e a generosidade com que tantas delas permaneceram fiéis a Deus mesmo na desventura, e a silenciosa magnanimidade e dignidade com que souberam conduzir a própria sorte — virtudes estas que não se improvisam, mas florescem e maturam na hora da prova.

III) Finalmente, dai à obra comum a vossa colaboração pronta e devota. Bastante vasto é o campo em que a vossa actividade pode exercitar-se utilmente: na Igreja e no Estado, na vida parlamentar e administrativa, nas letras, nas ciências, nas artes, nas várias profissões. Um só comportamento vos é vedado e seria radicalmente oposto ao espírito original da vossa condição: referimo-Nos ao “abstencionismo”. Mais do que uma “emigração” este seria uma deserção, pois diante do que possa acontecer e custe quanto custar, é preciso manter a estreita união de todas as forças católicas, contra qualquer perigo da menor rachadura.

Bem pode ser que um ou outro aspecto da presente ordem de coisas vos desagrade. Contudo, no interesse e pelo amor do bem comum, para a salvação da Civilização Cristã nesta crise que, longe de atenuar-se, parece ir avolumando-se, permaneçei firmes na trincheira, na primeira linha de defesa. As vossas qualidades particulares podem, também hoje, encontrar aí óptima aplicação. Os vossos nomes que, desde um longínquo passado, ressoam altamente nas recordações, na história da Igreja e da sociedade civil, trazem à memória figuras de grandes homens e fazem ecoar nas vossas

almas a voz admoestadora que vos lembra o dever de vos mostrardes dignos deles.

O sentimento inato da perseverança e da continuidade, o apego à tradição sadiamente entendida, são notas características da verdadeira nobreza. Se a elas souberdes unir uma ampla largueza de vistas sobre a realidade contemporânea, especialmente sobre a justiça social, e uma leal e franca colaboração, conferireis à vida pública um concurso do mais alto valor.

Tais são, dilectos filhos e filhas, as reflexões que

julgamos oportuno sugerir-vos na aurora deste Ano Novo. Queira o Senhor inspirar-vos o propósito de colocá-las em prática e dignar-se fecundar a vossa boa intenção com a abundância das suas graças, no auspício das quais concedemos de todo o coração a vós, às vossas famílias, aos vossos filhos, aos vossos doentes e enfermos, a quantos vos são caros, próximos e distantes, a Nossa paternal Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 14/1/1952, pp. 457-459).

Alocução de 9 de Janeiro de 1958

Com vivo agrado, dilectos filhos e filhas, vindos para reafirmar a devota fidelidade a esta Sé Apostólica, acolhemo-vos na Nossa casa, ainda penetrada dos santos eflúvios das festividades natalinas. Com ânimo de pai, ansioso de cercar-se do afecto dos filhos, condescendemos de bom grado ao vosso desejo de ouvir uma vez mais algumas palavras de exortação, em resposta aos votos há pouco a Nós dirigidos pelo vosso exímio e eloquente intérprete.

A presente audiência desperta no Nosso ânimo a recordação da primeira visita que Nos fizestes no longínquo 1940. Quantos dolorosos desfalques, desde então, nas vossas eleitas fileiras; mas, também, quantas novas e formosas flores desabrochadas no mesmo canteiro! A lembrança comovida de uns e a risonha presença de outros parecem encerrar numa ampla moldura todo um quadro de vida que, embora transcorrida, não deixa de proporcionar salutarens ensinamentos e de irradiar luzes de esperança no vosso presente e futuro. Enquanto aqueles de “*fronte emoldurada de neve e de prata*” — assim nos exprimíamos então — passaram à paz dos justos, ornados dos “*muitos méritos adquiridos no longo cumprimento do dever*”; outros, “*animados pela flor da juventude ou pelo esplendor da maturidade*” ocuparam ou ocupam o seu posto impelidos pela inconténível mão do tempo, por sua vez guiado pela próspera sabedoria do Criador. Entretanto, entraram na liça pela “*incremento e defesa de qualquer boa causa*” aqueles que se contavam então no número dos pequeninos, para cuja “*inocência serena e sorridente*” se inclinava a Nossa predilecção, e dos quais amávamos “*a ingénua candura, o fulgor vivo e puro dos seus olhares, reflexo angélico da limpidez das suas almas*” (cfr. *Discorsi e Radiomessaggi*, vol. I, 1940, p. 472). Pois bem, àqueles pequeninos de então, no presente jovens ardorosos ou homens maduros,

desejamos dirigir, antes de tudo, uma palavra, como a abrir uma fresta no íntimo do Nosso coração.

Vós que, ao início de cada Ano Novo, não deixáveis de visitar-Nos, recordais certamente a férvida solicitude com que Nos empenhamos em traçar-vos o caminho do futuro, que se mostrava já então árduo, em razão das profundas convulsões e transformações que ameaçavam o mundo. Estamos certos, portanto, que vós, mesmo quando as vossas frentes estiverem emolduradas de neve e de prata, sereis testemunhas não só da Nossa estima e do Nosso afecto, mas também da verdade, fundamento e oportunidade das Nossas recomendações, como dos frutos que delas queremos esperar para vós mesmos e para a sociedade.

Recordareis particularmente aos vossos filhos e netos como o Papa da vossa infância e juventude não se omitiu de indicar-vos os novos encargos impostos à nobreza pelas novas condições dos tempos; que, ao contrário, muitas vezes vos explicou como a operosidade teria sido o título mais sólido e digno para assegurar-vos a permanência entre os dirigentes da sociedade; que as desigualdades sociais, ao mesmo tempo que vos davam realce, prescreviam-vos deveres específicos ao serviço do bem comum; que das classes mais elevadas podiam descer para o povo grandes vantagens ou graves danos; que as transformações nas formas de vida podem, onde quer que seja, harmonizar-se com as tradições, das quais as famílias do Patriciado são depositárias.

Muitas vezes, referindo-Nos às contingências do tempo e dos acontecimentos, exortamo-vos a tomar parte activa na cura das chagas produzidas pela guerra, na reconstrução da paz, no renascer da vida nacional, furtando-vos à “emigração” ou à abstenção; porque na nova sociedade restava ainda amplo espaço para vós, se vos mostrásseis verda-

deiramente *élites* e *optimates*, isto é, insignes pela serenidade de ânimo, presteza na acção, generosa adesão. Recordareis outrossim os Nossos incitamentos a banir qualquer abatimento e pusilanimidade perante a evolução dos tempos, e as exortações a adaptar-vos corajosamente às novas circunstâncias, fixando o olhar no ideal cristão, verdadeiro e indelével título de genuína nobreza. E porque, dilectos filhos e filhas, vos dissemos e repetimos estes conselhos e recomendações, senão para premunir-vos de amargos desenganos, para conservar às vossas estirpes a herança das glórias dos antepassados, para assegurar à sociedade à qual pertenceis, o valioso contributo que permanecéis ainda em condições de oferecer? Todavia — perguntar-Nos-eis talvez — o que de concreto deveremos fazer para alcançar um tão alto escopo?

Antes de tudo, deveis insistir numa conduta religiosa e moral irrepreensível, especialmente na família, e praticar uma sã austeridade de vida. Fazei com que as outras classes notem o património das virtudes e dos dons que vos são próprios, fruto de longas tradições familiares. Tais são a imperturbável fortaleza de ânimo, a fidelidade e a dedicação às causas mais dignas, a piedade terna e munificente para com os débeis e os pobres, o trato prudente e delicado nos negócios difíceis e graves, aquele prestígio pessoal, quase hereditário, nas famílias nobres, pelo qual se consegue persuadir sem oprimir, arrastar sem forçar, conquistar sem humilhar o ânimo do outro, mesmo dos adversários e rivais. A utilização destes dons e o exercício das virtudes religiosas e cívicas são a resposta mais convincente aos preconceitos e às desconfianças, pois manifestam a última vitalidade do espírito, na qual tem origem qualquer vigor externo e a fecundidade das obras.

Vigor e fecundidade das obras! Eis duas características da genuína nobreza, das quais os sinais heráldicos, impressos no bronze e no mármore, são testemunho perene, porque representam como que a trama visível da história política e cultural de não poucas gloriosas cidades europeias. É verdade que a sociedade moderna não costuma aguardar da vossa classe, com preferência, a nota certa para dar início às obras e enfrentar os acontecimentos; contudo, ela não recusa a cooperação dos altos talentos que há entre vós, pois que uma judiciosa porção dela conserva um justo respeito às tradições e preza o valor do alto decoro, desde que haja nele um sólido fundamento; enquanto a outra parte da sociedade, que ostenta indiferença e talvez desprezo pelas vetustas formas de vida, não é de todo imune

à sedução do brilho social; de tal modo isto é verdade que se esforça por criar novas formas de aristocracia, algumas dignas de estima, outras fundadas em vaidades e frivolidades, gratificadas apenas com o apropriar-se dos elementos decadentes das antigas instituições.

É porém claro que o vigor e a fecundidade das obras não pode hoje manifestar-se sempre com formas já ultrapassadas. Isto não significa que se tenha restringido o campo das vossas actividades; ele foi, pelo contrário, ampliado na totalidade das profissões e dos ofícios. O terreno profissional está totalmente aberto também a vós; em todos os sectores podeis ser úteis e tornar-vos insignes: nos cargos da administração pública e do governo, nas actividades científicas, culturais, artísticas, industriais, comerciais.

Gostaríamos, por fim, que a vossa influência na sociedade lhe evitasse um grave perigo próprio dos tempos modernos. É notório que a sociedade progride e se eleva quando as virtudes de uma classe se difundem nas outras. Decai, ao contrário, se se transferem de uma para outra os vícios e os abusos. Pela debilidade da natureza humana verifica-se, na maior parte das vezes, a difusão destes, e hoje com tanto maior celeridade quanto mais fáceis são os meios de comunicação, de informação e de contactos pessoais, não só entre Nação e Nação, mas entre Continentes.

Sucedem no campo moral o que se verifica no da sanidade física: nem a distância nem as fronteiras impedem jamais que um germe epidémico atinja em breve tempo regiões longínquas. Ora, as classes elevadas, entre as quais está a vossa, em consequência das múltiplas relações e das frequentes permanências em países de estado moral diferente, e talvez também inferior, poderiam tornar-se facilmente veículos de desvios nos costumes. Referimo-nos particularmente àqueles abusos que ameaçam a santidade do matrimónio, a educação religiosa e moral da juventude, a temperança cristã nos divertimentos, o respeito ao pudor. A tradição da vossa pátria no tocante a esses valores deve ser defendida e mantida sagrada e inviolável, e tutelada contra as insídias dos germes de dissolução, provenham eles de onde for. Qualquer tentativa de romper com essa tradição, ao mesmo tempo que não indica progresso, a não ser rumo à dissolução, é um atentado à honra e à dignidade da Nação.

No que vos diz respeito, vigiai e actuai a fim de que as perniciosas teorias e os perversos exemplos jamais contem com a vossa aprovação e simpatia, e menos ainda encontrem em vós veículos favorá-

veis e focos de infecção. Aquele profundo respeito às tradições, que cultivais e com o qual tencionais distinguir-vos na sociedade, seja para vós um sustentáculo a fim de conservardes no meio ao povo tão preciosos tesouros. Pode ser esta a mais alta função social da nobreza hodierna; é certamente o maior serviço que podeis prestar à Igreja e à pátria.

Exercitar, pois, as virtudes e empregar em proveito comum os dons próprios da vossa classe, sobressair nas profissões e actividades prontamente abraçadas, preservar a nação das contaminações externas: eis as recomendações que Nos parece dever-vos oferecer neste início do Ano Novo.

Acolhei-as, dilectos filhos e filhas, das Nossas

mãos paternas, transformadas por um generoso acto de vontade, num tríplice compromisso, ofereci-as, por sua vez, como dons inteiramente pessoais, ao Divino Infante, que as aceitará como ouro, incenso e mirra, a Ele oferecidos pelos magos do Oriente em dia longínquo.

Para que o Onnipotente corrobore os vossos propósitos e realize os Nossos votos, atendendo às súplicas que para tanto a Ele dirigimos, desça sobre vós todos, sobre as vossas famílias, particularmente sobre as vossas crianças, continuadoras no futuro das vossas mais dignas tradições, a Nossa Bênção Apostólica (*Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 9/1/1958, pp. 707-711).

Alocução de Bento XV ao Patriciado e à Nobreza romana de 5 de Janeiro de 1920

Na recente comemoração do Natal de Jesus Cristo ressoou mais uma vez à Nossa Fé o celestial canto dos Anjos, que louvavam a Deus e a Paz. Desde aquele dia venturoso não cessaram de ressoar junto a Nós, como harmonioso concerto, as vozes de felicitações e afecto, que os Nossos filhos distantes, e muito mais os próximos, quiseram fazer chegar à humilde pessoa d'Aquele no qual, da mesma forma como reconhecem perpetuada a missão de Cristo, também desejam continuar as suas promessas e benefícios.

Mas à maneira como, depois do prazer de um concerto, se aprecia e se degusta ainda mais a voz de quem repete e desenvolve sozinho as notas do coro, assim, depois dos votos que Nos alegraram no recente período natalício, volta a Nós, sempre mais grata, a bem conhecida voz do Patriciado e da Nobreza romana, modulada por vós, senhor Príncipe, com acentos de Fé e de calor, tradicionais nas nobres Casas de Roma.

Vós qualificastes de tristes e graves os anos que se encerraram, e aqueles que se vão abrir; mas, uma vez que, justamente perante esse aspecto de tanta tristeza, vós invocastes a consolação e a ajuda do Céu sobre o curso atribulado do Nosso Pontificado, Nós vos agradecemos, senhor Príncipe. Agradecemos outrossim a todos os Patrícios e Nobres da nossa Roma que aqui vieram associar-se às vossas felicitações, ou o fazem de longe, porque impedidos de acorrer a este Trono, ao qual se mantiveram fiéis os seus maiores, assim como permanecem fiéis os membros das suas estirpes.

Ainda vos agradecemos as palavras que vos aprouve endereçar-Nos como a Sumo Sacerdote, ao volver um olhar retrospectivo à obra árdua,

combatida, não reconhecida, da Igreja Católica durante o mais terrível dos cataclismos humanos. Alegra-Nos notar que, enquanto o vosso acto de obséquio era dirigido ao Chefe do Sacerdócio Católico, o vosso elogio, elevado à categoria de manifestação colectiva desta nobre classe, tenha sido bela e oportunamente dirigido aos mais directos e fiéis intérpretes dos nossos sentimentos em meio à multidão, queremos dizer, aos membros do clero.

O clero, dilectíssimos filhos, não é uma organização de guerra, mas de paz; só pode dedicar-se a empresas pacíficas, e não a obras de guerra. Não obstante, o seu apostolado, ainda que em meio ao golpe terrível da guerra, abre-lhe múltiplas vias para bem obrar e bem merecer.

Por isso, pudestes vê-lo nos campos de batalha confortar os temerosos, consolar os moribundos, acompanhar os feridos. Pudestes vê-lo acolher os últimos suspiros nos hospitais, limpar as máculas das almas, alentar nas aflições da dor, confortar nas longas e perigosas convalescenças, reavivar o senso do dever, preservar dos loucos abusos trazidos pela desventura. Pudestes vê-lo nas casas vazias dos pobres, nas aldeias negligenciadas, no meio de povos desencorajados, entre multidões de fugitivos, sustentar, muitas vezes sozinho e sempre sem chamar a atenção, o ânimo dos mais golpeados pela necessidade, a sorte das viúvas, o futuro dos hospitais, a resistência das massas. Pudestes ainda vê-lo nas perseguições, nas calúnias, no exílio, nas prisões, na pobreza, nas mortes, obscuro herói do grande drama, paciente arauto do dever junto a cada uma das partes em conflito, exemplo de sacrifícios, vítima de ódios, alvo de invejas, imagem do Bom Pastor.

Pudestes vê-lo, ó dilectos filhos!...

Mas, enquanto com o digno representante do Patriciado Romano Vós reconhecíeis que “*o sacerdote, à custa de qualquer sacrifício, dava-se inteiramente a si mesmo para o bem do seu próximo*”, também Nós reconhecemos a existência dum outro sacerdócio, semelhante ao sacerdócio da Igreja: o da nobreza. Ao lado do “*regale Sacerdotium*” de Cristo, vós também, ó nobres, vos elevastes como “*genus electum*” da sociedade; e a vossa obra foi aquela que, acima de qualquer outra, se assemelhou e emulou com a obra do clero. Enquanto o sacerdote assistia, sustentava, confortava com a palavra, com o exemplo, com a coragem, com as promessas de Cristo, a nobreza cumpria também ela o seu dever no teatro de batalha, nas ambulâncias, nas cidades, nos campos; e lutando, assistindo, contribuindo ou morrendo — velhos e jovens, homens e mulheres — tinham fé nas tradições das glórias avoengas e nas obrigações que a sua condição impõe.

Se, portanto, a Nós se torna grato o elogio feito aos sacerdotes da nossa Igreja pela obra cumprida no doloroso período da guerra, é coisa justa que por Nós seja dado o devido louvor também ao sacerdócio da nobreza. Um e outro sacerdócio representantes do Papa, porque numa hora tristíssima interpretaram-Lhe bem os sentimentos; entretanto, enquanto Nos associamos ao elogio que o Patriciado Romano quis hoje tecer aos sacerdotes da Igreja, tributamos semelhante louvor à obra de zelo e de caridade realizada no mesmo período da guerra, pelos mais ilustres membros do Patriciado e da Nobreza romana.

Queremos mais, abrir ainda melhor as Nossas disposições, ó dilectíssimos filhos. A conflagração mundial parece estar finalmente nos seus últimos lampejos; por isso, o clero dedica-se agora às obras de paz, mais conformes à índole da sua missão no mundo. Pelo contrário, não terminará nem sequer depois da assinatura de qualquer protocolo de paz, a obra de iluminado zelo e de caridade eficaz que os nobres sabiamente empreenderam durante o período da guerra.

E deveremos dizer que o sacerdócio da nobreza, prossequindo as suas benemerências também no tempo da paz, será por isso encarado por Nós com particular benevolência! Ah! do ardor do zelo dispendido em dias nefastos apraz-Nos deduzir a constância dos propósitos, com a qual os Patrícios e os Nobres de Roma continuarão a cumprir, em horas mais alegres, os santos empreendimentos nos quais se alimenta o sacerdócio da nobreza!

O Apóstolo S. Paulo admoestava os nobres do seu tempo, para que fossem, ou se tornassem tais como a sua condição o requeria. Por conseguinte, não satisfeito de lhes ter dito também que deveriam mostrar-se modelo de bem agir, na doutrina, na pureza dos costumes, na gravidade, “*in omnibus te ipsum praebe exemplum bonorum operum in doctrina, in integritate, in gravitate*” (Ti. 2, 7), S. Paulo considerava mais directamente os nobres, quando escrevia ao seu discípulo Timóteo para que admoestasse os ricos “*divitibus huius saeculi praecepe*”, que fizessem o bem e se tornassem ricos em boas obras “*bene agere, divites fieri in bonis operibus*” (I Tim. 6, 17).

Com razão, pode-se dizer a esse respeito que as admoestações do Apóstolo convêm de modo admirável também aos nobres da nossa época. Também vós, dilectíssimos filhos, tendes a obrigação de andar adiante dos outros com a luz do bom exemplo “*in omnibus te ipsum praebe exemplum bonorum operum*”.

Em todos os tempos urgiu aos nobres o dever de facilitar o ensinamento da verdade e “*in doctrina*”; mas hoje, quando a confusão das ideias, companhia da revolução dos povos, fez perderem-se, em tantos lugares e por parte de tantas pessoas, as verdadeiras noções do Direito, da Justiça e da Caridade, da Religião e da Pátria, cresceu ainda mais a obrigação dos nobres de empenhar-se em fazer voltar ao património intelectual dos povos estas santas noções, que nos devem dirigir na actividade quotidiana. Em todos os tempos urgiu aos nobres o dever de nada admitir de indecente nas palavras ou nos actos, a fim de que a sua licenciosidade não fosse um incitamento ao vício para os subalternos, “*in integritate, in gravitate*”; mas também este dever, oh! quanto se tornou mais forte e mais grave por causa dos maus costumes da nossa época! Não somente os cavalheiros, mas também as damas são por isso obrigados a unir-se em santa liga contra os exageros e a falta de compostura da moda, afastando de si, e não tolerando nos outros, aquilo que não é consentido pelas leis da modéstia cristã.

E para chegar à aplicação daquilo que dissemos ter S. Paulo recomendado, mais directamente, aos nobres do seu tempo, “*divitibus huius saeculi, praecepe... bene agere, divites fieri in bonis operibus*”, basta-Nos que os Patrícios e Nobres de Roma continuem, em tempo de paz, a conformar-se àquele espírito de caridade de que deram boa prova no tempo de guerra. As necessidades da hora na qual se desenvolverá a sua acção, e as condições parti-

culares dos lugares, poderão determinar variadas e diferentes formas de caridade; mas se vós, ó dilectíssimos filhos, não esquecerdes de que a caridade é devida também ao inimigo de ontem se hoje languidesce na miséria, demonstrareis ter feito vosso o "*bene agere*" de S. Paulo, enriquecer-vos-eis das riquezas desejadas pelo mesmo Apóstolo "*divites fieri in bonis operibus*", continuareis a fazer apreciar a sublimidade daquilo que chamamos "sacerdócio da nobreza".

Oh! como Nos é doce, como é suave contemplar os admiráveis efeitos desta bem augurada continuidade. A vossa nobreza, então, não será considerada como sobrevivência inútil de tempos passados, mas como fermento reservado para a ressurreição da corrupta sociedade: será farol de luz, sal de preservação, guia dos que erram; será não só imortal nesta terra, onde tudo, e mesmo a glória das mais ilustres dinastias fenece e entra em ocaso; mas será imortal no Céu, onde

tudo vive e se deifica com o Autor de todas as coisas nobres e belas.

O Apóstolo S. Paulo encerra as admoestações aos nobres do seu tempo, dizendo que os tesouros adquiridos através das obras boas lhes teriam aberto as portas da Mansão Celeste onde se goza da verdadeira vida "*ut apprehendant veram vitam*". E Nós, por Nossa vez, para retribuir os votos que o Patriciado e a Nobreza de Roma Nos fizeram no princípio do Ano Novo, pedimos ao Senhor que faça descer as suas bênçãos, não somente sobre os membros da ilustre classe aqui presentes, mas também sobre os membros distantes ou sobre as suas famílias, a fim de que cada um coopere, com o sacerdócio próprio da sua classe, para a elevação, a purificação, a pacificação do mundo e, fazendo o bem aos outros, assegure também para si o acesso ao reino da vida eterna: "*ut apprehendant veram vitam!*" ("L'Osservatore Romano", 5-6 de Janeiro de 1920).

Deveres especiais da sociedade para com a nobreza empobrecida

1. A melhor esmola é a que se dá ao nobre empobrecido

S. Pedro Damiano (1007-1072), Doutor da Igreja, aponta a particular diligência que se deve ter no aliviar as necessidades da nobreza empobrecida:

“Se bem que a esmola seja enaltecida ao longo de todas as páginas da Sagrada Escritura, e a misericórdia se eleve acima de todas as outras virtudes e obtenha a palma entre as obras de piedade, tem preeminência aquela misericórdia que proporciona auxílio aos que, da abundância de outrora, caíram na penúria.

“Muitos há, com efeito, que a categoria de uma ilustre progénie torna famosos, e que, entretanto, a indigência do património familiar constrange. Muitos também são adornados com títulos de cavaleiros de antiga linhagem, mas sentem-se humilhados pela penúria dos bens mais indispensáveis à vida doméstica: por exigência da dignidade da sua categoria são obrigados a comparecer a recepções em que, sendo iguais pelo nível social, de longe são desiguais pela fortuna. E se bem que os martirize a inquietação pela pobreza doméstica, e ainda quando, constrangidos pela necessidade, cheguem à situação extrema, não sabem pedir o alimento, como mendigos. Preferem antes morrer do que mendigar publicamente, ficam confundidos

se se chega a conhecer a sua situação, pejam-se de confessar sua penúria. E enquanto uns apregoam a sua miséria, e até não poucas vezes exageram a medida da sua pobreza, a fim de receber da compaixão alheia esmolos mais abundantes, estes dissimulam quanto podem, ocultando a sua situação, a fim de que não apareça subitamente aos olhos dos homens, de modo para eles vergonhoso, algum sinal da sua pobreza.

“Portanto, trata-se mais de compreender do que de ver a indigência destes. Pode-se mais conjecturá-la por certos sinais que aparecem furtivamente, do que depreendê-la de indícios evidentes.

“Em qualquer caso, quão grande seja a recompensa do socorro dado a estes pobres não manifestos, mas ocultos, indica-o o Profeta quando diz: ‘Bem-aventurado o que compreende o que se passa com o necessitado e o pobre’ (Sl. 40, 2). De facto, em relação aos pobres maltrapilhos e chagados que vagueiam pelas ruas, não há muito que discernir, pois com a simples vista os percebemos; outros pobres, porém, devemos perceber que o são no seu interior, posto que não podemos ver claramente a miséria deles no seu exterior”¹.

2. Solicitude da Rainha Santa Isabel para com a nobreza empobrecida

Na vida de Santa Isabel, Rainha de Portugal (1274-1336), lemos os seguintes factos que manifestam um traço edificante do seu carácter:

“Punha particular cuidado em valer às pessoas, que tendo vivido à lei da nobreza, com fazenda, se viam decaídas, recrescendo-lhes a necessidade e

1) MIGNE, P.L., t. CXLV, col. 214-215.

miséria com o pejo de pedir. A tais pobres socorria com grande generosidade e não menor segredo e recato, para que lograssem o benefício sem o contrapeso da vergonha.

“Para os filhos dos fidalgos pobres tinha no Paço sacolas especiais, em que se criavam conforme a sua elevada posição. Dava dotes, para se casarem, às donzelas pobres de bom parecer, e ela com suas reais mãos folgava de lhes compor o toucado de núpcias. Muitas outras órfãs, filhas de

seus vassallos particulares, tinha recolhidas e as educava perto de si; quando contraíam matrimónio, provi-as com abundante dote e as adornava com suas jóias no dia do casamento. E para que não se acabasse com sua vida esta fineza de sua bondade, instituiu no seu mosteiro de Santa Clara um fundo para dotar órfãs nobres e deixou ordenado que parte das jóias que legava a esse convento se emprestassem às ditas donzelas para seu adorno de noivado”.¹

1) J. LE BRUN, *Santa Isabel, Rainha de Portugal*, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1958, pp. 127-128.

A estirpe nobre é um precioso dom de Deus

1. A nobreza é um dom de Deus

Da alocução de Pio IX ao Patriciado e à Nobreza romana, em 17 de Junho de 1871:

“Certo dia um Cardeal, Príncipe romano, apresentava um sobrinho seu a um dos meus predecesores, o qual naquela ocasião proferiu uma justa sentença: manterem-se os tronos principalmente por obra da nobreza e do clero. A nobreza é também, não se pode negar, um dom de Deus, e se bem que Nosso Senhor tenha querido nascer humilde num estábulo, também se lê d’Ele, no início de dois Evangelhos, uma longa genealogia, segundo a qual descende de Príncipes e Reis. Vós usais dig-

namente deste privilégio, mantendo sagrado o princípio da legitimidade.

“Continuai, pois, a usar bem esta prerrogativa e nobilíssimo será o uso que podereis fazer dela para com os que, pertencendo à vossa classe, não seguem os vossos princípios. Algumas palavras afectuosas de bons amigos podem muito sobre as suas almas, e ainda mais poderão as vossas orações. Tolerai com alma generosa os dissabores que possais encontrar. Deus vos abençoe, como o peço de todo o coração, por toda a vossa vida”¹.

2. Nosso Senhor Jesus Cristo quis nascer nobre; Ele mesmo amou a aristocracia

Da alocução de Pio IX ao Patriciado e à Nobreza romana, em 29 de Dezembro de 1872:

“O próprio Jesus Cristo amou a aristocracia. E, se não me engano, já uma vez vos manifestei esta ideia, de que também Ele quis nascer nobre, da estirpe de David. E o seu Evangelho nos dá a conhecer a sua árvore genealógica até José, até Maria, ‘de qua natus est Jesus’.

“Portanto a aristocracia, a nobreza é um dom de Deus. Por isso, conservai-o diligentemente, usai dele dignamente. Já o fazeis com as obras cristãs e de caridade, às quais continuamente vos dedicais com tanta edificação do próximo e com tanta vantagem para as vossas almas”².

3. A nobreza de nascimento parece ser facto fortuito, mas resulta de benévolo desígnio do Céu

Da alocução de Leão XIII ao Patriciado e à Nobreza romana, em 21 de Janeiro de 1897:

“Alegra-Nos a alma rever-vos após um ano, neste mesmo lugar, irmanados por consonância de

1) *Discorsi del Sommo Pontefice Pio IX*, Tipografia di G. Aurelj, Roma, 1872, vol. I, p. 127.

2) *Discorsi del Sommo Pontefice Pio IX*, Tipografia di G. Aurelj, Roma, 1872, vol. II, p. 148.

pensamentos e de afectos que vos honram. A Nossa caridade não conhece, nem deve conhecer acepção de pessoas, mas não pode ser censurada se se compraz particularmente convosco, precisamente em razão do grau social que vos foi assinalado, aparentemente por circunstância fortuita, mas na verdade por decisão benigna do Céu. Como negar uma particular estima à distinção da estirpe, se o Divino Redentor manifestou tê-la em apreço? É verdade que na sua peregrinação terrena Ele adoptou a pobreza, e não teve como companheira a riqueza. Mas, por outro lado, escolheu nascer de estirpe real.

“Rememoramo-vos estas coisas, dilectos filhos, não para adular um orgulho insano, mas para

estimular-vos a obras dignas da vossa categoria. Todo o indivíduo e toda a classe de indivíduos tem a sua função e o seu valor: do entrelaçamento ordenado de todos brota a harmonia do consórcio humano. Não obstante, é inegável que nas ordens privada e pública, a aristocracia do sangue é uma força especial, como o património e o talento. Tal aristocracia, se discrepasse das disposições da natureza, não teria sido, como foi em todos os tempos, uma das leis moderadoras do acontecer humano. Donde, argumentando com o passado, não é ilógico deduzir que, por mais que os tempos mudem, nunca deixará de ter eficácia um nome ilustre, para quem saiba portá-lo dignamente”.¹

4. Jesus Cristo quis nascer de raça real

Da alocução de Leão XIII ao Patriciado e à Nobreza romana, de 24 de Janeiro de 1903:

“E Jesus Cristo, se quis passar a sua vida privada na obscuridade de uma habitação humilde e ser tido por filho de um artesão; se, na sua vida pública, se comprazia em viver no meio do povo, fazendo-lhe o bem de todas as maneiras, entretanto

quis nascer de raça real, escolhendo por mãe a Maria, e por pai nutrício a José, ambos filhos eleitos da estirpe de David. Ontem, na festa dos seus esposais, podíamos repetir com a Igreja as belas palavras: ‘Regali ex progenie Maria exorta refulget’ [Maria manifesta-se-nos fulgurante, nascida de uma raça real]”.²

5. Nosso Senhor Jesus Cristo quis nascer pobre, mas quis também ter uma insigne relação com a aristocracia

Da alocução de Bento XV ao Patriciado e à Nobreza romana, em 5 de Janeiro de 1917:

“Não há diante de Deus acepção de pessoas. Mas é indubitável, escreve S. Bernardo, que a virtude nos nobres a torna mais aceite, porque neles ela resplandece mais.

“Também Jesus Cristo foi nobre e nobres foram Maria e José, descendentes de estirpe real, embora a sua virtude eclipsasse o esplendor disso, no pobre nascimento que a Igreja comemorou dias

atrás. Cristo, pois, que quis ter tão insigne relação com a aristocracia terrena, acolha na onnipotente humildade do seu berço os votos calorosos que vos apresentamos: assim como no Presépio a mais alta nobreza foi sócia da mais gloriosa virtude, assim seja com os Nossos dilectos filhos, os Patrícios e os Nobres de Roma. E que a virtude deles traga a regeneração cristã da sociedade, e com ela as graças que lhe são inseparáveis: o bem-estar das famílias de todos e de cada um e a suspirada paz do mundo”.³

6. Maria, José e, pois, Jesus nasceram de estirpe real

De um sermão de S. Bernardino de Siena (1380-1444) sobre S. José:

“Em primeiro lugar, consideremos a nobreza da esposa, isto é, da Santíssima Virgem. A Bem-aventurada Virgem foi mais nobre do que todas as criaturas que tenham existido na natureza huma-

na, que possam ou tenham podido ser geradas. Pois S. Mateus (cap. 1), colocando três vezes catorze gerações, desde Abraão até Jesus Cristo inclusive, mostra que Ela é descendente de catorze Patriarcas, de catorze Reis e de catorze Príncipes.

“S. Lucas, escrevendo também no cap. 3 a sua

1) *Leonis XIII Pontificis Maximii Acta*, vol. XVII, Ex Typographia Vaticana, Romae, 1898, pp. 357-358.

2) *Leonis XIII Pontificis Maximii Acta*, Ex Typographia Vaticana, Romae, 1903, vol. XXII, p. 368.

3) "L'Osservatore Romano", 6/1/1917.

nobreza, a partir de Adão e Eva, prossegue na sua genealogia até Cristo Deus.

“Em segundo lugar, consideremos a nobreza do esposo, isto é, de S. José. Nasceu ele de raça patriarcal, régia e principesca, em linha recta, como já foi dito. Pois S. Mateus (cap. 1) leva em linha recta todos esses pais desde Abraão até ao esposo da Virgem, demonstrando claramente que nele desfechou toda a dignidade patriarcal, régia e principesca.

7. Deus Filho quis nascer de estirpe real para reunir na sua Pessoa todos os géneros de grandeza

Dos escritos sobre S. José, de S. Pedro Julião Eymard (1811-1868):

“Quando Deus Pai resolveu dar o seu Filho ao mundo, quis fazê-lo com honra, pois Ele é digno de toda a honra e de todo o louvor.

“Preparou-Lhe, pois, uma corte e um serviço régio dignos d’Ele: Deus queria que, mesmo na terra, o seu Filho encontrasse uma recepção digna e gloriosa, senão aos olhos do mundo, ao menos aos seus próprios olhos.

“Esse mistério de graça da Encarnação do Verbo, não foi realizado por Deus de improviso e aqueles que haviam sido escolhidos para tomar parte nele, foram preparados por Ele muito tempo antes. A corte do Filho de Deus feito Homem compõe-se de Maria e de José; o próprio Deus não poderia ter encontrado para seu Filho servos mais dignos de estarem junto d’Ele. Consideremos particularmente S. José.

“Encarregado da educação do Príncipe real do Céu e da Terra, incumbido de dirigi-lo e de servi-lo, era necessário que os seus serviços fizessem honra ao seu divino pupilo: não ficava bem a um Deus, ter que se envergonhar do seu pai. Portanto, devendo ser Rei, da estirpe de David, faz nascer S. José desse mesmo tronco real: quer que ele seja nobre, até mesmo da nobreza terrena. Nas veias de S. José corre, pois, o sangue de David, de Salomão, e de todos os nobres reis de Judá e se a sua dinastia tivesse continuado a reinar, ele [S. José] seria o herdeiro do trono e haveria de ocupá-lo por sua vez.

“Não vos detenhais a considerar a sua pobreza actual: a injustiça expulsou a sua família do trono a que tinha direito, mas, nem por isso ele deixa de

“Em terceiro lugar, examinemos a nobreza de Cristo. Ele foi, portanto, como decorre do que ficou dito, Patriarca, Rei e Príncipe, por parte de mãe e de pai

“Os referidos Evangelistas descreveram a nobreza da Virgem e de José para manifestar a nobreza de Cristo. José foi portanto de tanta nobreza que, de certo modo, se é permitido exprimir-se assim, deu a nobreza temporal a Deus em Nosso Senhor Jesus Cristo”.¹

ser Rei, filho desses Reis de Judá, os maiores, os mais nobres, os mais ricos do universo. Também nos registos do recenseamento em Belém S. José será inscrito e reconhecido pelo Governador romano, como o herdeiro de David: esse é o seu pergaminho real, facilmente reconhecível e leva a sua régia assinatura.

“Mas, que importa a nobreza de José? — direis talvez. Jesus só veio para se humilhar. Respondo que o Filho de Deus, o qual se quis humilhar por algum tempo, também quis reunir na sua Pessoa todos os géneros de grandeza: Ele também é Rei por direito de herança, pois é de sangue real. Jesus é nobre, e quando escolher os seus Apóstolos entre os plebeus, Ele os enobrecerá: esse direito pertence-Lhe, já que é filho de Abraão e herdeiro do trono de David. Ele ama esta honra de família; a Igreja não entende a nobreza em termos de democracia: respeitamos, portanto, tudo o que Ela respeita. A nobreza é de Deus.

“Mas então, é preciso ser nobre para servir a Nosso Senhor? Se o sois, dar-Lhe-eis uma glória a mais; porém, não é necessário, e Ele contenta-se com a boa vontade e a nobreza do coração. Contudo, os anais da Igreja demonstram que um grande número de Santos, e dos mais ilustres, ostentavam um brasão, possuíam um nome, uma família distinta: alguns até eram de sangue real.

“Nosso Senhor compraz-se em receber a homenagem de tudo quanto é honorífico. S. José recebeu no Templo esmerada educação e Deus preparou-o assim para ser o nobre servidor do seu Filho, o cavalheiro do mais nobre Príncipe, o protector da mais augusta Rainha do Universo”.²

1) Sancti Bernardini Senensis Sermones Eximii, vol. IV, in Aedibus Andreae Poletti, Venetiis, 1745, p. 232.

2) Mois de Saint Joseph, le premier et le plus parfait des adoreteurs — Extrait des écrits du P. Eymard, Desclée de Brouwer, Paris, 7^a ed., pp. 59-62.

8. A nobreza de sangue é poderoso estímulo para a prática da virtude

Do magnífico texto da homilia de S. Carlos Borromeu (1538-1584), Arcebispo de Milão, na festa da Natividade de Nossa Senhora, em 8 de Setembro de 1584:

“O início do Santo Evangelho escrito por S. Mateus, que deste lugar vos foi há pouco proclamado pela Santa Madre Igreja, nos induz antes de tudo a examinar atentamente a nobreza, a insigne linhagem e a magnificência desta Virgem Santíssima. Se, pois, se deve considerar nobre aquele que tira a sua origem do mérito de antepassados ilustres, quão grande é a nobreza de Maria, que teve princípio de geração em Reis, Patriarcas, Profetas e Sacerdotes da tribo de Judá, da raça de Abraão, da estirpe régia de David?

“Ainda que não ignoremos sermos nós de verdadeira nobreza — a cristã — a qual nos conferiu a todos o Unigénito do Pai, quando ‘a todos aqueles que O receberam lhes deu o poder para se tornarem filhos de Deus’ (Jo. 1, 12), e que a todos os fiéis cristãos é comum essa dignidade e nobreza, não obstante de nenhum modo pensamos que deve ser desprezada ou rejeitada a nobreza segundo a carne. Pelo contrário, quem não reconhecesse esta mesma nobreza igualmente como dom e favor singular de Deus, e não desse também por ela graças especiais a Deus, que é o dispensador de todos os bens, este seria na verdade absolutamente indigno da denominação de nobre, posto que, por deformidade de um espírito ingrato, que mais vergonhoso não pode ser, obscureceria o brilho dos seus maiores. Pois a nobreza da carne muito contribui também para o verdadeiro reluzimento da alma e proporciona-lhe não pequenos benefícios.

“Antes de tudo, o esplendor do sangue, a virtude dos antepassados e os feitos famosos predis põem de modo maravilhoso o varão nobre a marchar sobre as pegadas daqueles de quem ele descende. E é fora de dúvida também que a sua própria natureza é mais inclinada ao bem e à virtude: seja porque isto lhe toque pela conformidade do seu sangue com o dos seus progenitores e, em consequência, pela transmissão do espírito deles; seja pela perene memória que retém das suas virtudes, as quais considera como mais caras — o que ele sabe avaliar — por terem brilhado nos seus consanguíneos; seja, por fim, pela recta educação e formação que recebeu de varões ilustres. É certamente reconhecido como verdadeiro que a nobreza, a magnificência, a dignidade, a virtude e a

autoridade dos pais induzem muito os filhos a manterem o zelo por essas mesmas coisas. De onde se segue que os nobres, por um como que instinto da natureza, são desejosos da honra, cultivam a magnanimidade, desprezam as vantagens de baixo preço, aborrecem enfim tudo aquilo que reputam indigno da sua nobreza.

“Em segundo lugar, a nobreza é igualmente um estímulo a aferrar-se às virtudes. Difere este do primeiro benefício que referimos pelo facto de que aquele predispõe o nobre a abraçar mais facilmente as obras rectas; este segundo, porém, acrescenta ainda, àquilo que se tornou fácil, estímulos veementes; e, como um freio, coíbe os vícios e as acções que desconvê ao nobre, e faz com que, se alguma vez o nobre cair nalguma falta, logo se tomará de um pudor extraordinário e cuidará, com todas as suas forças, de se purificar dessa mancha.

“Por fim, o último benefício a considerar na nobreza é que, assim como uma pedra preciosa refulge mais quando engastada em ouro do que em ferro, assim as mesmas virtudes são mais esplendorosas no nobre do que no plebeu; e à virtude junta-se a nobreza, como o maior ornamento dela.

“Não apenas é verdade que se deve atribuir valor à nobreza e ao lustre dos antepassados, como além disso sustentamos muito firmemente estas duas teses, a saber: a primeira é que, tal como no nobre é muito mais esplêndida a virtude, também nele o vício é de longe muito mais vergonhoso. Assim como mais facilmente se nota a sujidade num lugar claro e batido pelos raios do sol do que num canto obscuro, e as manchas numa veste de ouro do que numa veste comum e andrajosa, ou, por fim, marcas e cicatrizes no rosto do que em outra parte oculta do corpo, assim também os vícios são mais notáveis e chamam muito mais a atenção, e mais vergonhosamente desfiguram o espírito dos culpados, nos nobres do que nos homens de condição vulgar. Que há, na verdade, de mais indigno do que o adolescente nascido de pais ilustres e de fino trato, que se vê corrompido e entregue às tabernas, jogos, bebidas e comedorias desregradas?

“A segunda tese é que, ainda quando alguém seja nobilíssimo, se à nobreza dos seus maiores não acrescenta as próprias virtudes, imediatamente se torna obscuro. Pois, com a descontinuidade da virtude, cessa nele a nobreza, uma vez que, se permanecem nele os vestígios do lustre dos seus

antepassados, são certamente inúteis; pois nem sequer atingem o seu fim, a saber: que o tornem mais inclinado aos grandes feitos, que sejam para ele estímulos à virtude, e freio que o coíba de pecar. E toda a nobreza serve, para ele, de sumo opróbrio, ou não acrescenta à sua honra o mínimo grau. E isto é o que exprobase Nosso Senhor Jesus Cristo aos fariseus que se jactavam de ser filhos de Abraão, dizendo-lhes: ‘Se sois filhos de Abraão, fazei as obras de Abraão’ (Jo. 8, 39). Pois alguém só pode vangloriar-se de ser filho, ou neto, e partícipe da nobreza daquele cuja vida e virtudes imita. E, por isso, o Senhor dizia aos mesmos: ‘Vós tendes por pai o Diabo’ (Jo. 8, 44); e eram chamados, além disso, pelo santíssimo Precursor de Cristo, ‘raça de víboras’ (Lc. 3, 7).

“Quem é na verdade tão ignorante e inadvertido que ainda encontre base para duvidar da suma nobreza da Santíssima Virgem Maria? Quem não sabe que Ela não apenas igualou as virtudes dos progenitores, mas muitíssimo de longe os excedeu, a tal ponto que se pode e deve chamá-La, com razão, nobilíssima, pois que o esplendor de tão ilustres Patriarcas, Reis, Profetas e Sacerdotes, cujas séries o Evangelho de hoje descreve, tomou n’Ela o máximo desenvolvimento?

“Perguntará sem dúvida alguém porque razão, de tudo quanto foi até aqui exposto, se pode deduzir a nobreza dos antepassados de Maria, uma vez que é descrita a origem de José, que foi esposo de Maria. Porém, quem mais diligentemente tiver estudado as Sagradas Escrituras resolverá facilmen-

te esta dúvida. Porquanto na Lei Divina era estabelecido que a virgem não tomasse varão fora da própria tribo, principalmente em vista da linha de sucessão hereditária (cfr. Num. 36, 6 ss.); e por isso fica claríssimo terem sido José e Maria da mesma tribo e família, e desta descrição da geração humana do Filho de Deus, torna-se patente ser uma e a mesma a nobreza duma e doutro”.

E o Santo passa a encarar outro aspecto do grande tema sobre o qual discorre. Diz ele:

“Em terceiro lugar, por fim, ó dilectíssimas filhas — pois isto vos concerne — é descrita a progénie de José e não a de Maria para que aprendais a não vos ensoberbecer, nem dizer de modo insultante aos vossos maridos: ‘Eu introduzi a nobreza na tua casa; eu trouxe-te o brilho das honras; a mim debes referir, ó varão, o que recebestes de dignidade’. Sabei, na verdade, e isto inculpi constantemente nos vossos espíritos, que o decoro e a nobreza da família da esposa, não é devida a outra família senão à do esposo; e são detestáveis aquelas esposas que ousam preferir-se de algum modo aos seus maridos, ou — o que é pior — se envergonham das famílias dos seus maridos; calam o apelido gentílico deles, e mencionam apenas a sua própria origem. Há aqui realmente um diabólico espírito de soberba. Qual é pois a família de Maria? A de José. Qual é a tribo, qual a casa, qual a nobreza de Maria? A do seu esposo José. Isto, esposas cristãs, verdadeiramente nobres e tementes a Deus, é o que mais se deve ter em conta”.¹

9. Grande o poder da estirpe sobre as nossas acções

Da oração fúnebre de Philippe-Emmanuel de Lorena, Duque de Mercoeur et Penthièvre, pronunciada na Igreja Metropolitana de Notre-Dame de Paris, em 27 de Abril de 1602, por S. Francisco de Sales (1567-1622), Bispo-Príncipe de Genebra e Doutor da Igreja:

“É sempre Deus que faz em nós toda a nossa salvação, da qual é o grande architecto: porém, Ele procede de modo diferente nas suas misericórdias; porque nos dá certos bens sem o nosso concurso, e outros por meio dos nossos desejos, trabalhos e apetências. O Príncipe Philippe-Emmanuel, Duque de Mercoeur, recebeu abundantemente os bens da primeira espécie, sobre os quais

construiu um excelente edifício de perfeição com os da segunda categoria. Porque, em primeiro lugar, Deus o fez nascer de duas casas das mais ilustres, antigas e católicas que há entre os Príncipes da Europa [a casa de Lorena e a casa de Sabóia].

“É muita coisa ser fruto de boa árvore, metal de boa mina, ribeiro de boa fonte.

“Nasceu, digo, para a glória das armas e a honra da Igreja, este falecido príncipe, digno rebento de duas tão grandes raças, das quais, assim como recebeu o sangue, herdou também as virtudes: e como dois ribeiros unindo-se formam um grande e nobre rio, assim as duas casas de avós

1) Sancti Caroli Borromei Homiliae CXXII, Ignatii Adami et Francisci Antonii Veith Bibliopolarum, Augustae Vindellicorum, editio novissima, versio latina, s.d., Homilia CXXII, cols. 1211-1214.

paternos e maternos deste Príncipe, tendo posto em comum na alma dele as belas qualidades de cada uma, tornaram-no perfeitamente acabado em todos os dons da natureza. Ele bem podia dizer, com a divina Sabedoria: 'Puer autem eram ingeniosus, et sortitus sum animam bonam' [Eu, porém, era um menino de bom natural, e coube-me por sorte uma boa alma] (Sab. 8, 19). Foi uma feliz circunstância para a sua virtude encontrar-se em recipiente tão capaz; e foi um grande bem para a sua capacidade, ter-se encontrado em tal virtude.

"Julguei conveniente falar da sua estirpe, embora pareça a muitos que, sendo a nobreza coisa extrínseca a nós, unicamente as nossas acções são nossas. Na verdade, a estirpe muito nos serve e tem um grande poder sobre os nossos desígnios, e até sobre as nossas próprias acções, seja pela afinidade das paixões que muitas vezes herdamos dos nossos predecessores, seja pela memória que conservamos dos seus feitos, seja ainda pelo bom e mais curioso alimento que disso recebemos".¹

1) *Oeuvres complètes de Saint François de Sales*, Béthune Éditeur, Paris, 1836, vol. II, pp. 404-406.

A doutrina da Igreja sobre as desigualdades sociais

Os presentes textos pontifícios evidenciam que, segundo ensina a Igreja, a sociedade cristã deve ser constituída por classes proporcionadamente desiguais, que encontram o seu próprio bem, e o bem comum, numa mútua e harmoniosa colaboração.

Entretanto, tais desigualdades de nenhum modo podem lesar os direitos que cabem ao homem enquanto homem. Pois quanto a estes direitos a natureza humana, que em todos é a mesma, *ipso facto* a todos faz iguais, segundo o sapientíssimo desígnio do Criador.

1. A desigualdade de direitos e de poder provém do próprio Autor da natureza

Leão XIII, na Encíclica *Quod Apostolici muneris* (28/12/1878), ensina:

“Embora os socialistas, abusando do próprio Evangelho, a fim de mais facilmente enganarem os espíritos desavisados, se tenham acostumado a torcê-lo para o conformarem às suas doutrinas, tal é a divergência entre os seus dogmas perversos e a puríssima doutrina de Cristo, que maior não poderia ser. ‘Que há pois de comum entre a justiça e a iniquidade? Ou que aliança pode haver entre a luz e as trevas?’ (II Cor. 6, 14). Os socialistas não cessam, como sabemos, de proclamar que todos os homens são, por natureza, iguais entre si, e por isso pretendem que não se deve ao poder soberano nem

honra nem respeito, nem obediência às leis, a não ser talvez àquelas sancionadas segundo a vontade deles mesmos.

“Pelo contrário, segundo as doutrinas do Evangelho, a igualdade dos homens consiste em que todos, dotados da mesma natureza, são chamados à mesma e eminente dignidade de filhos de Deus, e que, tendo todos o mesmo fim, cada um será julgado pela mesma lei e receberá o castigo ou a recompensa que merecer. Entretanto a desigualdade de direitos e de poder provém do próprio Autor da natureza, ‘de quem toda a paternidade tira o nome, no céu e na terra’ (Ef. 3, 15)”¹.

2. O Universo, a Igreja e a sociedade civil reflectem o amor de Deus numa orgânica desigualdade

Na mesma Encíclica o Pontífice afirma:

“Aquele que criou e governa todas as coisas dispôs, com a sua sabedoria providencial, que as ínfimas coisas ajudadas pelas medianas, e estas pelas superiores, atinjam todas o seu fim.

“Por isso, assim como no Céu quis que os coros dos Anjos fossem distintos e subordinados uns aos outros, e na Igreja instituiu graus nas ordens e diversidade de ministérios de tal forma que nem todos fossem apóstolos, nem todos doutores, nem

1) *Acta Sanctae Sedis*, Typis Polyglottae Officinae, Romae, 1878, vol. XI, p. 372.

todos pastores (I Cor. 12, 28); assim estabeleceu que haveria na sociedade civil várias ordens diferentes em dignidade, em direitos e em poder, a fim de que a sociedade fosse, como a Igreja, um só

corpo, compreendendo um grande número de membros, uns mais nobres do que os outros, mas todos reciprocamente necessários e preocupados com o bem comum”¹

3. Os socialistas declaram que o direito de propriedade é uma invenção humana que repugna à igualdade natural dos homens

E pouco mais adiante declara:

“Quanto à tranquilidade da sociedade pública e doméstica, a sabedoria católica, apoiada nos preceitos da Lei natural e divina, a isso provê muito prudentemente com as suas doutrinas e ensinamentos sobre o direito de propriedade e sobre a partilha dos bens que são adquiridos para as necessidades e utilidades da vida. Porque os socialistas, apresentando o direito de propriedade como uma invenção humana que repugna à igualdade natural dos homens, e reclamando a

comunidade dos bens, declaram que é impossível suportar com paciência a pobreza e que as propriedades e direitos dos ricos podem ser violados impunemente. Mas a Igreja, que reconhece muito mais útil e sabiamente que existe a desigualdade entre os homens, naturalmente diferentes nas forças do corpo e do espírito, e que esta desigualdade também existe na posse dos bens, determina que o direito de propriedade ou domínio, que vem da própria natureza, fique intacto e inviolável para cada um”²

4. Nada repugna tanto à razão quanto uma igualdade matemática entre os homens

Na Encíclica *Humanum genus* (20/4/1884), diz ainda Leão XIII:

“Se considerarmos que todos os homens são da mesma raça e da mesma natureza e que devem todos atingir o mesmo fim último; e se examinarmos os deveres e os direitos que decorrem dessa origem e destino comuns, não se pode duvidar que eles sejam iguais. Mas, como nem todos eles têm

os mesmos recursos de inteligência, e como diferem uns dos outros, seja pelas faculdades do espírito, seja pelas energias físicas; como, enfim, existem entre eles mil dissemelhanças de costumes, de gostos, de caracteres, nada repugna tanto à razão como pretender reduzi-los todos à mesma medida e introduzir nas instituições da vida civil uma igualdade rigorosa e matemática”³

5. As desigualdades são condição de organicidade social

Leão XIII prossegue:

“Do mesmo modo que a perfeita constituição do corpo humano resulta da união e da articulação dos membros, que não têm as mesmas forças nem as mesmas funções, mas cuja feliz associação e concurso harmonioso dão a todo o organismo a sua beleza plástica, a sua força e a sua aptidão para prestar os serviços necessários, assim também, no seio da sociedade humana, acha-se uma

variedade quase infinita de partes dissemelhantes. Se elas fossem todas iguais entre si, e livres, cada uma por sua conta, de agir a seu talante, nada seria mais disforme do que tal sociedade. Pelo contrário, se por uma sábia hierarquia dos merecimentos, dos gostos, das aptidões, cada uma delas concorre para o bem geral, vedes erguer-se diante de vós a imagem duma sociedade bem ordenada e conforme à natureza”⁴

1) *Ibidem*.

2) *Idem*, p. 374.

3) *Acta Sanctae Sedis*, Ex Typographia Polyglotta, Romae, 1906, vol. XVI, p. 427.

4) *Ibidem*.

6. A desigualdade social reverte em proveito de todos

Na Encíclica *Rerum novarum* (15/5/1891), Leão XIII volta ao tema da desigualdade social:

“O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos estejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que propugnam os socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão numerosas como profundas; diferenças de in-

teligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a dividir entre si estas funções é, sobretudo, a diferença das suas respectivas condições”.¹

7. Assim como no corpo humano os diversos membros se ajustam entre si, da mesma forma devem integrar-se na sociedade as classes sociais

Um pouco adiante o Pontífice declara:

“O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta; pois assim como no corpo humano os diversos membros se ajustam entre si e determinam essas

relações harmoniosas a que se chama adequadamente simetria, da mesma forma a natureza exige que na sociedade as classes se integrem umas às outras e por sua colaboração mútua realizem um justo equilíbrio. Cada uma delas tem imperiosa necessidade da outra; o capital não existe sem o trabalho, nem o trabalho sem o capital. A sua harmonia produz a beleza e a ordem; ao contrário, de um conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens”.²

8. A Igreja ama todas as classes e a harmoniosa desigualdade entre elas

Na sua alocução ao Patriciado e à Nobreza romana (24/1/1903), o mesmo Leão XIII ensina:

“Os Pontífices Romanos tiveram sempre um igual empenho em proteger e melhorar a sorte dos humildes, como também em proteger e elevar as condições das classes superiores. Eles são, com efeito, os continuadores da missão de Jesus Cristo, não somente na ordem religiosa, mas também na ordem social.

“Por isso, a Igreja, pregando aos homens que são todos filhos do mesmo Pai celeste, reconhece como uma condição providencial da sociedade humana a distinção das classes; por essa razão Ela inculca que apenas no respeito recíproco dos direitos e dos deveres, e na caridade mútua re-

pousa o segredo do justo equilíbrio, do bem-estar honesto, da verdadeira paz e da prosperidade dos povos.

“Quanto a Nós, também, deplorando as hodiernas agitações que perturbam o convívio social, mais de uma vez voltamos o Nosso olhar para as classes mais humildes, que são mais perfidamente assediadas pelas seitas perversas, e lhes oferecemos os desvelos maternais da Igreja. E mais de uma vez declarámos que o remédio para esses males não será jamais a igualdade que subverte as ordens sociais, mas esta fraternidade que, sem prejudicar em nada a dignidade da posição social, une os corações de todos nos mesmos laços do amor cristão”.³

1) *Acta Sanctae Sedis*, Ex Typographia Polyglotta, Romae, 1890-91, vol. XXIII, p. 648.

2) *Idem*, pp. 648-649.

3) *Leonis XIII Pontificis Maximi Acta*, Ex Typographia Vaticana, Romae, 1903, vol. XXII, p. 368.

9. Deve haver na sociedade príncipes e vassallos, patrões e proletários, ricos e pobres, sábios e ignorantes, nobres e plebeus

No Motu proprio *Fin dalla prima* (18/12/1903), S. Pio X assim resume a doutrina de Leão XIII sobre as desigualdades sociais:

“I. A sociedade humana, tal qual Deus a estabeleceu, é formada de elementos desiguais, como desiguais são os membros do corpo humano; torná-los todos iguais é impossível; resultaria disso a destruição da própria sociedade humana (Encíclica Quod apostolici muneris).”

“II. A igualdade dos diversos membros da sociedade consiste somente no facto de todos os homens terem a sua origem em Deus Criador; foram resga-

tados por Jesus Cristo e devem, segundo a regra exacta dos seus méritos e deméritos, ser julgados por Deus e por Ele recompensados ou punidos (Encíclica Quod apostolici muneris).

“III. Disto resulta que, segundo a ordem estabelecida por Deus, deve haver na sociedade príncipes e vassallos, patrões e proletários, ricos e pobres, sábios e ignorantes, nobres e plebeus, os quais, todos unidos por um laço comum de amor, se ajudam mutuamente para alcançarem o seu fim último no Céu e o seu bem-estar moral e material na terra (Encíclica Quod apostolici muneris)”.¹

10. Certa democracia vai até ao grau de perversidade de atribuir, na sociedade, a soberania ao povo e de pretender a supressão e o nivelamento das classes

Da Carta Apostólica *Notre charge apostolique*, de S. Pio X (25/8/1910):

“O Sillon, arrastado por um mal compreendido amor aos fracos, descambou para o erro.

“Com efeito, o Sillon propõe o reerguimento e a regeneração das classes operárias. Ora, sobre esta matéria os princípios da doutrina católica são fixos, e a história da Civilização Cristã aí está para atestar a sua fecundidade benfazeja. O Nosso predecessor, de feliz memória, recordou-os em páginas magistrais, que os católicos ocupados em

questões sociais devem estudar e ter sempre sob os olhos. Ensinou, de modo especial que a democracia cristã deve ‘manter a diversidade das classes, que é seguramente o próprio da cidade bem constituída, e querer para a sociedade humana a forma e o carácter que Deus, seu autor, lhe imprimiu’. Censurou ‘certa democracia que vai até ao grau de perversidade de atribuir, na sociedade, a soberania ao povo e de pretender a supressão e o nivelamento das classes’”.²

11. Jesus Cristo não ensinou uma igualdade quimérica nem o desrespeito à autoridade

Ainda na mesma Carta Apostólica, diz S. Pio X:

“Se Jesus foi bom para os transviados e os pecadores, não respeitou as suas convicções erróneas, por sinceras que parecessem; amou-os a todos para os instruir, converter e salvar. Se cha-

mou junto de Si, para os consolar, os aflitos e os sofredores, não foi para lhes pregar o desejo de uma igualdade quimérica. Se levantou os humildes, não foi para lhes inspirar o sentimento de uma dignidade independente e rebelde à obediência”.³

1) *Acta Sanctae Sedis*, Ex Typographia Polyglotta, Romae, 1903-1904, vol. XXXVI, p. 341.

2) *Acta Apostolicae Sedis*, vol. II, nº 16, 31/8/1910, p. 611.

3) *Idem*, p. 629.

12. Nem por serem iguais em natureza devem os homens ocupar a mesma situação na vida social

Na Encíclica *Ad beatissimi* (1/11/1914), Bento XV afirma:

“Defrontando-se com os que a sorte ou a actividade própria dotaram de bens de fortuna, estão os proletários e operários, abrasados pelo ódio porque, participando da mesma natureza, não gozam entretanto da mesma condição. Naturalmente, enfatuados como estão pelas falácias dos agitadores, a cujo influxo costumam submeter-se inteiramente, quem será capaz de persuadi-los de que, nem por serem iguais em natureza, devem os homens ocupar a mesma situação na

vida social; mas que, salvo circunstâncias adversas, cada um terá o lugar que conseguiu por sua conduta? Assim, pois, os pobres que lutam contra os ricos como se estes houvessem usurpado bens alheios, agem não somente contra a justiça e a caridade, mas também contra a razão; principalmente tendo em vista que podem, se quiserem, com honrada perseverança no trabalho, melhorar a própria fortuna. É desnecessário declarar quais e quantos prejuízos acarreta esta rivalidade de classes, tanto aos indivíduos em particular, como à sociedade em geral”.¹

13. O trato fraterno entre superiores e inferiores não deve fazer desaparecer a variedade das condições e a diversidade das classes sociais

Prossegue Bento XV:

“Este amor fraterno não terá por efeito fazer desaparecer a variedade das condições nem, por conseguinte, a diversidade das classes sociais, assim como num corpo vivo não é possível que todos os membros tenham a mesma função e a mesma dignidade. Entretanto, esta afeição mútua fará com que os mais elevados se inclinem de algum modo

para os que estão mais em baixo, e os tratem não somente segundo a justiça, como convém, mas ainda com benevolência, doçura e paciência; e os inferiores, de seu lado, alegrar-se-ão com a prosperidade das pessoas de posição mais elevada, e esperarão o seu apoio com confiança, como numa mesma família os mais jovens repousam sob a protecção e a assistência dos mais velhos”.²

14. Acatar a hierarquia social, para o maior bem dos indivíduos e da sociedade

Bento XV, na carta *Soliti Nos* (11/3/1920), a Mons. Marelli, Bispo de Bérghamo, declara:

“Os que ocupam situações inferiores quanto à posição social e à fortuna devem convencer-se bem de que a diversidade de classes na sociedade vem da própria natureza, e de que se deve procurá-la, em última análise, na vontade de Deus: ‘Porque ela criou os grandes e os pequenos’ (Sab. 6, 8), para o maior bem dos indivíduos e da sociedade. Essas pessoas humildes devem compenetrar-se

desta verdade: qualquer que seja a melhora que obtenham para a sua situação, tanto pelos seus esforços pessoais como pelo concurso dos homens de bem, sempre lhes ficará, como aos demais homens, uma não pequena herança de sofrimentos. Se tiverem essa visão exacta da realidade, não se esgotarão em esforços inúteis para se elevarem a um nível superior às suas capacidades, e suportarão os males inevitáveis com a resignação e a coragem que dá a esperança de bens eternos”.³

1) *Acta Apostolicae Sedis*, vol. VI, nº 18, 18/11/1914, pp. 571-572.

2) *Idem*, p. 572.

3) *Acta Apostolicae Sedis*, vol. XII, nº 4, 1/4/1920, p. 111.

15. Não se deve excitar a animosidade contra os ricos, incitando as massas à inversão da ordem na sociedade

Em carta de 5 de Junho de 1929 a Mons. Achille Liénart, Bispo de Lille, a Sagrada Congregação do Concílio relembra princípios da doutrina social católica e directrizes práticas de ordem moral, emanadas da suprema autoridade eclesiástica:

“Os que se ufanam do título de cristãos, sejam eles tomados isoladamente ou enquanto agrupados em associações, não devem, se têm consciência das suas obrigações, cultivar inimizades e rivalidades entre as classes sociais, mas a paz e a caridade mútua” (Pio X, Singolari quadam, 24 de Setembro de 1912).

“Que os escritores católicos, ao tomarem a defesa da causa dos proletários e dos pobres, evitem empregar uma linguagem que possa inspirar no povo aversão pelas classes superiores da sociedade... Que se lembrem que Jesus Cristo quis unir todos os homens pelo vínculo de um amor recíproco, o qual é a perfeição da justiça e acarreta a obrigação de trabalhar mutuamente para o bem uns dos outros” (Instrução da Sagrada Congrega-

ção dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, 27 de Janeiro de 1902).

“Os que presidem a este género de instituições (que têm por fim promover o bem dos operários) devem recordar... que nada é mais próprio a assegurar o bem geral que a concórdia e a boa harmonia entre todas as classes, e que a caridade cristã é o melhor traço de união entre elas. Trabalhariam, pois, muito mal para o bem do operário aqueles que, pretendendo melhorar as suas condições de existência, não o ajudassem senão para a conquista dos bens efémeros e frágeis desta terra, negligenciassem dispor os espíritos à moderação pela evocação dos deveres cristãos; e, pior, chegassem até a excitar ainda mais a animosidade contra os ricos, entregando-se a essas declamações amargas e violentas pelas quais homens estranhos às nossas crenças têm o costume de impelir as massas à subversão da sociedade” (Bento XV ao Bispo de Bérgamo, 11 de Março de 1920).¹

16. É legítima a desigualdade de direitos

Pio XI, na Encíclica *Divini Redemptoris* (19/3/1937), afirma:

“Deve-se advertir que erram de modo vergonhoso

aqueles que opinam levianamente serem iguais, na sociedade civil, os direitos de todos os cidadãos, e não existir uma hierarquia social legítima”².

17. As semelhanças e as diferenças entre os homens encontram a conveniente posição na ordem absoluta do ser

Da rádio-mensagem de Natal de 1942, de Pio XII:

“Se a vida social importa em unidade interior, não exclui, contudo, as diferenças, as quais a realidade e a natureza favorecem. Mas, quando se está firme junto a Deus, supremo Legislador de tudo quanto diz respeito aos homens, as seme-

lhanças e as diferenças entre eles encontram a conveniente posição na ordem absoluta do ser, dos valores e, por conseguinte, da moralidade. Pelo contrário, abalado tal fundamento, abrir-se-á, entre os vários campos da cultura, uma perigosa descontinuidade, aparecerá uma incerteza e fragilidade de contornos, de limites e de valores”³.

1) *Acta Apostolicae Sedis*, vol. XXI, nº 10, 3/8/1929, pp. 497-498.

2) *Acta Apostolicae Sedis*, vol. XXIX, nº 4, 31/3/1937, p. 81.

3) *Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, vol. IV, p. 331.

18. O convívio entre os homens produz sempre e necessariamente uma escala de graduações e de diferenças

Da alocução de Pio XII aos trabalhadores da Fiat (31/10/1948):

“A Igreja não promete a igualdade absoluta que outros proclamam, porque sabe que o convívio humano produz sempre e necessariamente uma escala de graduações e de diferenças nas qualida-

des físicas e intelectuais, nas disposições e tendências internas, nas ocupações e nas responsabilidades. Mas ao mesmo tempo Ela assegura a plena igualdade na dignidade humana, como também no coração d’Aquele que chama a si todos os que estão fatigados e atribulados”.¹

19. Estabelecer a igualdade absoluta seria destruir o organismo social

Pio XII, no discurso a um grupo de fiéis da Paróquia de Marsciano, Perugia, Itália (4/6/1953), declara:

“É preciso que vos sintais verdadeiramente irmãos. Não se trata de uma simples alegoria: sois verdadeiramente filhos de Deus e portanto verdadeiros irmãos.

“Pois bem, os irmãos não nascem nem permanecem todos iguais: uns são fortes, outros débeis;

uns inteligentes, outros incapazes; talvez algum seja anormal, e também pode acontecer que se torne indigno. É pois inevitável uma certa desigualdade material, intelectual, moral, numa mesma família.

“Pretender a igualdade absoluta de todos seria o mesmo que pretender dar idênticas funções a membros diversos do mesmo organismo”.²

20. Quem ousa negar a diversidade de classes sociais contradiz a própria ordem da natureza

Ensina João XXIII na Encíclica *Ad Petri Cathedram* (29/6/1959):

“A concórdia que se procura entre os povos deve ser promovida cada vez mais entre as classes sociais. Se isto não se der, podem, em consequência, resultar ódios e dissensões, como os que já estamos a presenciar; daí nascerão perturbações, revoluções e por vezes massacres, bem como a diminuição progressiva da riqueza e as crises que afectam a economia pública e privada. Quem ousa, pois, negar a diversidade de classes sociais contradiz a própria ordem da natureza. E também

os que se opõem a esta colaboração amistosa e necessária entre as classes buscam, sem dúvida, perturbar e dividir a sociedade, para o maior dano do bem público e privado.

“É verdade que todas as classes e todas as categorias de cidadãos podem defender os próprios direitos, desde que o façam na legalidade e sem violência, no respeito aos direitos alheios, tão invioláveis quanto os seus. Todos são irmãos; é, pois, necessário que todas as questões se resolvam amigavelmente, com caridade fraterna e mútua”.³

21. Uma sociedade sem classes: perigosa utopia

João Paulo II, na homilia da Missa para jovens e estudantes, em Belo Horizonte, Brasil (1/7/1980), declarou:

“Aprendi que um jovem cristão deixa de ser jovem, e há muito não é cristão, quando se deixa

seduzir por doutrinas ou ideologias que pregam o ódio e a violência.

“Aprendi que um jovem começa perigosamente a envelhecer, quando se deixa enganar pelo princípio fácil e cómodo de que ‘o fim

1) *Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, vol. X, p. 266.

2) *Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, vol. XV, p. 195.

3) *Acta Apostolicae Sedis*, vol. LI, nº 10, 22/7/1959, pp. 505-506.

justificaos meios', quando passa a acreditar que a única esperança para melhorar a sociedade está em promover a luta e o ódio entre grupos

sociais, na utopia de uma sociedade sem classes, que se revela bem cedo na criação de novas classes".¹

22. A desigualdade das criaturas é uma condição para que a Criação dê glória a Deus

Além dos textos pontifícios acima transcritos, parece conveniente acrescentar alguns argumentos do Doutor angélico para justificar a existência da desigualdade entre as criaturas. Afirmo ele na *Suma Teológica*:

"Nos seres naturais vemos que as espécies são gradativamente ordenadas: assim, os compostos são mais perfeitos do que os elementos, as plantas do que os minerais, os animais do que as plantas e os homens do que os outros animais; e em cada uma dessas classes encontram-se espécies mais perfeitas do que as outras. Sendo, pois, a Divina Sabedoria a causa da distinção das coisas para a perfeição do Universo, também será causa da sua desigualdade. Pois não seria perfeito o Universo se nas coisas só se encontrasse um grau de bondade".²

De facto, não seria condizente com a perfeição de Deus criar um só ser. Pois nenhum ser criado, por excelente que se o imagine, teria condições de, por si só, reflectir adequadamente as infinitas perfeições de Deus.

Assim, as criaturas são necessariamente múltiplas. E não apenas múltiplas, mas também necessariamente desiguais. É esta a doutrina do Santo Doutor:

"Haver muitos bens finitos é melhor do que

haver um só, pois eles teriam o que tem este, e ainda mais. Ora, é finita a bondade de qualquer criatura, pois é deficitária da infinita bondade de Deus. Logo é mais perfeito o Universo havendo muitas criaturas, do que se houvesse um único grau delas. Ao sumo Bem toca fazer o que é melhor. Logo, era-lhe conveniente fazer muitos graus de criaturas.

"Além disso, a bondade da espécie excede a do indivíduo, como o formal excede o material; logo, mais acrescenta à bondade do Universo a multiplicidade das espécies, do que a dos indivíduos de uma mesma espécie. Por isso, para a perfeição do Universo contribui não só haver muitos indivíduos, mas haver diferentes espécies e, por conseguinte, diferentes graus de coisas".³

As desigualdades não são, pois, defeitos da Criação. São qualidades excelentes dela, nas quais se espelha a infinita e adorável perfeição do seu Autor. E Deus compraz-se contemplando-as: *"A diversidade e a desigualdade das criaturas não procede do acaso, nem da diversidade da matéria, nem da intervenção de algumas causas ou méritos, mas procede da própria intenção de Deus, que quis dar à criatura a perfeição que lhe era possível ter. Daí dizer-se no Génesis: 'Viu Deus tudo o que tinha feito, e era excelente' (Gén. 1, 31)".⁴*

23. A supressão das desigualdades é condição sine-qua-non para a eliminação da religião

Tais desigualdades, Deus não as quis só entre os seres dos reinos inferiores — mineral, vegetal e animal — mas também entre os homens e, portanto, entre os povos e as nações.

Com essas desigualdades, que Deus criou harmónicas entre si e benfazejas para cada categoria de seres como para cada ser em particular, quis Ele prover o homem de abundantíssimos meios para ter

sempre presentes as infinitas perfeições d'Ele. As desigualdades entre os seres são *ipso facto* uma escola sublime e amplíssima de anti-ateísmo.

É o que parece ter compreendido o escritor comunista francês Roger Garaudy (posteriormente "convertido" ao islamismo), quando realçou a importância da eliminação das desigualdades sociais para a vitória do ateísmo no mundo: *"Não é possí-*

1) *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, vol. III, 2, Libreria Editrice Vaticana, 1980, p. 8.

2) I, q. 47, a. 2.

3) *Suma contra os gentios*, Livro II, cap. 45.

4) *Ibidem*.

vel, para um marxista, dizer que a eliminação das crenças religiosas é uma condição sine qua non para a edificação do comunismo. Karl Marx mostrava, pelo contrário, que só a realização completa do comunismo, ao tornar transparentes as relações sociais, tornaria possível o desaparecimento da concepção religiosa do mundo. Para um marxista, pois, é a edificação do comunismo que é condição sine qua non para eliminar as

raízes sociais da religião, e não a eliminação das crenças religiosas a condição para a construção do comunismo".¹

Querer destruir a ordem hierárquica do Universo é, pois, privar o homem dos recursos para que ele possa livremente exercer o mais fundamental dos seus direitos, que é o de conhecer, amar e servir a Deus. Ou seja, é desejar a maior das injustiças e a mais cruel das tiranias.

24. Por natureza, os homens todos num sentido são iguais, mas noutro são desiguais

Do livro *Reforma Agrária — Questão de Consciência*, da autoria de D. Geraldo de Proença Sigaud, de D. António de Castro Mayer, do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, e do economista Luíz Mendonça de Freitas, num tópico composto e redigido pelo autor da presente obra:

"Iguais, [os homens] o são porque criaturas de Deus, dotadas de corpo e alma, e remidas por Jesus Cristo. Assim, pela dignidade comum a todos, têm igual direito a tudo quanto à condição humana é próprio: vida, saúde, trabalho, religião, família, desenvolvimento intelectual, etc. Uma organização económica e social justa e cristã repousa, destarte, sobre um traço fundamental de verdadeira igualdade.

"Mas, além dessa igualdade essencial, há entre os homens desigualdades acidentais postas por Deus: de virtude, de inteligência, de saúde, de capacidade de trabalho, e muitas outras. Toda estrutura económica e social orgânica e viva tem de estar em harmonia com a ordem natural das coisas. Essa desigualdade natural há-de se reflectir nela, portanto. Tal reflexo consiste em que, desde que todos tenham o justo e condigno, os bem dotados pela natureza possam, por seu trabalho honesto e sua economia, adquirir mais.

"A igualdade e a desigualdade se compensam e se completam assim, desempenhando papéis diver-

sos mas harmónicos na ordenação de uma sociedade justa e cristã.

"Esta regra constitui, aliás, um dos traços mais admiráveis da ordem universal. Todas as criaturas de Deus têm o que lhes compete conforme sua própria natureza, e nisto são tratadas por Ele segundo a mesma norma. Mas, além disto o Senhor dá muitíssimo a umas, muito a outras, e a outras, enfim, apenas o adequado. Essas desigualdades formam uma imensa hierarquia, em que cada degrau é como uma nota musical a compor uma imensa sinfonia que canta a glória divina. Uma sociedade e uma economia totalmente igualitárias seriam, portanto, antinaturais.

"Vistas a esta luz, as desigualdades representam uma condição de boa ordem geral, e redundam, pois, em vantagem para todo o corpo social, isto é, para os grandes como para os pequenos.

"Esta escala hierárquica está nos planos da Providência como meio para promover o progresso espiritual e material da Humanidade pelo estímulo aos melhores e mais capazes. O igualitarismo traz consigo a inércia, a estagnação e, portanto, a decadência, pois que tudo quanto é vivo, se não progride, se deteriora e morre.

"Por esta forma se explica a parábola dos talentos (Mt. 25, 14-30). A cada qual Deus dá em medida diversa e de cada um exige rendimento proporcionado".²

1) *L'homme chrétien et l'homme marxiste, Semaines de la pensée marxiste — Confrontations et débats*, La Palatine, Paris-Gênève, 1964, p. 64.

2) *Reforma Agrária — Questão de Consciência*, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1960, pp. 64-65.

A harmonia necessária entre a tradição e o progresso autênticos

1. Os verdadeiros amigos do povo são tradicionalistas

Da Carta Apostólica *Notre Charge Apostolique* (25/8/1910), de S. Pio X:

“Que estes Padres [consagrados às obras de acção católica] não se deixem afastar do bom caminho, no dédalo das opiniões contemporâneas, pela miragem de uma falsa democracia. Que não emprestem à retórica dos piores inimigos da Igreja e do povo uma linguagem enfática cheia de promessas tão sonoras quanto irrealizáveis. Que estejam persuadidos de que a questão social e a ciência social não nasceram ontem; de que, em todos os tempos, a Igreja e o Estado, em feliz acordo, susci-

taram para este fim organizações fecundas; de que a Igreja, que jamais traiu a felicidade do povo em alianças comprometedoras, não precisa livrar-se do passado, bastando-lhe retomar, com o auxílio de verdadeiros artífices da restauração social, os organismos quebrados pela Revolução, adaptando-os, com o mesmo espírito cristão que os inspirou, ao novo ambiente criado pela evolução material da sociedade contemporânea. Porque os verdadeiros amigos do povo não são nem revolucionários, nem inovadores, mas tradicionalistas”.¹

2. O respeito à tradição absolutamente não impede o progresso verdadeiro

Do discurso de Pio XII aos professores e alunos do Liceu Ennio Quirino Visconti, de Roma (28/2/1957):

“Foi justamente observado que uma das características dos romanos, como que um segredo da grandeza permanente da Cidade Eterna, é o respeito às tradições. Não que esse respeito signifique a fossilização em formas ultrapassadas pelos tempos; mas antes a conservação em vida daquilo que

os séculos demonstraram ser bom e fecundo. Desse modo a tradição não impede absolutamente o justo e feliz progresso, mas é ao mesmo tempo um poderoso estímulo para perseverar no caminho seguro; um freio ao espírito aventureiro, propenso a abraçar sem discernimento qualquer novidade que seja; e também, como se costuma dizer, o sinal de alarme contra os declínios”.²

1) *Acta Apostolicae Sedis*, Typis Polyglottis Vaticanis, Romae, 1910, vol. II, p. 631.

2) *Discorsi e Radiomessaggi di Sua Santità Pio XII*, Tipografia Poliglotta Vaticana, vol. XVIII, p. 803.

3. Um dos defeitos mais frequentes e mais graves da sociologia moderna consiste em subestimar a tradição

Alocução de Paulo VI aos peregrinos eslovacos provenientes de vários países, sobretudo dos Estados Unidos e do Canadá (14/9/1963), no undécimo centenário da chegada de S. Cirilo e S. Metódio à Grande Morávia:

“É característico da educação católica extrair da História não apenas elementos de cultura e lembranças do passado, mas também uma tradição viva, um coeficiente espiritual de formação moral, uma orientação constante para um progresso recto e coerente no decurso do tempo, uma garantia de estabilidade e de resistência que comunica a um povo a sua dignidade, o seu direito à vida, o seu dever de agir em harmonia com outros povos. Um dos defeitos mais frequentes e mais graves da sociologia moderna consiste em subestimar a tradição, isto é, em

pensar que uma sociedade firme e sólida pode ser edificada sem tomar em consideração o fundamento histórico sobre o qual ela naturalmente repousa, e que a ruptura com a cultura herdada das gerações precedentes pode ser mais benéfica à vida de um povo do que o desenvolvimento progressivo, fiel e sábio, do seu património de pensamento e de costumes. Mais ainda, se este património é rico daqueles valores universais e perenes que a Fé católica instila na consciência de um povo, então respeitar a tradição significa garantir a vida moral daquele povo; significa dar-lhe a consciência da sua existência e merecer-lhe os socorros divinos que conferem à cidade terrena algo do esplendor e da perpetuidade da cidade celeste”.¹

4. Destacar-se do passado, causa de inquietação, ansiedade e instabilidade

Homilia de Paulo VI durante a Missa que celebrou na Basílica Patriarcal de São Lourenço al Verano (2/11/1963):

“Temos o hábito de olhar para a frente, desprezando muitas vezes os méritos de ontem; somos pouco inclinados à gratidão, à memória, à coerência com o nosso passado, ao respeito, à fidelidade devida à História, às acções que se sucedem de uma geração para a outra. É muito frequente veri-

ficar que o comum das pessoas se destaca do tempo passado, o que é causa de inquietação, ansiedade e instabilidade.

“Um povo sadio, um povo cristão adere muito mais aos que nos precederam. Ele considera a lógica dos acontecimentos dos quais deve extrair a sua própria experiência, ao mesmo tempo que não hesita perante o tributo necessário de reconhecimento e de justa avaliação”.²

5. A tradição é um património fecundo, é uma herança a ser conservada

Alocução de Paulo VI aos seus conterrâneos de Brescia (26/9/1970):

“Permiti que um vosso conterrâneo de ontem preste homenagem a um dos valores mais preciosos da vida humana e, nos nossos dias, um dos mais descuidados: a tradição. É um património fecundo, é uma herança a ser conservada. Hoje a tendência das novas gerações é toda voltada para o presente, ou antes para o futuro. Está bem, sempre que esta tendência não obscureça a visão real e global da vida. Porque, para desfrutar o presente e preparar o futuro, o passado pode-nos ser útil e,

em certo sentido, indispensável. A separação revolucionária do passado não é sempre uma libertação, mas muitas vezes significa o corte da própria raiz. Para progredir realmente, e não decair, é necessário ter o senso histórico da nossa experiência. Isto é verdade mesmo no campo das coisas exteriores, técnico-científicas e políticas, onde o curso das transformações é mais rápido e impetuoso; e o é ainda mais no campo da realidade humana e especialmente no campo da cultura. O é no da nossa religião, que é toda uma tradição proveniente de Cristo”.³

1) *Insegnamenti di Paolo VI*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 1963, vol. I, p. 131.

2) *Idem*, pp. 276-277.

3) *Insegnamenti di Paolo VI*, Tipografia Poliglotta Vaticana, 1970, vol. VIII, pp. 943-944).

Roma Antiga: um Estado nascido de sociedades patriarcais

A obra de Fustel de Coulanges¹, *A Cidade Antiga*, acolhida de início com entusiasmo, foi objecto de restrições no decurso dos tempos. Não faltou, por exemplo, quem lhe apontasse um carácter por demais “sistemático”. Isto

não obstante, pela sua erudição exemplar, pela lucidez do seu pensamento e pela clareza da sua exposição, *A Cidade Antiga* conserva nos nossos dias a categoria de uma verdadeira obra-prima do género.

1. A palavra *pater* distingue-se de *genitor* e aparece como sinónima de *rex*

“Graças à religião doméstica, a família era um pequeno corpo organizado, uma pequena sociedade que tinha o seu chefe e o seu governo. Nada, na nossa sociedade moderna, pode dar-nos uma ideia deste poder paternal. Naqueles tempos, o pai não era somente o homem forte que protege e que tem também o poder de fazer-se obedecer: ele é o sacerdote, o herdeiro do lar, o continuador dos antepassados, o tronco dos descendentes, o depositário dos ritos misteriosos do culto e das fórmulas secretas da oração. Toda a religião residia no pai.

“O próprio nome pelo qual é designado, *pater*, traz em si curiosos ensinamentos. A palavra é a mesma em grego, em latim ou em sânscrito: donde se pode desde logo concluir que esta palavra data dum tempo em que os antepassados dos Helenos, dos Itálicos e dos Hindus, viviam ainda juntos na Ásia Central. Qual era o seu sentido e que ideia apresentava então ao espírito dos homens? Podemos sabê-lo, já que ela guardou este significado primitivo nas fórmulas da linguagem religiosa e do

vocabulário jurídico. Na linguagem jurídica o título de *pater* ou *paterfamilias* podia ser dado a um homem que não tivesse filhos, não fosse casado, ou mesmo não estivesse em idade de contrair o matrimónio. A concepção de paternidade não estava portanto ligada a esta palavra. A língua antiga conhecia outra palavra que designava propriamente o pai e que, tão antiga como *pater*, se encontra também nas línguas dos Gregos, dos Romanos e na dos Hindus (*gânitar*, *gennetéer*, *genitor*). A palavra *pater* tinha um outro sentido. Na linguagem religiosa aplicava-se a todos os deuses; na linguagem do direito, a todo o homem que não dependia dum outro e e que tinha autoridade sobre uma família e sobre um domínio, *paterfamilias*. Os poetas mostram-nos que era empregada para todos aqueles a quem se desejava honrar. O escravo e o cliente usavam-na para com o seu senhor. Era sinónima das palavras *rex*, *hãnas*, *basileús*. Continha em si, não o conceito de paternidade, mas o de poder, de autoridade, de dignidade majestosa.

1) Historiador francês (1830-1889), professor de História Medieval na Sorbonne e Director da Escola Normal Superior. Além da *A Cidade Antiga* escreveu outras obras entre as quais se destaca *História das Instituições da França Antiga*, na qual analisa a formação do regime feudal naquele país.

“Que um tal termo se tenha aplicado ao pai de família até poder tornar-se pouco a pouco o seu nome mais comum, é certamente um facto bastante significativo e que parecerá de importância a quem quer que deseje conhecer as antigas instituições. A

história desta palavra basta para nos dar uma ideia do poder que o pai exerceu durante muito tempo na família, e do sentimento de veneração que se lhe dava como a um pontífice e a um soberano”.¹

2. A gens dos romanos e a génos dos gregos

“Nos problemas difíceis que a História muitas vezes oferece, é bom pedir aos termos da língua todos os ensinamentos que eles possam dar. Uma instituição explica-se às vezes pela palavra que a designa. Ora, a palavra gens é exactamente a mesma que a palavra genus, a ponto que se podia tomar uma pela outra e dizer indiferentemente gens Fabia e genus Fabium; as duas palavras correspondem ao verbo gignere e ao substantivo genitor, do mesmo modo que génos corresponde a gennãs e a goneús. Todas estas palavras trazem em si a ideia de filiação. Comparem-se com todas estas palavras aquelas que temos o hábito de traduzir por família, como o latim familia, o grego oikos. Nem uma, nem outra, contém em si o sentido de geração ou de parentesco. O verdadeiro significado de família é propriedade; designa o campo, a casa, o dinheiro, os escravos, e é por isso que as Doze Tábuas, referindo-se ao herdeiro, dizem familiam nancitor, o que aceita a sucessão. Quanto a oikos, é claro que não apresenta ao espírito nenhuma outra ideia senão a de propriedade ou de domicílio. Eis, entretanto, os vocábulos que traduzimos habitualmente por família. Ora, é admissível que termos, cujo sentido intrínseco é o de domicílio ou o de propriedade tenham podido empregar-se tantas vezes para designar uma família, e que outras palavras cujo sentido interno é o de filiação, nascimento, paternidade, não tenham designado senão uma associação artificial? Seguramente isto não seria conforme à nitidez e à precisão das línguas antigas. É indubitável que os Gregos e os Romanos ligavam às palavras gens e génos a ideia de uma origem comum.

“Tudo nos apresenta a gens como ligada por um vínculo de nascimento.

“Infere-se de tudo isto que a gens não era uma associação de famílias, mas que ela era a própria família. Podia indiferentemente compreender apenas uma única linhagem ou produzir ramos numerosos; não obstante, não deixava de ser sempre uma só família.

“Aliás é fácil dar-se conta da formação da gens antiga e da sua natureza, se nos reportarmos às velhas crenças e às antigas instituições por nós já estudadas. Reconhecer-se-á mesmo que a gens é derivada, muito naturalmente, da religião doméstica e do direito privado das antigas eras. Observando o que era a autoridade na família antiga, vimos que os filhos não se separavam do pai; estudando as regras da transmissão do património, constatámos que, graças ao princípio da comunidade de património, os irmãos mais novos não se separavam do irmão mais velho. Lar, tûmulo, património, tudo isto, originariamente, era indivisível. E a família o era por consequência. O tempo não a desmembrava. Esta família indivisível, que desenvolvia através dos tempos, perpetuando o seu culto e o seu nome pelos séculos afora, era verdadeiramente a gens antiga. A gens era a família, mas a família que conservara a unidade que a sua religião lhe prescrevia, e tendo alcançado todo o desenvolvimento que o antigo direito privado lhe permitia atingir.

“Admitida esta verdade, torna-se claro tudo quanto os escritores antigos dizem da gens. A estreita solidariedade que notamos imediatamente existir entre os seus membros nada mais tem de surpreendente: são parentes pelo nascimento”.²

3. A concepção de família no mundo antigo

“Pode-se entrever um longo período durante o qual os homens não conheceram nenhuma outra forma de sociedade senão a família.

“Cada família tem a sua religião, os seus deuses, o seu sacerdócio. Cada família tem também a sua propriedade, ou seja a sua parte de terra que

1) *La Cité Antique*, Librairie Hachette, Paris, Livro II, pp. 96, 97-98.

2) *idem*, pp. 118, 119, 120, 121 e 122.

lhe está ligada inseparavelmente pela sua religião. Enfim, cada família tem o seu chefe, como uma Nação teria o seu rei. Tem as suas leis, que sem dúvida não são escritas, mas que a crença religiosa grava no coração de cada homem. Tem a sua justiça interna acima da qual nenhuma outra há à qual se possa apelar. Tudo aquilo de que o homem tem rigorosa necessidade para a sua vida material, ou para a sua vida moral, a família possui-o em si. Não precisa de coisa alguma de fora; a família é

um Estado organizado, uma sociedade que se basta a si própria.

“Mas esta família das antigas eras não se reduz às proporções da família moderna. Nas grandes sociedades a família desmembra-se e diminui, mas na ausência de qualquer outra sociedade estende-se, desenvolve-se, ramifica-se, sem se dividir. Diversos ramos mais novos ficam agrupados em torno dum ramo mais velho, junto do lar único e do túmulo comum”.¹

4. Família, cúria ou fratria e tribo

“O estudo das antigas regras do direito privado faz-nos entrever, para além dos tempos chamados históricos, um período de séculos durante os quais a família foi a única forma de sociedade. Esta família podia então conter, no seu amplo quadro, milhares de seres humanos. Mas nesses limites a associação humana era ainda bastante limitada: muito limitada para as necessidades materiais, porque era difícil que esta família se bastasse em presença de todos os acasos da vida; e muito limitada ainda para as necessidades morais da nossa natureza.

“A ideia religiosa e a sociedade humana iam desenvolver-se ao mesmo tempo.

“A religião doméstica proibia a duas famílias de se misturarem e de se confundirem. Mas era possível que muitas famílias, sem sacrificarem nada da sua religião particular, se unissem, pelo menos para a celebração dum outro culto que lhes fosse comum. Foi isto que se deu. Um certo número de famílias formou um grupo, que a língua grega chamava uma fratria e a latina uma cúria. Existia entre as famílias dum mesmo grupo um vínculo de nascimento? É impossível afirmá-lo. O que é certo é que esta nova associação não se constituiu sem um certo alargamento da concepção religiosa. No momento mesmo em que se uniam, essas famílias concebiam uma divindade superior às suas divin-

dades domésticas, que lhes era comum a todas, e que velava sobre todo o grupo. Erigiram-lhe um altar, acenderam um fogo sagrado e instituíram um culto.

“Não havia cúria ou fratria que não tivesse o seu altar e o seu deus protector. Ali o acto religioso era da mesma natureza do que o realizado na família.

“Cada fratria ou cúria tinha um chefe, curião ou fratriarca, cuja principal função era a de presidir aos sacrifícios. Talvez, originariamente, as suas atribuições tivessem sido mais amplas. A fratria tinha as suas assembleias, as suas deliberações, e podia promulgar decretos. Na fratria, como na família, havia um deus, um culto, um sacerdócio, uma justiça, um governo. Era uma pequena sociedade modelada exactamente sobre a família.

“A associação continuou naturalmente a crescer, e segundo o mesmo sistema. Muitas cúrias ou fratrias agruparam-se e formaram uma tribo.

“Este novo círculo teve também a sua religião; em cada tribo houve um altar e uma divindade protectora.

“A tribo, como a fratria, tinha assembleias e promulgava decretos, aos quais todos os seus membros deviam submeter-se. Tinha um tribunal e um direito de justiça sobre os seus membros. Tinha um chefe, tribunus, phylobasiléus”.²

5. Forma-se a cidade

“A tribo, como a família e a fratria, constituiu-se para ser um corpo independente, já que ela tinha culto especial do qual o estrangeiro era excluído. Uma vez formada, nenhuma nova família podia ser

nela admitida. Duas tribos de modo algum podiam fundir-se numa só; a sua religião a isto se opunha. Mas, assim como muitas fratrias se haviam reunido numa tribo, muitas tribos puderam associar-se en-

1) *idem*, pp. 126-127.

2) *op. cit.*, Livro III, pp. 131, 132-133, 134-135.

tre si, com a condição de que o culto de cada uma delas fosse respeitado. No dia em que se fez esta aliança nasceu a cidade.

“Pouco importa procurar a causa que determinou a união de muitas tribos vizinhas. Ora a união foi voluntária, ora imposta pela força superior dum tribo ou pela vontade poderosa dum homem. O que é certo, é que o vínculo da nova associação foi ainda um culto. As tribos que se agruparam para formar uma cidade não deixaram nunca de acender um fogo sagrado e de instituir uma religião comum.

“Assim a sociedade humana, nesta raça, não cresceu à maneira dum círculo, que se alargasse pouco a pouco, avançando progressivamente. São, pelo contrário, pequenos grupos que, há muito constituídos, se juntaram uns aos outros. Muitas famílias formaram a fratria, muitas fratrias a tribo, e muitas tribos a cidade. Família, fratria, tribo, cidade, são portanto sociedades perfeitamente semelhantes entre si e nascidas umas das outras através dum série de federações.

“É necessário mesmo notar que, à medida que estes diferentes grupos se associavam assim entre eles, nenhum perdia entretanto nem a sua individualidade, nem a sua independência. Se bem que muitas famílias se reunissem numa só fratria, cada uma delas mantinha-se constituída como na época do seu isolamento; nada mudava nela, nem o seu culto, nem o seu sacerdócio, nem o seu direito de propriedade, nem a sua justiça interna. A seguir, associavam-se as cúrias, mas cada uma continuava a ter o seu culto, as suas reuniões, as suas festas, o seu chefe. Da tribo passou-se à cidade, mas as tribos não foram por esse motivo dissolvidas, e cada uma delas continuou a formar um corpo quase como se a cidade não existisse.

“Assim, a cidade não é um agregado de indivíduos, mas uma confederação de muitos grupos já anteriormente constituídos e que a cidade deixa subsistir. Vê-se nos oradores áticos que cada Ateniense faz parte ao mesmo tempo de quatro sociedades distintas: é membro dum família, dum fratria, dum tribo e dum cidade”.¹

6. Cidade e urbe

“Cidade e urbe não eram palavras sinónimas entre os antigos. A cidade era a associação religiosa e política das famílias e das tribos; a urbe o lugar de reunião, o domicílio e sobretudo o santuário dessa associação.

“Quando as famílias, as fratrias e as tribos concordavam em unir-se e ter um mesmo culto comum, fundava-se então a urbe para ser o santuário desse culto comum. Assim a fundação dum urbe era sempre um acto religioso.

“Tomaremos como primeiro exemplo a própria Roma

“Chegado o dia da fundação, [Rómulo] oferece, primeiramente um sacrifício. Os seus companheiros estão dispostos à sua volta; acendem um fogo de ramos, e cada um salta através das pequenas chamas. A explicação deste rito é que para o acto que se vai realizar, é necessário que o povo esteja puro; ora os antigos julgavam purificar-se de toda a mácula física ou moral saltando por cima da chama sagrada.

“Quando esta cerimónia preliminar preparou o povo para o grande acto da fundação, Rómulo cava um pequeno fosso de forma circular. Lança

nele um torrão de terra que trouxe da urbe de Alba. Depois, cada um dos seus companheiros, aproximando-se por sua vez, arremessa como ele, um pouco da terra que trouxe do país de origem. Este rito é notável, revela-nos, nesses homens, um pensamento que importa assinalar. Antes de virem para o Palatino, habitavam Alba ou qualquer outra das urbes vizinhas. Lá estava o seu lar: ali os seus pais tinham vivido e estavam enterrados. Ora a religião proibia deixar a terra onde se tinha fixado o lar e onde os antepassados divinos repousavam. Era preciso, pois, para se libertarem de toda a impiedade, que cada um desses homens usasse dum ficção, e que trouxesse consigo, sob o símbolo dum torrão de terra, o solo sagrado onde os seus antepassados estavam enterrados e ao qual estavam ligados os seus manes. O homem não podia mudar-se senão trazendo consigo a terra e os seus antepassados. Era preciso cumprir este rito para que, ao mostrar o novo lugar que tinha adoptado, pudesse dizer: esta terra continua a ser a dos meus pais, terra patrum, patria; aqui fica a minha pátria porque aqui estão os manes da minha família”.²

1) *idem*, pp. 143-144, 145.

2) *idem*, pp. 151, 153-154.

7. A dificuldade em formar o Estado

“Concebe-se facilmente duas coisas: em primeiro lugar, que esta religião própria de cada urbe deve ter constituído a cidade duma maneira muito forte e quase inabalável: é efectivamente prodigioso como esta organização social, apesar dos seus defeitos e de todas as suas possibilidades de ruína, durou tanto tempo; em segundo lugar, que esta religião deve ter tido como resultado, durante muitos séculos, tornar impossível o estabelecimento de qualquer outra forma social que não fosse a cidade.

“Cada cidade, pela exigência da sua própria religião, devia ser absolutamente independente. Tornava-se indispensável que cada uma tivesse o seu código particular, já que cada uma tinha a sua religião e que era da religião que emanava a lei. Cada uma devia ter a sua justiça soberana, e não podia haver justiça alguma superior à da cidade. Cada uma tinha as suas festas religiosas e o seu calendário; os meses e o ano não podiam ser os mesmos em duas urbes, já que a sequência dos actos religiosos era diferente. Cada uma possuía a sua moeda particular, a qual, nos primeiros tempos, ordinariamente, tinha cunhado o seu emblema religioso. Cada uma tinha os seus pesos e medidas. Não se admitia que pudesse haver alguma coisa de comum entre duas cidades.

“A Grécia nunca conseguiu formar um só Estado; nem as urbes latinas, nem as etruscas, nem mesmo as tribos samnitas puderam jamais compor um corpo compacto. Atribuiu-se a incurável divisão dos Gregos à natureza do seu país, e houve quem dissesse que as montanhas que ali se cruzam, estabeleciam entre os homens linhas naturais de demarcação. Mas não havia montanhas entre Tebas e Plateias, entre Argos e Esparta, entre Sibaris e Crotona. Também não as havia entre as urbes do Lácio, nem entre as doze cidades da Etrúria. A natureza física exerce, sem dúvida nenhuma, alguma acção sobre a história dos povos, mas as crenças do homem exercem uma bem mais poderosa. Entre duas cidades vizinhas havia alguma coisa de mais intransponível do que uma montanha: era a

série dos limites sagrados, era a diferença dos cultos, era a barreira que cada cidade levantava entre o estrangeiro e os seus deuses.

“Por este motivo os antigos não puderam estabelecer, nem mesmo conceber, nenhuma outra organização social, a não ser a cidade. Nem os Gregos, nem os Itálicos, nem mesmo os Romanos durante muito tempo pensaram que muitas urbes pudessem unir-se e viver a igual título sob um mesmo governo. Bem podia haver aliança entre duas cidades, liga momentânea em vista dum proveito a tirar ou dum perigo a repelir, mas jamais podia haver uma união completa. E isto porque a religião fazia de cada urbe um corpo que não podia associar-se a nenhum outro. O isolamento era a lei da cidade.

“Com as crenças e os usos de religiosos que vimos, como poderiam diversas urbes confundir-se num mesmo Estado? Não se compreendia a associação humana, e esta não parecia regular a não ser quando era fundada na religião. O símbolo desta associação devia ser um banquete sagrado feito em comum. Em rigor, alguns milhares de cidadãos podiam perfeitamente reunir-se à volta dum mesmo pritaneu, recitar a mesma oração e compartilhar os mesmos manjares sagrados. Mas tentai, com estes usos, fazer de toda a Grécia um só Estado!

“Confundir duas cidades num só Estado, unir a população vencida à vitoriosa e associá-las sob um mesmo governo, é o que jamais se vê entre os antigos, a não ser uma única excepção [Roma]

“Esta independência absoluta da cidade antiga só pôde cessar quando as crenças sobre as quais se assentava a cidade desapareceram por completo. Depois que as ideias foram transformadas e que diversas revoluções passaram sobre as sociedades antigas, pode-se chegar a conceber e a estabelecer um Estado mais amplo regido por outras regras. Mas, para isso, tornou-se indispensável que os homens descobrissem outros princípios e um outro laço social diferente daquele das antigas épocas”.¹

1) *idem*, pp. 237-239, 240, 241.

O feudalismo, obra da família medieval

Sobre o papel da família na constituição da sociedade feudal, assim escreve Frantz Funck-Brentano, membro do Instituto de França, no seu célebre livro *O Antigo Regime*:

“O Antigo Regime teve origem na sociedade feudal. Isso ninguém o contesta. Quanto ao feudalismo, foi gerado naquela época surpreendente que se estende de meados do século X a meados do século XI, pela antiga organização familiar francesa que ia transformando em instituições públicas as suas instituições privadas.

“No decurso dos séculos IX e X, a sucessão das invasões bárbaras, normandas, húngaras, sarracenas, tinha imerso o país numa anarquia na qual todas as instituições haviam soçobrado. O camponês abandonava a sua terra devastada para fugir da violência; o povo encurralava-se no fundo de florestas ou de charnecas inacessíveis; refugiava-se no alto das montanhas. Os liames que uniam os habitantes do país foram cortados; as normas consuetudinárias ou legislativas foram despedaçadas; ninguém governava a sociedade.

“Foi nesta anarquia que se desenvolveu o trabalho de reconstrução social, pela única força organizada que permaneceu intacta, sob o único abrigo que ninguém pode lançar por terra, porque tem os seus fundamentos no coração humano: a família.

“Em plena tormenta a família resiste, fortifica-se, e cresce em coesão. Obrigada a satisfazer as suas necessidades, cria para si órgãos que lhe são

necessários para o trabalho agrícola e mecânico, para a defesa à mão armada. O Estado já não existe, a família toma o seu lugar. A vida social concentra-se em torno do lar; aos limites da casa e dos domínios restringe-se a vida comum; ela circunscreve-se às paredes da casa e à área circunjacente.

“Pequena sociedade vizinha, mas isolada das pequenas sociedades semelhantes que se constituíram segundo o mesmo modelo.

“Nos primórdios da nossa história, o chefe de família lembra o pater familias antigo. Ele comanda o grupo que se aglutina em torno dele e leva o seu nome, organiza a defesa comum, distribui o trabalho segundo a capacidade e as necessidades de cada um. Ele reina — a palavra está nos textos — como senhor absoluto. Ele é chamado ‘sire’. Sua esposa, a mãe de família, é chamada ‘dame’, domina.

“A família tornou-se para o homem uma pátria, e os textos latinos da época a designam por essa palavra ‘patria’, amada com uma ternura tanto mais forte quanto ela está ali, viva e concreta, sob os olhos de cada um. Ela faz sentir directamente o seu poder e também a sua doçura; sólida e querida armadura, protecção necessária. Sem a família o homem não conseguiria subsistir.

“Assim se formaram os sentimentos de solidariedade que uniam os membros da família uns aos outros, e que, sob a acção de uma tradição soberana, se irão desenvolvendo e definindo”¹.

1) *op. cit.*, Americ - Edit., Rio de Janeiro, 1936, vol. I, pp. 12-14.

Carácter familiar do governo feudal O rei, pai do seu povo

Para bem ilustrar o carácter familiar do governo feudal é conveniente transcrever o trecho do substancial livro *O Espírito Familiar no Lar, na Cidade e no Estado*, de autoria de Mons. Henri Delassus, no qual se descrevem as origens de tal regime.

Entretanto para dar o devido realce à matéria

citada pareceu necessário proporcionar previamente ao leitor alguns dados biográficos do seu autor, figura de grande realce na luta que a Igreja em França empreendeu contra as investidas do Liberalismo e do Modernismo no fim do século XIX e início do século XX.

1. Breves traços biográficos

Mons. Henri Delassus (1836-1921), ordenado sacerdote em 1862, exerceu o ministério como vigário em Valenciennes (Saint-Géry) e Lille (Sainte-Catherine e Sainte-Marie-Madelaine). Em 1874 foi nomeado capelão da Basílica Notre-Dame de la Treille (Lille). Cónego honorário em 1882 e Prelado Doméstico em 1904. Em 1911 foi promovido a Protonotário Apostólico. Em 1914 tornou-se Cónego da recém criada diocese de Lille e Deão do Cabido da Catedral.

Como escritor publicou as seguintes obras:

Histoire de Notre-Dame de la Treille, Patronne de Lille (1891), *L'Américanisme et la Conjuration Antichrétienne* (1899), *Le Problème de l'Heure Présente: Antagonisme de Deux Civilisations* (2 vol., 1904), *L'Encyclique "Pascendi Dominici Gregis" et la Démocratie* (1908), *Vérités Sociales et Erreurs Démocratiques* (1909), *La Conjuration Antichrétienne: Le Temple Maçonnique Voulant s'élever sur les Ruines de l'Eglise Catholique* (prefácio do Cardeal Merry del Val, 3 vol., 1910), *Condamnation du Modernisme dans la Censure du Sillon* (1910), *La Question Juive* (extraído de *La Conjuration Antichrétienne*, 1911), *La Démocratie Chrétienne: Parti et École vus du Diocèse de Cam-*

brai (1911), *La Mission Posthume de Jeanne d'Arc et le Règne Social de Jésus-Christ* (1913), *Les Pourquoi de la Guerre Mondiale: Réponses de la Justice Divine, de l'Histoire, de la Bonté Divine* (3 vol., 1919-1921).

Como jornalista, em 1872 passou a colaborar no periódico "Semaine Religieuse du Diocèse de Cambrai", do qual se tornou proprietário, director e principal redactor em 1874. Fez desta publicação "um bastião contra o Liberalismo, o Modernismo, e todas as formas de conspiração anticristã no mundo". Com a criação da Diocese de Lille esta revista tomou o nome de "Semaine Religieuse du Diocèse de Lille", tornando-se órgão oficial do bispado em 1919.

Mons. Delassus — que fora ordenado sacerdote sob Pio IX — exerceu a maior parte das actividades do seu ministério sob Leão XIII e S. Pio X, havendo falecido durante o pontificado de Bento XV.

Teve parte saliente nas ardentes polémicas que marcaram a vida da Igreja durante esses pontificados, sempre movido pelas grandes preocupações que marcaram os pontificados de Pio IX e de S. Pio X. O modo de Mons. Delassus encarar os problemas religiosos, sociais e políticos da Europa e da

América do seu tempo era muito afim com o de Pio IX e o de S. Pio X, orientação que defendeu com inteligência, cultura e valentia inextinguível, quer durante o reinado desses dois Pontífices, quer durante o de Leão XIII.

Como é sabido, a interpretação que este último dava ao panorama geral religioso, social e político da Europa e da América no mesmo período, quer como Cardeal-Bispo de Perusa, quer como Papa, em muitos pontos não coincidia — na medida em que tal pode ocorrer entre Papas — com a interpretação de Pio IX e de S. Pio X. A fidelidade de Mons. Delassus à linha de pensamento e de acção que ele seguira sob Pio IX e continuaria a seguir durante os pontificados subsequentes, era própria a expô-lo a incompreensões, advertências e medidas acautelatórias, provavelmente penosas para ele, partidas da Cúria Romana ao tempo de Leão XIII. Ele recebeu-as com toda a medida de acatamento preceituado pelas leis da Igreja, mas usando também da medida de liberdade que essas leis lhe asseguravam.

Assim, foi ele objecto de advertências de autoridades locais e da própria Santa Sé devido aos seus ataques contra o Congresso Eclesiástico de Reims (1896) e o Congresso da Democracia Cristã (1897). Em 1898 uma carta do Pe. Sébastien Wyart fez-lhe

ver que os seus artigos polémicos desagradavam ao Vaticano. Logo a seguir a Santa Sé pediu a Mons. Delassus para cessar “*a sua campanha refractária e as suas polémicas violentas*”. Em 1902 o Cardeal Rampolla pediu a Mons. Sonnois, Bispo de Cambrai, para advertir o jornal de Mons. Delassus, “*Semaine Religieuse*”.

A ascensão de S. Pio X ao Sólido Pontifício haveria de reparar largamente Mons. Delassus pelos dissabores que sofrera. O Santo Pontífice compreendeu, admirou e apoiou claramente o valente polemista, como este também apoiou sem reservas a luta antiliberal e antimodernista de S. Pio X. Como reconhecimento ao mérito dessa luta o valeroso sacerdote foi elevado por S. Pio X a Prelado Doméstico em 1904, a Protonotário Apostólico em 1911, tendo também ascendido ao cargo de Deão do Cabido da Catedral de Lille em 1914.¹

Durante a Guerra, Mons. Delassus suspendeu compreensivelmente as suas polémicas tal como o fizeram, em benefício da união nacional contra o adversário externo, os polemistas franceses de todos os matizes. Na aurora da paz, em 1918, Mons. Delassus reacendia a sua chama de polemista. Esta chama sagrada extinguiu-a pouco depois a sua morte.²

2. Pátria, o domínio do pai

Após recordar, na sua obra *O Espírito Familiar no Lar, na Cidade e no Estado*, a tese de Fustel de Coulanges sobre a família como célula-mater da sociedade antiga, Mons. Delassus mostra que tal tese se aplica também às origens da Civilização actual:

“Pode-se constatar que os grupos sociais se constituíram do mesmo modo nas origens do nosso mundo moderno.

“A família, dilatando-se, formou entre nós a mesnada (mesnada, magnie: casa, família, como ainda hoje se diz a Casa de França), como ela tinha formado a fratria entre os gregos e a gens entre os romanos. ‘Os parentes agrupados em torno do seu chefe, diz Flach (As origens da antiga França), formam o núcleo de uma corporação extensa, a mesnada. Os textos da Idade Média, as crónicas e

1) Por ocasião das bodas de ouro da sua ordenação sacerdotal, Mons. Delassus recebeu do Pontífice a seguinte carta: *“Tivemos conhecimento com alegria que daqui a poucos dias completareis cinquenta anos de sacerdócio. Felicitamo-vos de todo o coração, pedindo a Deus para vós toda a espécie de prosperidades. Sentimo-Nos levado a este acto de benevolência, que vós bem mereceis, Nós bem o sabemos, tanto pela vossa devoção à Nossa pessoa como pelos testemunhos inequívocos do vosso zelo, seja pela doutrina católica que defendeis, seja pela disciplina eclesiástica que mantendes, seja enfim por todas estas obras católicas que sustentais e das quais a nossa época tem uma tão grande necessidade.*

“Devido a tão santos trabalhos é de todo o coração que vos dispensamos os merecidos elogios e vos concedemos, de toda a boa vontade, caro filho, a Bênção Apostólica, ao mesmo tempo penhor de graças celestes e testemunho da Nossa benevolência.

“Dada em Roma, aos pés de S. Pedro, em 14 de Junho de 1912, nono ano do Nosso pontificado”

“Pio X, Papa”

(*Actes de Pie X*, Maison de la Bonne Presse, Paris, 1936, t. VII, p. 238).

2) Cfr. *Dictionnaire du monde religieux dans la France contemporaine — 4. Lille - Flandres*, Beauchesne, Paris, 1990).

canções de gesta mostram-nos a mesnada, ampliada pelo patronato e pela clientela, como algo que corresponde exactamente à *gens* dos romanos'. Em seguida, Flach faz ver como a mesnada, desenvolvendo-se por sua vez, produziu o feudo, família mais extensa, cujo suserano é ainda o pai; tanto que, para designar o conjunto das pessoas reunidas sob a suserania de um chefe feudal, encontra-se frequentemente, nos textos dos séculos XII e XIII — época em que o regime feudal desabrochou plenamente — a palavra 'família'. 'O barão — diz Flach — é antes de tudo um chefe de família'. E o historiador cita textos em que o pai é considerado explicitamente como semelhante ao barão, e o filho ao vassalo.

“Um maior desenvolvimento [da família] dá origem ao barão de categoria mais elevada'. Do pequeno feudo brota o grande feudo. A aglomeração dos grandes feudos formará os reinos.

“Assim se formou a nossa França. Tanto o idioma como a História o atestam.

“O conjunto das pessoas postas sob a autoridade do pai de família é chamado família. A partir do século X, o conjunto de pessoas reunidas sob a autoridade do senhor, chefe da mesnada, é chamado família. O conjunto das pessoas reunidas sob a autoridade do barão, chefe do feudo, é chamado família. E, veremos que o conjunto das famílias francesas foi governado como uma família. O território sobre o qual se exerciam essas diversas autoridades, quer se tratasse do chefe de família, do chefe de mesnada, do barão feudal ou do rei, se chama uniformemente, nos documentos, patria, isto é, o domínio do pai. 'A pátria, diz Funck-Brentano, foi, na origem, o território da família, a terra do pai. A palavra estendeu-se ao senhorio e ao reino inteiro, sendo o rei o pai do povo. O conjunto dos territórios sobre os quais se exercia a autoridade do rei chamava-se, portanto, Pátria'”.¹

1) *L'Esprit Familial dans la Maison, dans la Cité et dans l'État*, Société Saint-Augustin, Desclée de Brouwer, Lille, 1910, pp. 16-17.

O carácter paternal da Monarquia tradicional

1. Recepção a Francisco I, em Viena, após a retirada das tropas de Napoleão

O carácter paternal da monarquia medieval foi conservado em larga medida pelos soberanos da Casa d'Áustria, até ao destronamento dos Habsburgos em 1918.

Da afectividade desse carácter dá expressiva ideia o discurso do Burgomestre de Viena, ao receber o Imperador Francisco I, algum tempo após a derrota de Wagram (1809).

Para o leitor moderno, não imbuído do espírito de luta de classes, esse discurso parecerá mais a página de um conto de fadas do que um documento histórico.

Assim o transcreve um relator de indiscutível idoneidade, o historiador austríaco João Baptista Weiss (1820-1899):

“A adesão [do povo de Viena] mostrou-se mais calorosamente na recepção ao Imperador Francisco I depois da devastadora guerra; e na saída dos franceses de Viena a 20 de Novembro de 1809 após uma opressora permanência de 6 meses e 7 dias.

“A 26 de Novembro as tropas austríacas retornaram a Viena: no dia 27 chegou o Imperador às 4 da tarde. Já desde a madrugada, milhares e milhares de pessoas se dirigiram a Simmering, para receber o amado Imperador. Toda Viena estava de pé, comprimidos uns contra os outros, aguardando como filhos que esperam o seu amado pai. Finalmente, às 4 apresentou-se o Imperador, sem nenhuma guarda, numa caleche aberta e com uniforme do seu regimento de hussardos, tendo ao seu lado o Mordomo-mor Conde de Wr̄bna. A terra e o ar pareciam tremer com os clamores de júbilo: ‘Bem-vindo seja o nosso pai!’ Os lenços não paravam de acenar.

“O Burgomestre dirigiu-lhe umas palavras: ‘Amado Príncipe: quando um povo em luta contra o infortúnio, sofrendo de mil maneiras, só pensa nas penas do seu Príncipe, o amor repousa sobre o mais profundo sentimento, firme e imperecível. Nós somos esse povo. Quando os nossos filhos caíam na luta sangrenta, quando balas incandescentes destruíam as nossas casas, quando os alcerces de Viena estremeciam com o ribombo das batalhas, pensávamos em ti. Príncipe e pai, pensávamos então em ti com silencioso amor. Pois tu não quiseste essa guerra. Só a fatalidade da época ta impôs. Tu quiseste o melhor. O autor das nossas penas não foste tu. Sabemos que nos amas; sabemos que a nossa ventura é a tua sagrada e firme vontade. Amiúde sentimos as bênçãos da tua paternal bondade, marcaste o teu regresso com novos benefícios. Sê pois, Príncipe paternal, saudado com amor imutável no meio de nós. É verdade que o mau resultado da guerra privou-te duma parte dos teus súbditos. Mas esquece a dor das tuas perdas na íntima união dos teus leais. Não o número, mas apenas a vontade firme e constante, o amor que tudo une, são os apoios sagrados do Trono. E todos estamos animados deste espírito. Queremos suprir o que perdeste. Queremos ser dignos da nossa pátria, pois nenhum austríaco abandona o seu Príncipe quando dela se trata. Ainda que os muros que rodeiam o teu palácio caíam em ruínas, o mais firme castelo são os corações do teu povo’.

“Nenhum monarca poderia ter encontrado uma recepção mais calorosa. Francisco I só conseguiu avançar a passos lentos. O povo beijava-lhe as

mãos, as vestes e os cavalos. Ao chegar ao palácio carregaram-no escadaria acima. À noite a cidade

e os arrabaldes estavam esplendidamente iluminados”.¹

2. Acolhimento proporcionado pelo povo de Paris ao Conde de Artois, no regresso do exílio

Uma outra recepção festiva e entusiástica, feita pelo povo de outra capital europeia a outro Príncipe vítima da desventura — o acolhimento proporcionado pela população de Paris ao Conde de Artois, futuro Carlos X, na volta do exílio — bem mostra o afecto com que o povo cercava os representantes das antigas dinastias legítimas e paternas.

Ei-la narrada pelo eminente historiador contemporâneo Georges Bordonove:

“Monsieur² fez a sua entrada solene em Paris no dia 10 de Abril de 1814, pela porta Saint-Denis. Testemunha o Barão de Frénilly: ‘Não havia janelas, nem telhados suficientes para conter a multidão entusiasmada que ficava rouca de tanto gritar. Tudo estava ornamentado com bandeiras, cortinados, tapetes, flores e todos os lenços se agitavam. Era um espectáculo tocante’.

“O tempo estava esplêndido. O sol de Abril iluminava aquela profusão de bandeiras brancas, flores, fisionomias risonhas. Crianças e jovens agarravam-se às grades; outros valentes, empoeirados nos telhados, agitavam chapéus. Tambores soavam. Os cavalos caracolavam sobre as calçadas. De todos os lados fundiam-se, espontaneamente, os brados de: Vive le Roi! Vive Monsieur! À medida que se aproximava o centro de Paris, a alegria aumentava, o entusiasmo transformava-se em delírio. Monsieur era realmente um belo homem! Conservava um tal porte apesar dos seus 57 anos! Envergava tão bem o seu uniforme azul com ornatos e dragonas de prata! Montava com tanta elegância o magnífico cavalo branco que lhe fora oferecido! Tinha um olhar tão altivo e ao mesmo tempo tão cheio de bondade! Respondia às aclamações com tanta graça!

“Havia tanto tempo que não se via um verdadeiro Príncipe, encantador e cavalheiresco! Assim avançava ele em direcção a Notre-Dame. Monsieur deixava a multidão aproximar-se, tocar-lhe

as botas, os estribos, o pescoço do seu cavalo. Esta ousadia agradava. Os marechais do Império seguiam-no. Alguns tinham-se apresentado a ele com o cocar tricolor. Outros não ocultavam a sua hostilidade. Todos estavam ansiosos por conservar o seu posto. Monsieur cumprimentou-os. Pouco a pouco, eles deixaram-se conquistar pela euforia geral. A movimentação, as exclamações alegres daquela multidão desconcertavam-nos. Não compreendiam porque os parisienses se entusiasmavam a tal ponto por este Príncipe, um desconhecido para eles até à véspera. Uma misteriosa centelha havia electrizado os corações. Fora Monsieur que a acendera. Ele tinha o dom de agradar, de seduzir tanto as multidões quanto os indivíduos; hoje diríamos: um carisma. Ele era de tal maneira conforme à imagem que se fazia de um príncipe, havia tanta simplicidade no seu comportamento, e também esse à vontade supremo que não se aprende pois se herda...

“Com dificuldade abriu-se caminho para ele até Notre-Dame, onde estava previsto um Te Deum. Os acontecimentos tinham-se precipitado de tal maneira que não houve tempo de decorar a Catedral. Viu-se que ele se ajoelhava e rezava com fervor. Agradecia à Providência por lhe ter concedido esta alegria de ter reconduzido a França ao Trono dos lises”³

Talvez a centelha que assim se acendia com o entusiasmo dos parisienses pela volta da Monarquia legítima tivesse a sua causa em que eles participavam desse sentimento, então geral, explicitado genialmente por Talleyrand nas palavras finais da carta que enviara ao futuro Carlos X, quando da primeira abdicação de Napoleão: “*Nous avons assez de gloire, Monseigneur, mais venez, venez nous rendre l'honneur*” [Temos glória demais, Monseigneur, mas vinde, vinde trazer-nos a honra].

1) *Historia Universal*, Tipografía La Educación, Barcelona, 1932, vol. XXI, pp. 768-769.

2) Tratamento dado ao irmão do rei que lhe sucedia imediatamente em idade. Sendo Rei Luís XVIII, o seu irmão Conde de Artois, fazia jus ao tratamento de *Monsieur*.

3) *Les rois qui ont fait la France — Charles X*, Ed. Pygmalion, Paris, 1990, pp. 121-123.

O que pensam Papas, Santos, Doutores e Teólogos sobre a liceidade da guerra

A manifestação do espírito medieval, enquanto pugnaz e guerreiro, como também o carácter militante da Igreja, talvez causem estranheza aos “fundamentalistas” do pacifismo contemporâneo, absolutamente intolerantes contra toda e qualquer espécie de guerra, pois aos ouvidos deles as expres-

sões “guerra santa” e “guerra lícita” soam como radicalmente contraditórias.

Não será supérfluo pôr-lhes à disposição diversos textos de Pontífices Romanos e de pensadores católicos do melhor quilate, nos quais possam ver que tal contradição não existe.

1. O fim legítimo da guerra é a paz na justiça

Segundo o *Dictionnaire Apologétique de la Foi Catholique* no verbete intitulado “*Paix et Guerre*” o ensinamento de Santo Agostinho a propósito da paz e da guerra pode ser condensado em quatro tópicos:

“*Em primeiro lugar há guerras que são justas. São as que tendem a reprimir uma acção culpável da parte do adversário.*”

“*Porém, a guerra deve ser considerada como um remédio extremo ao qual apenas se recorre depois de haver reconhecido a evidente impossibilidade de salvaguardar de outro modo a causa do legítimo direito. Com efeito, mesmo sendo justa, a guerra determina tantos e tão grandes males — mala tam magna, tam horrenda, tam saeva — que*

só constrangido por um imperioso dever se pode desencadeá-la.”

“*O fim legítimo da guerra não é a vitória com as satisfações que traz, mas sim a paz na justiça, ou seja, o restabelecimento durável de uma ordem pública na qual cada coisa seja reposta no seu preciso lugar...*”

“*Por fim, as desgraças da guerra constituem nesta vida um dos castigos do pecado. Mesmo quando a derrota humilha aqueles que estavam com a razão, é necessário ver esta dolorosa prova como querida por Deus para punir e purificar o povo das faltas das quais ele mesmo se deve confessar culpado.*”¹

2. Papas e Concílios confirmam a doutrina de S. Tomás sobre a guerra

Ainda segundo a mesma fonte, S. Tomás de Aquino “*enuncia as três condições que tornam*

legítimo, em consciência, o recurso à força das armas.”

1) YVES DE LA BRÏRE, *Paix et Guerre*, in *Dictionnaire Apologétique de la Foi Catholique*, Gabriel Beauchesne Éditeur, Paris, 1926, t. III, col. 1260.

“1º - *Que a guerra seja empreendida não por simples particulares, ou por alguma autoridade secundária mas sempre pela autoridade que exerce no Estado o poder supremo.*

“2º - *Que a guerra seja motivada por uma causa justa, isto é, que se combata o adversário em razão de uma falta proporcionada que ele tenha realmente cometido.*

“3º - *Que a guerra seja conduzida com recta intenção, isto é, fazendo lealmente esforço para buscar o bem e evitar o mal, em toda a medida do possível.*

“*Esta doutrina de S. Tomás é confirmada, indi-*

recta mas evidentemente, nas Bulas pontifícias, nos Decretos conciliares da Idade Média a propósito da paz de Deus, da trégua de Deus, e da regulamentação pacífica e por arbítrio dos conflitos entre reinos. Documentos estes que pela sua concordância traduzem o autêntico pensamento da Igreja e o espírito geral do seu ensinamento sobre as questões morais concernentes ao direito de paz e de guerra.

“*A prática dos Papas e dos Concílios corrobora e dá crédito ao ensinamento dos Doutores [sobre a matéria], cujos três princípios fundamentais S. Tomás põe em relevo”*.¹

3. Morrer ou matar por Cristo não é criminoso, mas glorioso

Sobre a liceidade da guerra contra os pagãos, S. Bernardo, o Doutor Melíflu, tem estas candentes palavras:

“*Os cavaleiros de Cristo podem com tranquilidade de consciência combater os combates do Senhor, não temendo, de maneira nenhuma, nem o pecado pela morte do inimigo, nem o perigo da própria morte: pois a morte, neste caso, infligida ou sofrida por Cristo, nada tem de criminoso, e muitas vezes traz consigo o mérito da glória. Pois, com a primeira alcança glória para Cristo, com a outra alcança o próprio Cristo. O qual sem dúvida, toma prazenteiramente a morte do inimigo como punição; e mais prazenteiramente ainda se dá ao soldado como consolação. O cavaleiro de Cristo mata com a consciência tranquila e morre ainda mais seguro de si. Morrendo trabalha por si mesmo; matando trabalha por Cristo. E não é sem razão que ele porta o gládio: ele é o ministro de Deus para a punição dos maus e exaltação dos bons. Quando mata um malfeitor não é homicida mas, por assim dizer, malicida;*

e é necessário ver nele tanto o vingador que está a serviço de Cristo, como o defensor do povo cristão. Quando porém é morto, considera-se não ter morrido, mas ter chegado à glória eterna. Portanto, a morte que ele inflige é um benefício para Cristo; a que recebe, é um benefício para si mesmo. Na morte do pagão o cristão gloria-se porque Cristo é glorificado; na morte do cristão, a liberalidade do rei mostra-se quando exalta o soldado que merece ser recompensado. Sobre ele se alegrará o justo quando perceber a punição. Dele dirá o homem: ‘Deveras há recompensa para o justo; deveras há um Deus que julga sobre a terra’ (Sl. 57, 12). Os pagãos até não deveriam ser mortos, se se pudesse impedir dalguma outra maneira as suas grandíssimas vexações e retirar-lhes os meios de oprimir os fiéis. Mas actualmente é melhor que sejam mortos a fim de que, desse modo, os justos não se dobrem à iniquidade das mãos deles, pois do contrário certamente se manterá a chibata dos pecadores sobre a classe dos justos”.²

4. A protecção da Fé é causa suficiente para a liceidade da guerra

Do Seráfico Doutor, S. Boaventura, apresentamos o seguinte juízo sobre o assunto:

“*Para a liceidade [da guerra] exige-se que a pessoa que declare a guerra esteja investida de autoridade, que aquele que faça a guerra seja um*

leigo, que aquele contra o qual se faça a guerra seja de uma tal insolência que deva ser reprimido pela guerra. Uma causa suficiente é: a protecção da Pátria, ou da paz, ou da Fé”.³

1) *idem*, cols. 1261-1262.

2) *De laude novae militiae*, Migne P.L., t. 182, col. 924.

3) *Opera Omnia*, Vives, Paris, 1867, t. X, p. 291.

5. A Sagrada Escritura louva as guerras contra os inimigos da Fé

Francisco Suárez, S.J., teólogo de reconhecida autoridade no pensamento católico tradicional, assim se exprime, na sua conhecida obra *De Bello*, onde compendiou a doutrina da Igreja sobre o referido tema:

“A guerra, em si, não é intrinsecamente má, nem está proibida aos cristãos. É uma verdade de Fé contida expressamente na Sagrada Escritura, pois no Antigo Testamento louvam-se as guerras empreendidas por varões muito santos: ‘Oh Abraão! Bendito és do Deus excelso que criou o

Céu e a Terra; e bendito seja o excelso Deus por cuja protecção caíram em tuas mãos os inimigos’ (Gén. 14, 19-20). Passagens parecidas lêem-se sobre Moisés, Josué, Sansão, Gedeão, David, os Macabeus e outros, aos quais muitas vezes Deus mandava fazer a guerra contra os inimigos dos Hebreus; e S. Paulo diz que os santos conquistaram impérios pela Fé. Isto mesmo confirmam outros testemunhos dos Santos Padres citados por Graciano; e também Santo Ambrósio em vários capítulos do seu livro sobre os deveres”.¹

6. A Igreja tem o direito e o poder de convocar e dirigir uma Cruzada

Nos nossos dias, um alentado e muito bem documentado estudo sobre o direito da Igreja de promover a guerra contra os infiéis e os hereges, foi publicado em 1956, tendo como autor Mons. Rosalio Castillo Lara², posteriormente elevado ao cardinalato. A obra fornece dados do maior interesse para mostrar como a Igreja exercia de facto aquele poder, fundamentada em princípios de ordem jurídica e doutrinária. Seleccionamos aqui alguns trechos do estudo do referido Cardeal que bem ilustram essa atitude combativa dos Papas medievais:

“Todos os autores estão de acordo em conceder à Igreja um direito à vis armata virtual, sem a qual seria inútil qualquer coacção material. Consiste no poder de exigir autoritariamente do Estado o préstimo da sua força armada para fins puramente eclesiásticos, ou seja, o que habitualmente se entende por invocar o auxílio do braço secular”.³

A respeito das Cruzadas contra os infiéis e da sua convocação pelos Papas, pode-se ler o seguinte:

“As Bulas de Cruzadas e cânones conciliares apresentam sempre como principalíssimo fim a reconquista da Terra Santa, ou, segundo o momento histórico, a conservação do reino cristão de Jerusalém, fruto da primeira Cruzada. A isto acres-

centa-se a libertação dos cristãos cativos e, em consequência, combater e confundir a audácia dos pagãos que insultavam a honra e o nome cristãos. Na concepção medieval, todas estas finalidades eram completamente religiosas. As motivações, por exemplo, para induzir os fiéis a tomar parte nas expedições eram todas desse carácter; giram em torno de um conceito central: a santidade dos lugares consagrados pelo nascimento, vida e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, que não podem continuar a ser profanados pela presença dos infiéis. A Cristandade tem um direito adquirido e imprescritível sobre essas terras.

“Este conceito religioso impregna completamente todas as expedições das Cruzadas e predomina, ao menos virtualmente, sobre os outros móveis políticos ou temporais que a ele se misturavam.

“Celestino III faz ver como combater pela Terra Santa é servir a Cristo, a que estão obrigados os seus seguidores: ‘Ecce qui nunc cum Cristo non fuerit, juxta Evangelicae auctoritatis doctrinam ipse erit adversus’ [quem agora não se declare por Jesus Cristo será, segundo proclama com autoridade a doutrina do Evangelho, seu inimigo].

“As Bulas de Inocêncio III que tratam deste tema são muito numerosas e a finalidade não se

1) *De Bello*, sectio prima, 2, apud LUCIANO PEREÑA VICENTE, *Teoria de la Guerra en Francisco Suárez*, C.S.I.C., Madrid, 1954, vol. II, pp. 72 e 74.

2) *Coacción Eclesiástica y Sacro Romano Imperio* — Estudio jurídico-histórico sobre la potestad coactiva material suprema de la Iglesia en los documentos conciliares y pontificios del período de formación del Derecho Canónico clásico como un presupuesto de las relaciones entre *Sacerdotium* e *Imperium*, Augustae Taurinorum, 1956, Torino, 303 pp.

3) *op. cit.*, p. 69.

afasta da linha tradicional: a Cruzada tende 'ad expugnandam paganorum barbariem et haereditatem Domini servandam ad vindicandam injuriam crucifixi, ad defensionem Terrae nativitatis Domini' [para destruir a barbárie dos pagãos, guardar a herança do Senhor e vingar a injúria feita ao Crucificado, na defesa da terra em que Nosso Senhor nasceu].

"Porém Inocêncio III prefere um terreno mais concreto e dá uma nova fórmula às tradicionais motivações, colocando a obrigação dos cristãos de participar na Cruzada num plano quase jurídico: o dever de vassalagem que liga os cristãos ao seu Rei, Jesus Cristo.

"Numa epístola ao Rei de França explica: assim como seria um crime de lesa-majestade para um vassalo não ajudar o seu senhor expulso da sua terra e talvez cativo, 'similiter Iesus Christus Rex regnum et Dominus dominantium ... de ingratitude vitio et veluti infidelitatis crimine te damnet, si ei ejecto de terra quam pretio sui sanguinis comparavit et a Sarracenis in salutiferae crucis ligno quasi captivo detento negligenter subvenire' [de modo semelhante, Jesus Cristo, Rei dos reis e Senhor dos senhores ... te condenaria pelo pecado de ingratidão e como réu do crime de infidelidade, se estando Ele expulso da terra que comprou com preço do Seu Sangue, e retido como um escravo pelos sarracenos no salutar madeiro da cruz, tu negligenciasses vir em Sua ajuda].

"Honório III ressalta a injúria e a desonra que caem sobre Cristo e os cristãos em consequência da posse da Terra Santa pelos ímpios e blasfemos sarracenos. Isto é um motivo suficiente para tomar as armas....

"O dever de vassalagem é tão estrito e a injúria a Cristo deve mover os cristãos de tal forma, que aquele que se mostrar negligente bem poderia temer pela sua eterna salvação.

"Inocêncio IV considera a libertação da Terra Santa como obra estritamente eclesiástica, à qual estão principalmente obrigados os prelados, uma vez que trará grande incremento à Fé católica.

"Gregório X confessava que não almejava senão a libertação da Terra Santa, o que considerava o principal objectivo do seu pontificado.

"Em conclusão: para o pensamento oficial da

Igreja as Cruzadas eram uma obra santa, de carácter estritamente religioso. Como consequência, caíam dentro do âmbito da Igreja, que tomava quase sempre a iniciativa de promovê-las, controlá-las e dirigi-las com a sua autoridade".¹

As Ordens Militares constituíram o braço armado da Igreja. Sobre elas assim discorre o erudito purpurado na sua valiosa obra:

"As Ordens Militares são uma fiel expressão do que se poderia considerar como a vis armata eclesiástica. Com efeito, os seus membros eram ao mesmo tempo soldados e monges. Como religiosos, professavam os três votos tradicionais sob uma Regra aprovada pela Santa Sé. Como soldados, formavam um exército permanente disposto a entrar em batalha onde quer que ameaçassem os inimigos da religião cristã. O fim eclesiástico, a que exclusivamente se propunham, e a dependência da Santa Sé em que os colocava o voto de obediência, faziam deles os soldados da Igreja.

"Institucionalmente eram religiosos leigos [não sacerdotes] consagrados à guerra em defesa da Fé. Este facto de haver inserido dentro do quadro das instituições puramente eclesiásticas um corpo de soldados, revela na Igreja a íntima consciência de possuir um supremo poder coactivo material, do qual participavam, como delegados, estes monges guerreiros.

"Não há outro modo de explicar a aprovação destas ordens. A Igreja tornava-as, com a aprovação, estritamente suas e santificava o fim ao qual, por profissão, deviam tender estes cavaleiros, que não era outro senão a guerra".²

E ainda sobre a liceidade da guerra acrescenta o Cardeal:

"Ao lançar os Pontífices o apelo à Cruzada, ao animar os soldados e tomar a sua alta direcção nunca se puseram o problema da incongruência da guerra com o espírito da Igreja, nem se perguntaram se tinham direito a organizar exércitos e lançá-los contra os infiéis. Os Papas, em consequência, não só não o consideravam ilícito, como tinham a consciência de exercer com isso um poder próprio: o supremo poder coactivo material; nem sonhavam remotamente invadir com isso a esfera do temporal que sabiam reservada somente ao Estado".³

1) *op. cit.*, pp. 85-89.

2) *op. cit.*, pp. 109-110.

3) *op. cit.*, p. 115.

Ser nobre e levar vida de nobre é incompatível com a santidade?

A incompreensão existente nos nossos dias em relação à nobreza e às elites tradicionais análogas resulta, em larga medida, da propaganda hábil, se bem que destituída de objectividade, que contra elas fez a Revolução Francesa.

Tal propaganda — alimentada continuamente ao longo dos séculos XIX e XX pelas correntes ideológicas e políticas sucedâneas aquela Revolução — tem sido combatida, com crescente eficácia, pela historiografia séria. Mas há sectores de opinião nos quais ela perdura obstinadamente. Importa, pois, dizer alguma coisa a esse respeito, no presente volume.

Segundo os revolucionários de 1789, a nobreza era constituída essencialmente por gozadores da vida, que, detentores de privilégios honoríficos e económicos insígnias, os quais lhes permitiam viver regaladamente dos méritos e galardões alcançados por longínquos antepassados, se podiam permitir o luxo de viver apenas desfrutando as delícias da existência terrena. E, o que é pior, especialmente as do ócio e da volúpia.

Essa classe de gozadores era, além disso, altamente onerosa para a Nação, com prejuízo das classes pobres, estas sim laboriosas, morigeradas e úteis ao bem comum. Segundo d'Argenson "*La Cour était le tombeau de la Nation*" [a Corte era o túmulo da Nação].

Isto tudo levou à noção de que a vida própria de um nobre, com o realce e a largueza que normalmente deve comportar, convida de si mesma a uma atitude de relaxamento moral, muito diversa da ascese reclamada pelos princípios cristãos.

Sem contestar que esta versão tenha algo de verdadeiro, pois na nobreza e nas elites análogas dos fins do século XVIII já se faziam sentir os sinais precursores da terrível crise moral dos nossos dias, é preciso acentuar que essa versão, nociva ao bom renome da classe nobre, tinha muito mais de falso do que de verdadeiro.

Prova-o a própria história da Igreja, entre outras coisas, pelo grande número de nobres que Ela elevou à honra dos altares, atestando por essa forma a prática em grau heróico dos Mandamentos e dos conselhos evangélicos, por parte destes.

Por isso, S. Pedro Julião Eymard pôde dizer que "*os anais da Igreja demonstram que um grande número de Santos, e dos mais ilustres, ostentavam um brasão, possuíam um nome, uma família distinta: alguns até eram de sangue real*".¹

Vários desses Santos abandonaram o mundo para mais seguramente alcançarem a virtude heróica. Outros, porém, como os Reis S. Luís de França e S. Fernando de Castela, permaneceram no fastígio da sua situação e alcançaram a virtude heróica vivendo inteiramente na altíssima condição nobiliárquica que lhes era própria.

Para tornar mais cabal o desmentido a estas versões que pretendem denegrir a nobreza, bem como os costumes e os estilos de vida que a sua condição comporta, ocorreu indagar qual a proporção de nobres entre aqueles que a Santa Igreja cultua como Santos.

Não foi, todavia, possível encontrar um estudo específico sobre este assunto.

1) *Mois de Saint Joseph, le premier et le plus parfait des adorateurs* — Extrait des écrits du P. Eymard, Desclée de Brouwer, Paris, 7^a ed., pp. 62.

Alguns investigadores abordaram tal matéria, não tendo feito, entretanto, sobre ela uma pesquisa específica e exaustiva. Fundamentaram-se eles para os seus cálculos em elencos que apresentam como não completos.

Merece particular atenção um estudo feito por André Vauchez, Professor da Universidade de Rouen, intitulado *La Sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge*¹, baseado nos processos de canonização e nos documentos hagiográficos medievais.

Apresenta ele uma estatística de todos os processos ordenados pelos Papas “*de vita, miraculis et fama*” entre 1198 e 1431. Estes totalizaram 71, dos quais 35 conduziram à conclusão de que os personagens sobre as quais versavam mereciam ser elevados à honra dos altares pela Igreja. O que esta efectivamente realizou, ainda na Idade Média.²

É a seguinte a estatística fornecida por Vauchez:

Processos de canonização ordenados entre 1198 e 1431 (71 casos)	
Nobres	62%
Classe Média	5,5%
Povo	8,4%
Origem social desconhecida	14,1%
Santos canonizados por um Papa da Idade Média (35 casos)	
Nobres	60%
Classe Média	17,1%
Povo	8,6%
Origem social desconhecida	14,3%

Estes dados, apesar de muito interessantes, não podiam satisfazer o desejo de um quadro mais completo, pois diziam respeito a um número muito reduzido de pessoas e a um espaço de tempo relativamente curto.

Tornava-se necessária uma pesquisa que abrangesse um número mais vasto de pessoas e um tempo mais amplo, sem entretanto pretender esgotar o tema.

Para tal tarefa, no entanto, algumas dificuldades ponderáveis surgiram.

Antes de tudo, a inexistência de uma lista oficial dos Santos cultuados como tais na Igreja Católica. Dificuldade aliás muito explicável, pois a inexistência de uma tal lista relaciona-se com a própria história da Igreja, e o progressivo aperfeiçoamento das suas instituições.

O culto dos Santos teve início na Igreja Católica com o culto prestado aos mártires. As comunidades locais honravam alguns dos seus membros, vítimas das perseguições.

Dos milhares daqueles que nos primeiros séculos da Igreja verteram o seu sangue para testemunhar a Fé só nos chegaram algumas centenas de nomes, ora através das actas dos tribunais — redactadas pelos pagãos — que transcreviam os processos verbais, ora através dos relatos feitos por testemunhas oculares dos martírios.

Além de não existirem documentos deste género a respeito de todos os mártires, muitas destas actas — cuja leitura inflamava a alma dos primeiros cristãos e lhes dava o exemplo para suportar novas tribulações — foram destruídas durante diversas perseguições, sobretudo a de Diocleciano.³

Assim torna-se impossível conhecer todos aqueles mártires que foram objecto de culto da parte dos fiéis, nos primeiros séculos da Igreja.

Com o fim das perseguições e durante muito tempo, os Santos foram venerados por grupos restritos de fiéis, sem uma investigação prévia e sem um julgamento da autoridade eclesiástica.

Depois, com o aumento da participação da autoridade na organização das comunidades católicas, cresceu também o papel desta na escolha daqueles que deviam receber culto. Os Bispos passaram a permitir o estabelecimento de um determinado culto e muitas vezes o ratificam, a pedido dos fiéis, fazendo a elevação e transladação das relíquias de um novo Santo.

Só no fim do primeiro milénio é que o Papa passou a intervir, de vez em quando, na consagração oficial de um Santo.

Com efeito, à medida que o poder dos Pontífices Romanos se ia afirmando e que os contactos com os mesmos se tornavam mais frequentes, os Bispos passaram a solicitar aos Papas a confirmação dos cultos, ocorrendo isso pela primeira vez em 993.

Mais tarde, em 1234, pelas *Decretais* passa a ser

1) École française de Rome, Palais Farnese, 1981, 765 pp.

2) Vários outros foram canonizados posteriormente.

3) Cfr. DANIEL RUIZ BUENO, *Actas de los Martires*, BAC, Madrid, 1951.

necessário o recurso à Santa Sé e reservado ao Pontífice o direito de canonização.

Entretanto, no período que medeia entre estas datas, muitos Bispos continuaram a proceder às transladações de relíquias e à confirmação de culto, segundo os antigos costumes.

A partir de 1234, pouco a pouco, os processos para a determinação do culto a um Santo passam a ser cada vez mais aperfeiçoados.

Desde o final do século XIII a decisão pontifícia baseia-se numa instrução prévia levada a cabo por um colégio de três cardeais, especialmente encarregado desta tarefa. E assim permanecerá até 1588, quando as causas passaram a ser confiadas à Congregação dos Ritos, instituída no ano anterior pelo Papa Sixto V.

No século XVII esta evolução atingiu o seu termo.

Urbano VIII, em 1634, com o Breve *Coelestis Jerusalem Cives* estabelecerá as normas — que essencialmente permanecem as mesmas até aos nossos dias — para a canonização de uma pessoa.

Tendo em vista os Servos de Deus que, por tolerância, receberam culto público depois do pontificado de Alexandre III as Constituições de Urbano VIII previam a confirmação de culto ou canonização equipolente “*sentença pela qual o Soberano Pontífice ordena honrar como Santo, na Igreja universal, um Servo de Deus para o qual não se introduziu um processo regular, mas que, desde um tempo imemorial, se acha na posse de um culto público*”¹. Esse procedimento foi válido também para casos semelhantes ocorridos após as Constituições de Urbano VIII.

Assim, a partir de 993 — data da primeira canonização papal — é possível estabelecer uma lista dos Santos designados pela Santa Sé. Esta lista entretanto ainda não é completa. Faltam documentos de períodos extensos. Além disso a lista não contém todos os Santos pois entre 993 e 1234, como já se disse, os Bispos continuaram a ratificar o culto. E, por isso, muitos indivíduos foram objecto de um culto público independentemente de uma

intervenção de Roma, solicitada muitas vezes — mas nem sempre — alguns séculos depois.

Não é senão a partir do início do século XVI que se pode estar certo de que a lista de Santos e Bem-aventurados (distinção consagrada pela legislação de Urbano VIII) não contém lacunas.²

Além da dificuldade de estabelecer uma lista completa dos Santos, uma outra surgiu: saber, entre os nomes obtidos, aqueles que pertenceram à nobreza.

Com efeito, a certeza da origem nobre de uma pessoa nem sempre é fácil de estabelecer, pois, de um lado, a elaboração do conceito de nobreza foi progressivo e sumamente orgânico, condicionado às características dos diversos povos e lugares, o que por vezes dificulta determinar quem deve ser reputado como pertencente ao estamento da nobreza. De outro lado, há a dificuldade de determinar, por vezes, com precisão os antepassados de uma pessoa. Aliás é isso que levou, leva e continuará a levar muitos a dedicarem longos períodos à investigação das origens genealógicas de personagens diversos. Fica assim muitas vezes difícil determinar a origem social de um Santo.

Tendo em vista estas dificuldades, tratava-se de escolher as fontes de pesquisa tão completas quanto possível, mas ao mesmo tempo inteiramente fidedignas, para poder elaborar uma estatística aproximativa da quantidade de nobres existentes entre os Santos.

Optou-se então pelo *Index ac Status Causarum*³ o qual é uma publicação oficial da Congregação para a Causa dos Santos, sucessora da antiga Congregação dos Ritos. Trata-se duma “*edição extraordinária e amplíssima feita para comemorar o IV Centenário da Congregação, e que inclui todas as causas que chegaram até esta última desde 1588 até 1988, e também aquelas mais antigas conservadas no arquivo secreto vaticano*”.

A obra inclui ainda vários apêndices, dos quais três interessam mais especialmente. No primeiro são enunciadas, a partir do *Index ac Status Causarum* redigido em 1975 pelo Pe. Beaudoin, as con-

- 1) T. ORTOLAN, verbete “Canonisation”, in *Dictionnaire de Théologie Catholique*, Letouzey et Ané, Paris, 1923, tomo II, 2ª parte, col. 1636.
- 2) Cfr. ANDRE VAUCHEZ, *La Sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge*, École française de Rome, Palais Farnese, 1981; JOHN F. BRODERICK S.J., *A census of the Saints (993-1955)* in “The American Ecclesiastical Review”, Agosto de 1956; PIERRE DELOOZ, *Sociologie et Canonisations*, Martinus Nijhoff, La Haye, 1969; DANIEL RUIZ BUENO, *Actas de los Martires*, BAC, Madrid, 1951; *Archives de Sociologie des Religions*, publicado pelo Grupo de Sociologia das Religiões, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, Janeiro-Junho de 1962.
- 3) *Congregatio pro Causis Sanctorum*, Città del Vaticano, 1988, 556 pp.

firmações de culto, acrescentados alguns nomes e subtraídos os de outros Bem-aventurados que posteriormente foram incluídos no catálogo dos Santos. No segundo apêndice enumeram-se apenas aqueles que foram beatificados a partir da instituição da Sagrada Congregação dos Ritos e ainda não canonizados. Por fim, no terceiro apêndice, estão enumerados os Santos cujas causas foram tratadas pela Sagrada Congregação dos Ritos, incluindo os casos de canonização equipolente.

Com essa relação de nomes em mãos, foram consultadas as respectivas biografias na obra intitulada *Bibliotheca Sanctorum*¹ para saber quais deles pertenciam às fileiras da nobreza. Esta obra — dirigida pelo Cardeal Pietro Palazzini, ex-Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos — é considerada o elenco mais completo de todos aqueles que receberam culto desde o início da Igreja.

Como a *Bibliotheca Sanctorum* não põe a sua atenção principal em fornecer a origem social das pessoas mencionadas, mas sim os problemas relacionados com o seu culto, muitas vezes é impossível saber quem foi ou não nobre, por falta de dados.

Além disso, e para manter um critério estrito, adoptou-se como princípio só computar como nobres aqueles de quem a obra afirma serem nobres ou descendentes de tais. Não se incluíram na lista aqueles de quem o texto afirma apenas pertencerem a famílias “importantes, conhecidas, antigas, poderosas, etc.”. Preferiu-se, pois, excluir pessoas cuja origem nobre se pode presumir com seriedade ou até ter certeza por outras fontes, a fim de evitar casos duvidosos.

Pareceu ainda conveniente, para uma maior precisão na estatística, distinguir as seguintes categorias, conforme o *Index ac Status Causarum*:

* os Santos, canonizados após um processo regular;

* os Bem-aventurados, beatificados após um processo regular;

* os que tiveram o seu culto confirmado;

* os Servos de Deus cujos processos de Beatificação ainda estão em curso.

Apresentam-se a seguir as percentagens obtidas, tendo o cuidado de discriminar, em cada uma das categorias, aqueles que foram objecto de uma investigação individual e aqueles que formam par-

SANTOS			
	<i>PESSOAS</i>	<i>NOBRES</i>	%
Processos individuais	184	40	21,7
Processos colectivos (11)	364	12	3,3
Total	548	52	9,5
BEM-AVENTURADOS			
	<i>PESSOAS</i>	<i>NOBRES</i>	%
Processos individuais	182	22	12
Processos colectivos (26)	1074	46	4,3
Total	1256	68	5,4
CONFIRMAÇÕES DE CULTO			
	<i>PESSOAS</i>	<i>NOBRES</i>	%
Processos individuais	336	107	31,8
Processos colectivos (24)	1087	10	0,9
Total	1423	117	8,2
PROCESSOS DE BEATIFICAÇÃO EM CURSO			
	<i>PESSOAS</i>	<i>NOBRES</i>	%
Processos individuais	1331	149	11,2
Processos colectivos (146)	2671	13	0,5
Total	4002	162	4

1) Instituto João XXIII da Pontifícia Universidade Lateranense, 12 vol. (1960-1970); Apêndice (1987).

te de um grupo que teve o seu processo analisado em conjunto, como, por exemplo, os mártires japoneses, ingleses, vietnamitas, etc.¹

Para ressaltar as ponderáveis percentagens de nobres nestes vários quadros, convém saber qual a percentagem média de nobres em relação ao resto da população do respectivo País. Limitamo-nos a dois exemplos tão diversos como significativos.

Segundo o conceituado historiador austríaco J. B. Weiss, baseado em dados de Taine, a nobreza na França, antes da Revolução Francesa, não chegava a 1,5% da população.²

Por sua vez, G. Marinelli, no tratado de Geografia universal *La Terra*,³ baseando-se na obra de Peschel-Krümel, *Das Russische Reich* (Leipzig, 1880), fornece uma estatística da nobreza na Rússia, segundo a qual — somada a nobreza hereditária à nobreza pessoal — esta classe não passava de

1,15% do total da população. Afirma a mesma obra de Marinelli que Rêclus em 1879 apresentara uma estatística semelhante chegando à percentagem de 1,3% e van Lhen em 1881 ao mesmo resultado de 1,3%.

Obviamente estas percentagens sofrem pequenas variações dependendo do tempo e do lugar, mas tais variações não são significativas.

Os dados acima apresentados fazem ver que, em cada uma das categorias (Santos, Bem-aventurados, confirmações de culto e processos ainda em curso), a percentagem de nobres é consideravelmente maior do que no conjunto da população de um país.⁴ Isto fala em sentido oposto ao das calúnias revolucionárias sobre a suposta incompatibilidade, de um lado, entre a pertença ao estado nobre e o transcurso de toda a vida nesse estado, e de outro, a prática da virtude.

1) O *Index ac Status Causarum* não traz o número preciso das pessoas consideradas nalguns destes processos, tornando-se pois impossível dar um número exacto, pelo qual as cifras são aproximativas.

2) Cfr. *Historia Universal*, vol. XV, t. I, Tipografia la Educaci6n, Barcelona, 1931, p. 212.

3) *La Terra — Trattato popolare di Geografia Universale*, Casa Editrice Francesco Vallardi, Milão, 7 vol., 8450 pp.

4) Nota-se, nos diversos quadros, uma diferença apreciável entre a percentagem de nobres nos processos de beatificação individuais e a percentagem de nobres nos processos colectivos. Isto explica-se, principalmente, por dois motivos. Em muitos desses processos a *Bibliotheca Sanctorum* faz apenas menção dos nomes, sem fornecer dados biográficos que permitam saber se são ou não nobres; por outro lado, a maior parte dos processos colectivos refere-se a grupos de mártires. Ora, é normal que as perseguições se dirijam contra toda a população católica, independentemente da classe social, sendo natural que entre os mártires a proporção de nobres seja semelhante à destes na população.

A pesquisa da documentação utilizada no Apêndice I da presente obra foi feita, sob a orientação do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, por uma comissão composta por:

Bernardo Glowacki
Murillo Maranhão Galliez
José Luis Ablass
Simão Pedro de Aguiã
José António Dominguez

Coordenador

José Carlos Sepúlveda da Fonseca

Projecto gráfico e arte final

António Azeredo
Felipe Barandiarán
Nivaldo Bueno

Referências das ilustrações

As fotografias publicadas neste volume são da autoria de Felipe Barandiarán, com excepção das que se indicam a seguir, por ordem alfabética: Arturo MARI (L'Osservatore Romano), Roma: Páginas 2, 5, 6, 150, 253; Eduardo TROPIA, Ouro Preto, Brasil, página 195; EUROPA PRESS, Madrid, página 241; José Filipe SEPÚLVEDA DA FONSECA, páginas 78 e 131; FELICI, Roma: páginas 34 (A,B,C), 42 (Ad), 44 (A,C), 68 (Ade,B) e 91; Frederico MIELENHAUSEN, São Paulo, página 13; GIORDANI (Museus do Vaticano), capa, segunda guarda e páginas 24, 38, 42 (C), 55.

Foram utilizadas estampas e fotografias amavelmente cedidas pelas seguintes instituições: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, páginas 114 e 115; Biblioteca Nacional de Madrid, rosto e ante-rosto; Biblioteca Nacional de Paris: página 123 (C) Centro de Caridade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Porto: página 142 (C); Diputación Regional de Cantabria (Quadro a óleo de Utrillo), página 237; Heeresgeschichtliches Museum, Viena, página 123 (A); Hospital de la Santa Caridad, Sevilha, página 86; "Il Borghese", Roma, página 29 (A,B,C); Instituto Português de Museus (Museu Nacional de Arte Antiga), página 56; Museu de Belas Artes, Sevilha, página 219; Museu Carnavalet, Paris (Musées de la Ville de Paris, by SPADEM 1993), páginas: 203, 230 (C); Museu da Cidade, Lisboa, página 96 (A); Museu Nacional de Belas Artes, Bruxelas, página 133 (B); Museu Militar, Lisboa, página 102; Museu Paulista, São Paulo, páginas 159,163 (A,C), 171 (A), 181(A e C), 186 (A); Museu de Versailles (Photo R.M.N.), páginas: 133 (A), 230 (A); Museus do Vaticano, páginas: 23, 63(A), 157; Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa: contra capa e página 171 (C). [A - alto da página; B - centro da página; C - fundo da página; d - à direita; e - à esquerda]

Foram amavelmente cedidas para esta publicação:

— pelo Senhor Duque de Castelgaragnone, Dom Giulio Patrizi di Ripacandida, as fotografias das páginas 37 (A,C), 44 (B), 68(C) e 139.

— pelos Senhores Condes Droste zu Vischering, as fotografias da página 63 (B e Cde).

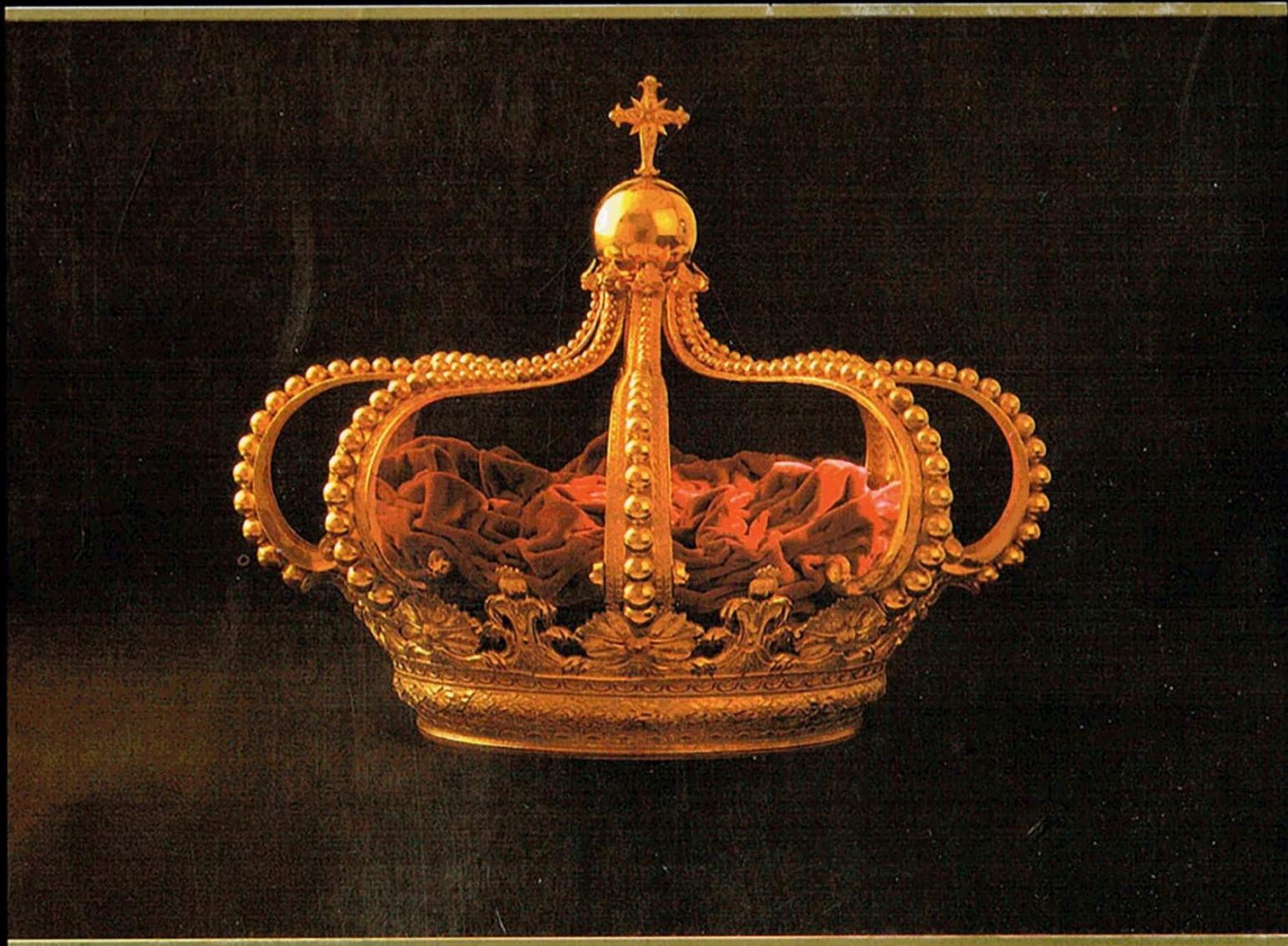
Manifestamos o nosso reconhecimento a:

Senhora Marquesa de Cadaval, pelas facilidades concedidas para a execução da fotografia da página 131; aos Senhores Marqueses da Graciosa e ao Senhor Dom Sebastião de Lancastre (Alcáçovas), fotografias da página 66; à Real Maestranza de Caballería, de Sevilha, fotografias da página 82 e à Editora Kosmos de S. Paulo, gravuras das páginas 187 (C) e 191 (C).

O desenho da Tiara Pontifícia com as chaves, da página 42 e das páginas desdobráveis, é de autoria de Olavo Corrêa Barbosa.







*Coroa real, executada em 1817 no Rio de Janeiro, com ouro do Brasil,
para a cerimónia de aclamação de D. João VI,
como Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
Esta coroa foi usada na cerimónia de aclamação de todos os
Reis de Portugal, até D. Manuel II.*

*D. João IV, primeiro Rei da dinastia de Bragança, oferecera a sua coroa a
Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em louvor da Imaculada
Conceição, como símbolo da realeza d'Elá sobre Portugal e em
agradecimento pela protecção concedida aquando da Restauração de 1640.*

*Por esta razão, os Monarcas deixaram de usar a coroa,
não se realizando assim a cerimónia de coroação,
mas apenas a de aclamação. Nesta, a coroa permanecia,
como símbolo real, sobre uma almofada.*

ISBN 972 - 26 - 1123 - 2



9 789722 611237

o corpo da Nação, têm uma missão capital na modelagem do espírito, da cultura, e da índole das instituições, das leis e dos costumes.

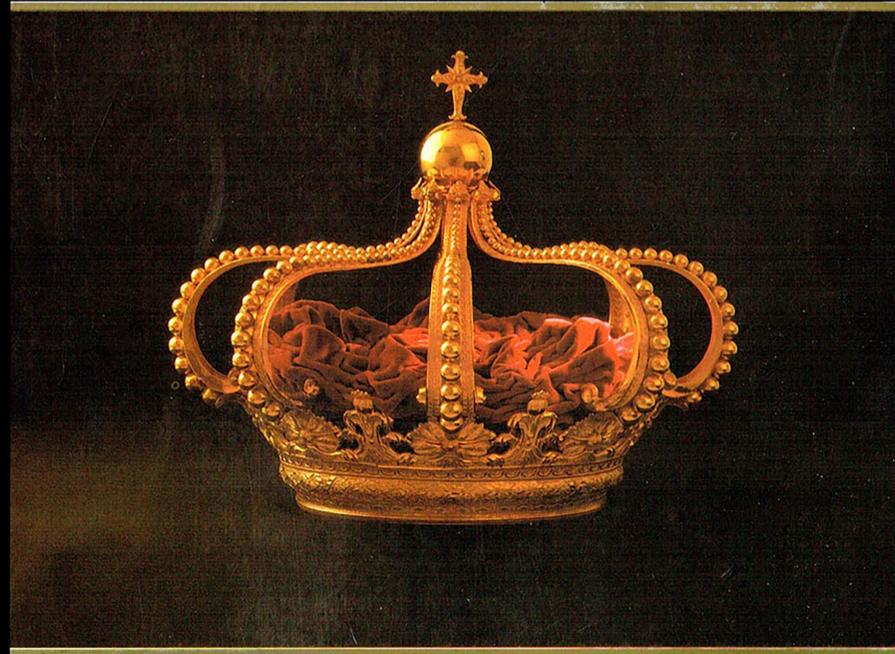
Sem rejeitar qualquer das três formas de governo — monarquia, aristocracia e democracia — o Pontífice constata com satisfação que "também nas democracias de recente data, e que não têm atrás de si qualquer vestígio de um passado feudal, foi-se formando, pela própria força das coisas, uma espécie de nova nobreza ou aristocracia".

Na Europa, esta missão *rectrix* tem sido exercida primorosamente, ao longo dos séculos, pela nobreza. E o Pontífice insiste com pastoral solicitude em que, ainda mesmo nas vicissitudes contemporâneas, esta classe continua a possuir ponderável parte da sua missão. Ele explica com perspicácia e comprazimento em que consiste hodiernamente tal missão, mesmo quando se trate de famílias privadas pelo infortúnio, da integridade do seu senhorio de outrora.

Mas, ao mesmo tempo, Pio XII faz entender que essa função directiva não constitui um monopólio exclusivo da nobreza. As circunstâncias sociais podem ir trazendo à tona, merecidamente, classes novas participantes na direcção da vida social. Mas, com admirável equilíbrio, Pio XII faz ver que não convém a estas classes deixarem-se arrastar pela vulgaridade de um novo-riquismo pertinazmente crasso e eufórico, de quem vê na sua recente elevação tão só os deleites da vida opulenta. E necessário também, segundo o Pontífice, ter presente os deveres e encargos que qualquer elevação traz consigo, e dos quais a nobreza soe ser portadora, ao mesmo tempo corajosa e ufana.

"*Noblesse oblige*" diz um conhecido ditado; "*bon sang ne peut mentir*" é a máxima que o Papa Pacelli aponta às novas classes dirigentes, mostrando-lhes que o mundo das elites lhes tem abertas as portas e que encontrarão nos exemplos da nobreza histórica, cavalheiresca e cortesã, uma larga fonte de inspiração para se modelarem a si mesmas consoante as respectivas funções sociais.

Estes e muitos outros princípios do mesmo quilate, Pio XII ensina-os e o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, catedrático de História, desenvolve e ilustra-os servindo-se de uma bem concatenada e abundante argumentação doutrinária e de numerosos exemplos históricos escolhidos com fino discernimento, no livro, arejado e forte, que acaba de lançar.



Coroa real, executada em 1817 no Rio de Janeiro, com ouro do Brasil, para a cerimónia de aclamação de D. João VI, como Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Esta coroa foi usada na cerimónia de aclamação de todos os Reis de Portugal, até D. Manuel II.

D. João IV, primeiro Rei da dinastia de Bragança, oferecera a sua coroa a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em louvor da Imaculada Conceição, como símbolo da realeza d'Ela sobre Portugal e em agradecimento pela protecção concedida aquando da Restauração de 1640.

Por esta razão, os Monarcas deixaram de usar a coroa, não se realizando assim a cerimónia de coroação, mas apenas a de aclamação. Nesta, a coroa permanecia, como símbolo real, sobre uma almofada.



editora
Civilização

Plínio Corrêa de Oliveira



Basilica de São Pedro, Roma. Pio XII na Sedia Gestatoria, rodeado da sua Guarda Nobre e de dignitários eclesiásticos.



Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza romana: esta nova obra do ilustre pensador e escritor brasileiro, tradicionalista e católico, Plínio Corrêa de Oliveira, é editada simultaneamente em Portugal, Espanha, França, Itália e Estados Unidos.

Elá atenderá assim um público que abrange, não só as grandes nações latinas da Europa ocidental, como também todo o Continente americano.

À vista do título do livro, perguntar-se-á o leitor, talvez, que actualidade tem a matéria de que este cuida. Pois, segundo muitos, a nobreza constitui nos nossos dias um mero remanescente, ornamental mas perempto, de épocas passadas. De onde lhe ocorrerá a pergunta: vale a pena escrever sobre tal tema, na nossa época em que pululam os problemas prenhes de riscos e de sobressaltos?

Esta pergunta teria análogo cabimento nos dias em que dele se ocupou o inesquecível Pontífice Pio XII, que consagrou ao tema catorze alocuções ricas em ensinamentos e primorosas na forma: as suas célebres alocuções ao Patriciado e à Nobreza romana.

Nestas alocuções, o Pontífice viu com muito mais profundidade do que o comum daqueles que atiram contra a nobreza as objecções igualitárias desgastadas, cuja expansão, em escala mundial, começou em fins do século XVIII.

Pio XII estabelece com serenidade e luminosa firmeza o princípio de que qualquer sociedade deve ser necessariamente encimada por elites as quais, solidamente entrelaçadas e, por sua vez, intimamente concatenadas com

Nobreza

e

elites tradicionais análogas

nas alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza romana

editora
Civilização